Natalia Alexandre Costa

ESPAÇOS NEGROS NA CIDADE DO PÓS ABOLIÇÃO

São Carlos, um estudo de caso

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos
Universidade de São Paulo _ USP

São Carlos . 2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento da Informação do Serviço de Biblioteca - EESC - USP

Costa, Natalia Alexandre

Espaços negros na cidade do pós-Abolição. São Carlos, um estudo de caso. / Natalia Alexandre Costa; orientadora Maria Ângela Pereira Castro e Silva Bortolucci. São Carlos, 2015.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2015.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

1. cidade no século XIX. 2. negros. 3. periferia. 4. ex-escravos. 5. arquitetura vernacular.

NATALIA ALEXANDRE COSTA

Espaços negros na cidade do pós-abolição. São Carlos, um estudo de caso

Dissertação apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci

São Carlos
2015

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Arquiteta e Urbanista **Natália Alexandre Costa**

Título da dissertação: **"Espaços negros na cidade pós abolição. São Carlos, estudo de caso".**

Data da defesa: **15/02/2015**

Comissão Julgadora:	**Resultado:**
Prof. Dr. **Ruy Sardinha Lopes** (Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)	aprovado
Profa. Dra. **Luciana Márcia Gonçalves** (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)	Aprovada
Prof. Dr. **Oswaldo Mario Serra Truzzi** (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)	Oswaldo aprovado

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Prof. Dr. **Márcio Minto Fabrício**

Primeiramente, gostaria de demonstrar minha gratidão à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, sem a qual esta pesquisa não teria se concretizado. Agradeço também à vida, capaz de proporcionar momentos, encontros e oportunidades absolutamente ímpares de serem vividos. Nessa sintonia, pude mergulhar dentro da pesquisa, imergindo em um mundo ainda desconhecido. Por isso sou grata àqueles que esti-veram comigo nessa caminhada, em especial à querida Joana D'Arc de Oliveira, companheira de pesquisa; às mulheres entre-vistadas, que compartilharam suas histórias comigo; a família, sanguínea e do coração; à arca, meu lar; à pachamama pela lem-brança da terra e ao Coucou pelo amor e companheirismo.

ABSTRACT

This configuration process of urban fixing neighborhoods of former slaves, taking as a case study the city of São Carlos, in São Paulo State, from three districts emerged contemporaneously with the abolition of slavery, with large black presence: Vila Isabel, Vila Nery and Vila Pureza. The historiography of the slaves in the post-abolition period in Brazil is becoming less and less rare, however it is still cloudy the influence of the cultural heritage of the former slaves in the city environment they occupy, considering material and immaterial aspects. This paper deals with the relationship between the neighborhoods and the space in which they were inserted, and the spatial relationships between housing and other equipment inside the neighborhoods themselves. It also analyzes the Vilas, noting the lot occupation, the internal distribution of environments, the use and representation of each space and the changes occurring over time. Finally, it aims to contribute to enlarge the historiography of black people in our country, from a perspective that considers them active in the construction process of the cities after abolition (1888).

Key words: city in the nineteenth century. Black people. Outskirts. Ex slaves. Vernacular architecture.

RESUMO

Trata do processo de configuração dos núcleos de fixação urbana de ex-escravos, tendo como estudo de caso a cidade de São Carlos, do interior paulista, a partir de três bairros surgidos contemporaneamente à Abolição, com grande presença negra: Vila Isabel, Vila Nery e Vila Pureza. A historiografia sobre os escravos no período pós-abolição do Brasil vem se tornando cada vez menos rara, no entanto ainda é nebulosa a influência exercida pela herança cultural dos ex-escravos no ambiente da cidade por eles ocupado, considerando aspectos materiais e imateriais. O presente trabalho trata da relação entre os bairros e o espaço em que eles se inseriram, bem como as relações espaciais entre as habitações e outros equipamentos dentro dos próprios núcleos. Analisa, ainda, as moradias, notando a ocupação do lote, a distribuição interna dos ambientes, o uso e representação de cada espaço e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Por fim, visa contribuir para ampliar a historiografia do negro em nosso país, a partir de uma perspectiva que o considera ativo e atuante no processo de construção das cidades após abolição.

SUMÁRIO

09... Introdução

19... Capítulo 01 _ Processos de Constituição dos bairros e o Papel do Negro
19. 1.1_ Negro, de escravo a homem livre
27. 1.2_ Expansão e normatização urbanas
37. 1.3_ Bairros periféricos
43. 1.4_ Vila Nery
49. 1.5_ Vila Isabel
55. 1.6_ Vila Pureza

59... Capítulo 02_ Formas de Uso e Apropriação dos Espaços Urbanos, dentro e fora do bairro
59. 2.1_ Negros na cidade
67. 2.2_ Espaços urbanos, fora dos bairros
80. 2.3_ Espaços urbanos, dentro dos bairros

90... Capítulo 03_ Formas de Uso e Apropriação dos Espaços Domésticos, dentro e fora da casa
93. 3.1_ Ocupação das terras
96. 3.2_ Estrutura espacial dos terrenos
102. 3.3_ Tipologia de casas
128. 3.4_ Saber-fazer construtivo
135. 3.5_ Cotidiano doméstico

141... Considerações Finais
144... Referências
149... Lista de Imagens
153. Apêndice
154. Anexo

INTRODUÇÃO

Me graduei arquiteta urbanista em 2011[1], mas devo admitir que mesmo antes do curso meu olhar esteve curioso para as diversas manifestações daquela arquitetura "sem arquiteto", presente nas cidades brasileiras através das construções populares, dos saberes que extrapolam o acadêmico e chegam ao vernacular, como autênticas manifestações culturais. Ainda na graduação, minha pesquisa de Iniciação Científica[2] analisou a situação do imigrante nas fazendas de café do interior paulista, buscando identificar suas contribuições no ambiente da colônia, através do entendimento dos seus costumes e modo de vida. É inerente ao ser humano a busca por adaptação dentro de um ambiente, ainda que pré-concebido espacialmente como o caso dessas colônias de fins do século XIX. A mudança nos materiais utilizados para as novas construções, a forma de utilização dos mesmos, a organização da casa e do espaço formado pela implantação do conjunto de moradias, foram todos elementos identificados e estudados, e que me encantaram muito na realização da Iniciação Científica.

Mais tarde, na elaboração de um objeto a ser trabalhado no mestrado, eu ainda era movida pela vontade de investigar na arquitetura vernacular as manifestações do saber-fazer nas moradias e nos locais de convívio de uma determinada comunidade. Foi da análise das raízes de uma arquitetura que poderíamos chamar de brasileira que o negro surgiu como um agente tão importante nesse processo, quanto foi o europeu durante a Iniciação Científica, e passou a ser a figura central dessa nova discussão. Para além de todo o envolvimento afetivo que eu desenvolvi com a cidade de São Carlos, na qual eu moro há nove anos, suas características históricas, econômicas e urbanísticas fizeram com que ela fosse escolhida para ser o estudo de caso da pesquisa.

---

1 _ Pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP.

2 _ Intitulada "Cotidiano dos Imigrantes e Estruturação Espacial das Colônias nas Fazendas de café de Ribeirão Preto - SP" e orientada pela Profª Drª Maria Ângela P. C. S. Bortolucci, durante os anos de 2007 e 2009, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, processo nº 07/54768-6.

Desse modo, esta dissertação pretende ser um estudo sobre os processos de configuração dos espaços urbanos ocupados pelos negros após a abolição, tendo São Carlos como estudo de caso. O recorte cronológico compreende as quatro décadas imediatas à data oficial do fim da escravidão no país, com o propósito de compreender as maneiras pelas quais o negro organizou a sua vida no ambiente urbano após a sua libertação, considerando a influência exercida pela sua herança cultural, tanto nos aspectos materiais como imateriais. O início do recorte cronológico pretende, assim, recuperar a cidade de São Carlos no momento de transição do Império para República, bem como da escravidão para o trabalho assalariado, acompanhados por um aumento significativo na população urbana (DEVESCOVI, 1987). É interessante notar que a última década do século XIX foi marcada pela criação de quatro bairros distantes do núcleo central da cidade, classificados como periféricos pelo Recenseamento de 1907.

Mesmo que seja perceptível a presença de negros nesses espaços distanciados do núcleo central da cidade, notamos que havia um grande número de negros que habitava o centro da cidade. No entanto, nos focaremos nos bairros ditos periféricos onde, a nosso ver, os moradores puderam ter maior liberdade de ação nos espaços domésticos e nos comuns.

Localizada a sudoeste da cidade, a Vila Prado foi marcada pela grande presença de moradores brancos e imigrantes, geralmente famílias de ferroviários e trabalhadores das pequenas fábricas da região, fato confirmado pelos dados do censo, que elenca apenas um casal de negros já idosos que ali moravam. Por esse motivo, o bairro não entrou em análise nesta pesquisa de mestrado, que teve seu foco voltado para os espaços de fixação negra após a abolição[3].

Assim, este mestrado tem por estudo de caso três bairros periféricos da cidade de São Carlos, surgidos nos primeiros anos da déca-

3 _ É interessante assinalar que os registros apontam para a data de criação da Vila Prado em 1893, havendo inclusive uma citação sobre sua avenida principal no Almanaque de São Carlos de 1894 (página 143), porém, o Recenseamento feito em São Carlos em 1907 não citou a sua existência, descrevendo-o com o nome de Botafogo, um provável engano nominativo, já que é da segunda metade do século XX a criação deste último.

da de 1890 e com grande presença negra: Vila Nery, Vila Isabel e Vila Pureza. O assunto é tratado ao longo de três capítulos, estruturados a partir dos objetivos que movem a pesquisa: investigar os processos de constituição dos bairros analisados, buscando entender o papel do negro; identificar as formas de usos e apropriação dos espaços urbanos utilizados pelos negros, dentro e fora do bairro em que moravam; identificar as formas de usos e apropriação dos espaços domésticos utilizados pelos negros, dentro e fora de suas casas.

Para atingirmos os intuitos pretendidos, a pesquisa se alimentou de trabalhos já produzidos sobre a temática, como monografias, dissertações, teses, artigos e livros. Paralelamente, nos munimos de documentos da época sobre São Carlos, através da consulta feita em arquivos, bibliotecas, museus e outros órgãos. Dentre os materiais coletados, podemos destacar os Almanaques, Códigos de Postura, Relatório Sanitário, Recenseamento Populacional, fotografias e mapas cadastrais, todos sobre a cidade. De maneira geral, eles foram organizados a partir dos nomes dos arquivos digitais e seus agrupamentos. Antes da visita a uma instituição, era feito um pré-levantamento do possível material a ser encontrado, e tais anotações serviam como guia no dia da consulta. Nos casos em que o acervo não possuía catálogos eletrônicos para pesquisa à distância, o planejamento da visita era feito no início da mesma, já no local. Após a visita, os dados coletados eram agrupados de acordo com a temática e a instituição pesquisada, para não haver confusão quanto à origem dos materiais. Já sistematizado, esse conjunto de informações era analisado e compreendido via aporte teórico fornecido pela revisão bibliográfica realizada sobre o tema.

Durante a pesquisa esbarramos em algumas dificuldades, contornadas à medida do possível em cada um dos casos. No que diz respeito aos materiais antigos, os maiores empecilhos encontrados foram justamente nas lacunas dos arquivos do recorte cronológico, como por exemplo com os jornais da cidade, pois raros são os exemplares anteriores a 1900, e mapas de São Carlos que, quando não são posteriores a 1930, se restringem a retratar somente a configuração urbana do núcleo central, indicando apenas a existência dos bairros periféricos, sem

detalhá-los. Pesquisar a história dos dominados é também uma tarefa desafiadora, pois grande parte dos registros usados na investigação do tema foram produzidos pelos grupos dominantes a partir de sua visão e seus interesses. Sem perder isso de vista, cuidamos em identificar as parcialidades presente nos documentos, para que elas pudessem contribuir produzindo o mínimo de deformações no entendimento dos dados.

O Recenseamento Populacional de São Carlos, realizado no ano de 1907, é um documento bastante usado por aqueles que pesquisam a cidade, já que nele há uma caracterização da população, compilando nome, idade, estado civil, profissão, ser ou não proprietário de terras, sexo, cor, saber ou não ler, nacionalidade e observação. Também era aferida a localização das pessoas no território, distribuídas em área rural[4], subúrbios, quatro bairros periféricos e o núcleo central da cidade. Não conseguimos, no entanto, encontrar detalhes sobre como foi realizado o censo, em que medida as informações coletadas foram fornecidas pela população, que se autodeclarava, ou se eram preenchidas pelos responsáveis por coletar os dados, uma vez que ao longo da pesquisa nos deparamos com documentos que o contradiz, como por exemplo a questão da alfabetização: a lista de presença dos alunos na escola da Vila Nery[5], em 1907, elenca nomes de crianças negras e brancas, com média de idade de 9 anos, que foram identificadas no censo como analfabetas ou simplesmente sem informação. O fato de que a contradição, propriamente dita, das informações de um e de outro documento ocorreu apenas com as crianças do sexo feminino, poderia apontar para um preconceito de gênero, no qual pressupunha-se que a educação escolar era privilégio dos homens. Preconceito ou não, o fato é que não temos como precisar a origem da contradição, apenas a sua existência.

---

4 _ A parte rural do território de São Carlos apresenta-se no Recenseamento com 19 regiões denominadas individualmente, sendo que duas delas correspondem às vilas de Santa Eudóxia (reconhecida como distrito de São Carlos em 1912) e de Ibaté (emancipada em 1953).

5 _ Documentação consultada no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Concomitante à pesquisa documental, foi realizada a pesquisa de campo, que consistiu nas seguintes etapas: formulação das plantas cadastrais de cada bairro, obtidas através da identificação das casas a serem medidas, das entrevistas e dos dados topográficos e cadastrais do início do século XX; realização dos desenhos de planta, elevação e situação das casas de negros remanescentes nos bairros analisados, que atualmente não são muitas; realização de entrevistas com os descendentes dos negros que moraram no bairro quando de seu início, muitos dos quais ainda habitam as Vilas; e por fim o levantamento fotográfico dessas casas. Para obtenção das medidas das edificações, dos terrenos e da elaboração prévia dos desenhos, contamos com o auxílio de Mateus Rosada em duas casas e de Márcio José Bellizzi Júnior nas demais. Todo o trabalho fotográfico foi realizado por Paulo Mendes, sempre atento em captar as peculiaridades das construções, interna e externamente, fazendo um registro imagético que também auxiliou no momento de fazer os desenhos.

Frente ao que existe de espaço físico hoje, ressaltamos a importância da história oral, pois ela nos permitiu reconstituir antigos hábitos e modos de vida dos ex-escravos e seus familiares nos espaços urbanos que ocuparam. Nesta pesquisa, optamos pela contribuição da história oral que "parte da experiência de vida para desvelar as relações sociais e a cultura nas quais se insere" (RIGOTTO, 1998, p. 166). Desse modo, as entrevistas foram gravadas, sempre com o consentimento dos envolvidos, e conduzidas de maneira informal nas residências dos mesmos, guiadas por um roteiro[6] organizado com os itens a serem trabalhados.

Esta parte da pesquisa se mostrou bastante rica e prazerosa, pois foi o momento de interação com o espaço e as pessoas. As maiores dificuldades encontradas se concentram no primeiro contato com as pessoas envolvidas, geralmente idosas, de modo a obter a permissão para realização da pesquisa. Foram frequentes as resistências dos entrevistados em um primeiro momento, alegando nada saber e nada poder contribuir com a pesquisa, mas essa barreira era logo quebrada

6 _ O roteiro utilizado nas entrevistas encontra-se no Apêndice desta dissertação.

ao iniciarmos a entrevista que trazia à tona muitas e detalhadas lembranças. Apenas duas pessoas se recusaram a fazer parte da pesquisa, dizendo-nos ser muito triste o passado, mas de maneira geral todas os entrevistados se sentiram lisonjeados em serem foco do trabalho e felizes pelo nosso interesse em suas residências, frente a outras casas mais novas nos bairros.

Analisamos um total de 13 terrenos distribuídos pelos três bairros estudados, fizemos o levantamento métrico e fotográfico de 10 deles, incluindo todos os seus componentes e edificações, e entrevistamos 11 pessoas, das quais apenas uma era homem e as demais eram viúvas. Para encontrarmos os entrevistados e as casas que seriam registradas, fizemos uma identificação dos moradores mais antigos nos bairros, com mais de 80 anos[7]. Estes, geralmente moravam nas casas de seus pais ou sogros e, portanto, através da memória oral nós pudemos identificar as mudanças nas edificações, bem como redesenhar tipologias já destruídas. Realizamos o levantamento métrico e fotográfico das casas dos entrevistados, bem como de algumas que não estavam mais sendo usadas, seja pelo seu péssimo estado de conservação, seja por problemas familiares. Incluímos também duas edificações mais recentes, pela permanência da tipologia utilizada pelos negros no período de análise.

Dos onze entrevistados, dois são brancos que se configuraram personagens importantes a serem registrados. O primeiro caso é a dona Adelina, uma das mais antigas moradoras da Vila Pureza, que foi entrevistada na pesquisa por ser conhecida por todos como *dona Nega*, mesmo sendo branca. Dona Thereza é a outra branca entrevistada, pois seus sogros foram negros que moraram, trabalharam e construíram uma casa na Vila Pureza, hoje ocupada somente por ela. Em ambos os casos, o depoimento se mostrou importante para compreendermos como era a relação dos brancos com os negros no bairro.

As informações obtidas por meio das fontes orais foram cruzadas aos documentos do período analisado e às leituras realizadas sobre a temática, gerando um processo de análise conjunta, permanente e integrada durante a realização da pesquisa de campo.

7 _ Na Vila Isabel essa identificação contou com a ajuda de Joana D'Arc de Oliveira.

Este mestrado dialoga com a pesquisa de doutorado, ainda em andamento, intitulada "*Da Senzala pra Onde? negros e negras no pós-abolição em São Carlos - SP (1880-1910)*[8]" da cientista social Joana D'Arc de Oliveira. Ainda que com olhares diferentes, ambas buscamos contribuir para as definições das trajetórias negras após o fim da escravidão, analisando os espaços urbanos por eles ocupados. Esse tem sido igualmente o objetivo de outros autores, na busca de suprir as carências de abordagem arquitetônica e territorial da temática, que em 1989 era descrita pela urbanista Raquel Rolnik como deficiente: "o tema empírico do negro nas cidades até agora foi pouco explorado (...) Os mais importantes trabalhos na área da sociologia do negro não discutem especificamente a questão urbana, e muito menos de um ponto de vista físico-territorial" (ROLNIK, 1989, p. 1). Se inserem nesta conjuntura os trabalhos de Cleber da Silva Maciel "*Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926) : alguns aspectos*", 1985; Louis Herns Marcelin "*A invenção da Família Afro-Americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros no Recôncavo da Bahia, Brasil*", 1996; Michelle Farias Sommer "*Territorialidade Negra Urbana. A morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum*", 2005; e Ynaê Lopes dos Santos "Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)", 2012.

Munimo-nos também dos trabalhos que abordam as questões relacionadas ao processo emancipacionista do negro escravo no Brasil e o destino dessa população na sociedade[9]. Para além das questões ligadas ao racismo, o debate atual tem se ocupado em discutir como os ex-escravos e seus descendentes passaram a viver nas cidades, identificando diferenças e continuidades com a vivência do cativeiro e da África[10]. A quebra da imagem, por tanto tempo cristalizada, de que o negro

8 _ Que também conta com a orientação da Profª Drª Maria Ângela P. C. S. Bortolucci.

9 _ RIOS, A. L. & MATTOS, H. M. **Memórias do Cativeiro:** família, trabalho e cidadania no pós-abolição. 2005.

10 _ Alguns dos trabalhos clássicos sobre o tema são: SLENES, R. **Na Senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. 1999; SCHWARCZ, L. K. M. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e

fora passivo em todo o processo escravista brasileiro, se deve a uma historiografia inquieta que pôde analisar as possibilidades de escolha que esta parcela da população tinha a seu alcance e quais as estratégias adotadas na busca da tão sonhada integração social[11].

Na década de 1950, Florestan Fernandes iniciou a discussão da inserção do negro após a abolição, com o trabalho *Brancos e Negros em São Paulo*, realizado em conjunto com Roger Bastide em 1955, e o mais polêmico dentro do meio acadêmico, intitulado *A integração do Negro na sociedade de Classes*, de 1964. Ainda que seu posicionamento seja muito questionável e não concordemos com todos os aspectos abordados pelo autor, é inegável a importância que esses trabalhos tiveram como precursores de uma historiografia do negro no Brasil, instigando pesquisas sobre a temática, especialmente ao enquadrar o ex-cativo como vítima e passivo no processo escravista. Notemos a seguinte passagem:

> Faltava ao liberto, portanto, a auto-disciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, as únicas condições que poderiam ordenar, espontaneamente, a regularidade e a eficácia do trabalhador no novo regime jurídico-econômico. (...) Eles não só perdiam terreno na competição ocupacional e econômica. Passavam a ser vistos sob um prisma em que o "escravo" desqualificava o "liberto", como se fossem, de fato, substancialmente "vagabundos", "irresponsáveis" e "inúteis" (FERNANDES, 1964, p. 49 e 50).

---

cidadãos em São Paulo no final do século XIX. 1987; MATTOS, H. **Ao Sul da História:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1987; MACHADO, M. H. P. T. **Crime e Escravidão:** trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830 - 1888. 1988.

11 _ Entre outros trabalhos, essa temática é abordada por: MATTOS, H. M. "Laços de família e direitos no final da escravidão". In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. 1997; FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 - 1910), 2007; ANDREWS, G. R. **Negros e Brancos em São Paulo:** 1888 - 1988, 1998. MARTINS, R. L. M. **Os caminhos da liberdade -** abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo (1884 - 1888), 1999.

Para ele, a herança do período escravista fez com que o negro se tornasse desprovido de qualquer chance de competição com outros trabalhadores e, portanto, de inserção na sociedade de classe.

A partir dessas argumentações, o papel que os libertos e seus descendentes tiveram no processo de emancipação, antes, durante e após 1888 passou a ser questionado. Com uma abordagem centrada na visão dos excluídos da história, as pesquisas começaram a buscar respostas na análise de fontes primárias como processos criminais, inventários *post-mortem*, jornais, cartas, entre outros[12]. De fato, a mudança na concepção do processo escravista como um todo, possibilitou que a historiografia moderna chegasse a tais paradigmas, podendo utilizar-se de novos métodos de análise.

A presente pesquisa de mestrado visa discutir de um ponto de vista físico-territorial para compreender a inserção urbana do ex-escravo e contribuir também com a ampliação da historiografia do negro em nosso país, a partir de uma perspectiva que o considera ativo e atuante nos processos de urbanização das cidades. A dissertação está organizada em três capítulos: *Processos de Constituição dos Bairros e o Papel do Negro*, no qual são abordados os processos de emancipação negra juntamente com o desenvolvimento urbana em São Carlos, que culminou na criação dos bairros periféricos; *Formas de Uso e Apropriação dos Espaços Urbanos, dentro e fora do bairro*, onde são tratadas as atividades que faziam com que o negro utilizasse o espaço urbano fora do bairro em que morava, bem como a apropriação, ou não, do próprio bairro; *Formas de Uso e Apropriação dos Espaços Domésticos, dentro e fora da casa*, que leva a discussão para o cotidiano doméstico do negro, inserido no seu lote.

---

12 _ Um dos primeiros trabalhos a utilizar os processos criminais como fonte de análise foi o de FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**, 1969.

CAPÍTULO I

PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS BAIRROS E O PAPEL DO NEGRO

1.1 NEGRO, DE ESCRAVO A HOMEM LIVRE

Fundada na segunda metade do século XIX, São Carlos teve seu crescimento e desenvolvimento impulsionados pela economia cafeeira, marcada inicialmente por grande utilização de mão de obra escrava[13]. Seu surgimento se insere nos movimentos de penetração do café pelo interior do território paulista em direção a oeste, que ocorria paralelamente à criação de núcleos urbanos, mais tarde transformados em municípios. Nesse contexto, a lavoura cafeeira se transformou na principal atividade econômica em São Carlos, atingindo seu ápice no início do século XX. Este período coincide com a proibição do tráfico interatlântico de escravos no Brasil[14], de forma que foi natural o município de São Carlos se beneficiar com o desenvolvimento do sistema de tráfico interno de cativos saídos das áreas menos prósperas do país para as mais ricas. Além de ser um demonstrativo do enfraquecimento do sistema escravista nas regiões brasileiras exportadoras de escravo, esse movimento de negros, muitos dos quais já brasileiros, causou efeitos inesperados na relação entre senhor e escravo.

> Os escravos transferidos já estavam no domínio de determinados códigos de funcionamento da escravidão no país e buscaram universalizar os princípios desse mesmo código. Até então, os senhores podiam basear boa parte do seu "poder moral" e, por extensão, boa parte

13 _ A população escrava em São Carlos: 1.568 em 1874, 3.774 em 1884 e 3.726 em 1887. Fonte: TRUZZI, 2000, p. 43.

14 _ A lei Eusébio de Queiros foi criada em 1850.

> da disciplina nas senzalas, na ideia de que determinadas prerrogativas, em geral conquistadas pelos cativos mais antigos, eram concessão pessoal do senhor, podendo ser retirada a qualquer momento. Tais direitos tornavam-se, assim, de fato, privilégios e podiam assumir a forma de acesso a uma roça própria de alimentos, do direito à moradia fora das senzalas comuns, de garantias de manutenção da família, de pagamento por serviços realizados em dias santos e feriados, ou mesmo da possibilidade de prestar serviços por pagamento fora da fazenda, ou de comercializar nas vendas das redondezas produtos agrícolas e artesanais dos escravos. Ora, os escravos que chegavam estavam acostumados a tais prerrogativas nas fazendas onde cresceram, e era com desgosto que percebiam que, no novo local de escravidão, esses mesmos privilégios estavam reservados aos escravos mais antigos. Tendiam então a ver-se como roubados de direitos já adquiridos (MATTOS e RIOS, 2005, p. 150 e 151).

Entendemos que os senhores utilizavam da desunião e dos conflitos entre os escravos como um dos meios de controle, bastante facilitados pelo tráfico interatlântico, ao juntar africanos de diferentes tribos, algumas vezes até rivais, que não falavam a mesma língua. Em outra conjuntura, o tráfico interno foi feito com escravos negros, geralmente jovens, que não reviviam rivalidades próprias dos seus ancestrais e que valorizavam a aceitação e o acesso à comunidade escrava já estabelecida, reconquistando, assim que possível, os privilégios para eles tão caros.

As historiadoras Mattos e Rios apontam que foi a partir das interferências do Estado na relação até então intocada entre senhor e escravo, com as leis do Ventre Livre, dos Sexagenários, revogação da pena do açoite e proibição da separação de escravos legalmente casados, no

final do século XIX, que impulsionara a elaboração de outro tipo de poder senhorial que não o físico, a partir daquilo que lhes restara e que era igualmente poderoso: o poder moral. O gerenciamento dos privilégios concedidos aos escravos tinha, portanto, papel decisivo nesse processo.

Um desses benefícios estava relacionado à organização familiar do escravo. Além de uma concessão, estabelecer laços conjugais estáveis significava também a aquisição de maior autonomia, no controle de alguns aspectos da vida material e cultural e se configurava, portanto, como uma arma na luta contra a servidão.

A busca, ainda que subjetiva, por qualquer tipo de liberdade no período do cativeiro, demonstra o papel ativo do negro no processo abolicionista[15]. Outra forma do escravo exercitar certo grau de autonomia era construir suas moradias baseadas em formas e técnicas construtivas africanas, agregando à sua arquitetura sentidos utilitários e simbólicos.

> Casar-se (...) conferia acesso a um espaço construído próprio, seja um cubículo num barracão/pavilhão, seja num barraco separado. (...) Além disso, e mais importante, era uma habitação dividida com um parceiro de vida, não apenas de roça. Enfim, casar-se frequentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos (SLENES, 1999, p. 159).

Esse benefício da moradia unifamiliar para o escravo, contrapunha-se à organização da vida nas senzalas, pois ainda que fossem comuns as divisões internas, raramente eram partilhadas pelos laços afetivos e parentais dos cativos. De forma a materializar o controle do

---

15 _ Para um aprofundamento desse assunto, ver o trabalho de Ana Lugão Rios *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós abolição* e *Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava. Brasil Sudeste, Século XIX* de Robert Slenes.

sistema escravista, essas edificações coletivas tinham características arquitetônicas próprias, como pode ser percebido nesta descrição das senzalas na região de São Carlos:

> Sujas, pouco ventiladas e iluminadas, com nenhuma porta para o exterior. Estas, quando havia, possuíam grades, a fim de evitar possíveis fugas. Algumas possuíam aberturas de trinta a quarenta centímetros junto ao beiral, também protegidas por gradeamento de madeira, de modo a garantir a ventilação em seu interior. As divisões internas, quando havia, formavam pequenos cubículos, com pouco ou nenhum mobiliário: em algumas, apenas esteiras, cobertores e palha; em outras, tarimbas e jiraus. A tarimba era uma espécie de cama rústica, de madeira, onde o escravo colocava uma esteira de palha e o seu cobertor; o jirau servia para acomodar seus poucos pertences. Em um canto construíam-se pequenos fogões, destinados ao eventual preparo de alimentos - caças e peixes, que conseguiam nos dias de folga - e, também, ao aquecimento nas noites frias. Era ao redor dos fogões, quando o frio era intenso, que os escravos agrupavam-se, fumando e conversando, antes de dormir (BENINCASA, 2003, p. 184).

Na África, são denominados *sanzalas* os aldeamentos lineares composto por casas geminadas, geralmente separadas por divisões clânicas. Não podemos definir a origem do termo no Brasil, mas é inegável as semelhanças dessas edificações africanas com as senzalas brasileiras, especialmente as encontradas no sudeste cafeeiro (ver figuras 01 e 02). A rara existência de janelas nessas construções, descrita por Benincasa, também encontra correspondência com uma prática africana, pois "poucas vezes as *cubatas* [casas] apresentavam janelas e, quando existiam, eram muito pequenas. Em geral, as casas tinham apenas uma porta" (WEIMER, 2012, p. 124).

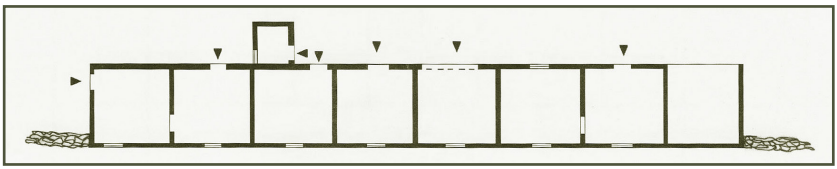


Figura 01. Planta esquemática da senzala da fazenda Santa Maria da Babilônia, em São Carlos, sem data.

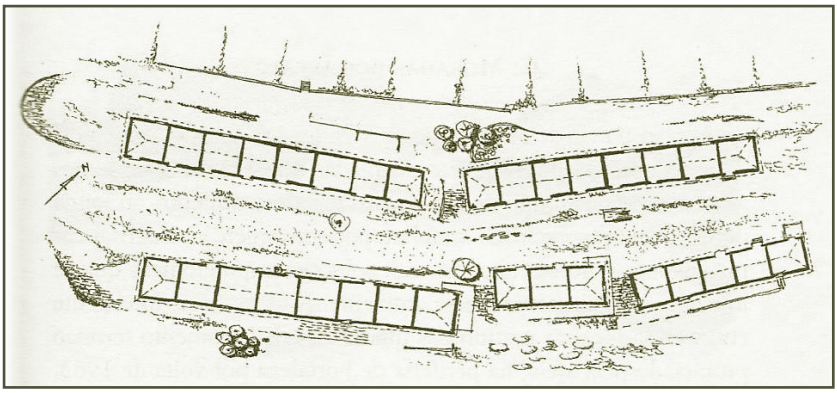


Figura 02. Uma *sanzala* no norte de Angola, sem data.

Como já explicitado, as negociações pela autonomia do cativo poderiam ser feitas através da liberação de porções de terra para que, ainda que sob o controle do senhor, os escravos pudessem cultivar gêneros de consumo imediato para sustento próprio, ou para venda e troca em feiras e comércios locais. De acordo com Pinsky, este poderia ser considerado mais como um ato de controle do que de concessão por parte dos senhores, pois significava que nos raros momentos livres que os escravos tinham, eles se ocupariam no trato da "própria" terra, distanciando-se das temidas rebeliões:

> Constituíram-se, antes, em formas adicionais de exploração do braço escravo. Na verdade, se o escravo consumia sua produção, economizava a alimentação cuja responsabilidade, dentro das relações escravistas de trabalho, deveria caber ao senhor. Se vendia sua produ-

> ção, o máximo que conseguia era adquirir uma roupa de domingo, quando não gastava tudo em cachaça ou fumo (PINSKY, 1993, p. 39).

Da mesma forma, alguns fazendeiros autorizavam que os escravos fizessem suas danças, capoeiras e batuques no terreiro, aos sábados, domingos ou dias santos e de festa. Com o caráter de válvula de escape para os cativos, as festas também eram encaradas como uma concessão, vinda da generosidade do patrão. Muitas dessas comemorações estavam ligadas à religião católica, como as tradicionais festas de Santo Antônio, São João e São Pedro. Imposta aos escravos, a religião católica era um dos recursos utilizados pelos fazendeiros para contê-los e consolá-los na sua condição de escravos. A partir da mistura com os cultos africanos, a religião praticada por muitos negros se aproximou da realidade vivida por eles, manifestando-se através do culto à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a São Benedito, São Sebastião, São Jorge, São Cosme e Damião. Sobre o assunto, Benincasa ainda completa:

> Religião e superstição misturavam-se no dia-a-dia dos negros: o mundo mágico em que viviam não admitia encarar certos acontecimentos como naturais, mas sempre como obra de algum enfeitiçamento; mortes, doenças, perda de objetos, coisas que se quebravam eram encaradas como fruto de algum mal olhado, inveja, artes de entidades endiabradas, como o saci. Daí sempre existir, entre eles, um feiticeiro, respeitado e temido, ao qual todos recorriam para a cura dos males do corpo e do espírito (BENINCASA, 2003, p. 187).

O poder moral do senhor, marcado pela concessão de privilégios aos escravos como os citados acima, ainda se expressou durante as alforrias concedidas às vésperas da Lei Áurea. De forma romanceada, em 1894 Cincinato Braga descreveu que "no fim do anno de 1887 e co-

meço de 1888 houve libertação em massa da escravaria do municipio"[16], graças ao contagiante espírito abolicionista. Esse acontecimento é discutido de maneira mais crítica por Truzzi, que atribui ao fato o esforço dos então proprietários de escravos por manter a autoridade.

> A abolição decretada antecipadamente por alguns fazendeiros somente pode ser adequadamente interpretada como manipulação e esforço de preservação da autoridade moral destes. Ironicamente, a libertação teria a virtude de reforçar a ordem social, uma vez fosse ela concedida e não conquistada. A abolição como dádiva sepultava o cativeiro ao mesmo tempo em que deixava inalterada a hierarquia na sociedade. Ideologicamente, os poderosos se transformaram em únicos sujeitos da história da abolição (TRUZZI, 2000, p. 48).

Com essa atitude, os antigos senhores garantiam simbolicamente a manutenção de sua posição social, mas restava-lhes ainda lidar com as implicações financeiras da libertação de seus escravos, já que não concordavam com os valores estabelecidos para o ressarcimento do capital investido nos cativos. Em seu inventário sobre a escravidão em São Carlos, Rizzoli aponta que muitos dos negros alforriados em 1887, foram descritos como escravos nos registros de casamento, óbito e batismo até maio de 1888, afirmando que a maior parte das alforrias dadas anteriormente à Lei Áurea foram condicionadas, ou seja, o negro obteria sua liberdade após cumprir um período determinado de serviço a seu senhor[17]. Exemplificando, se em 1887 o escravo aceitasse a alforria condicionada a mais cinco anos de trabalho, apenas em 1892 ele estaria livre[18].

16 _ Almanaque de São Carlos, 1894, p. 35.

17 _ RIZZOLI, 1995, p. 16.

18 _ Para maiores detalhes sobre a questão das alforrias condicionadas em São Carlos, ver a pesquisa de doutorado *Da Senzala pra Onde?* de Joana D'Arc de Oliveira, em andamento junto ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo.

Existe certo mito quanto aos deslocamentos dos negros após a abolição, segundo o qual as fazendas de café do Oeste Paulista foram abandonadas pelos ex-escravos, substituídos por imigrantes. Em realidade, quando libertos, parte dos negros passou a dividir suas ocupações com outros trabalhadores, principalmente os estrangeiros. Monsma enfatiza que "alguns [negros] realmente migraram para as cidades, mas outros ficaram nas áreas rurais ou nas mesmas fazendas onde haviam sido escravos ou em outras"[19]. Os dados colhidos nas entrevistas desta pesquisa apontam que a mudança do ambiente rural para o urbano estava geralmente associada ao emprego das meninas e mulheres da família, pois se nas fazendas suas ocupações se restringiam aos serviços domésticos ou no trato das plantações, a cidade figurava-se com grande variedade de empregos, nas casas de famílias ou nas fábricas, também como lavadeiras ou cozinheiras.

Porém, a adaptação dos negros em um novo ambiente, o urbano, não foi facilitada, muito pelo contrário, enfrentou diferentes tipos de preconceitos, em São Carlos. Demonstrativo disso foi a publicação feita em 1894 pelo Almanaque de São Carlos sobre um negro que, invadindo uma casa, feriu e roubou uma mulher em abril de 1888, ou seja, seis anos antes da publicação do almanaque. Não coincidentemente, na mesma página é descrito o "humanitário" gesto dos proprietários que libertaram seus escravos em 1887. Publicada da forma que foi, a notícia não tinha como única intenção noticiar o ocorrido mas, antes disso, estigmatizar o comportamento da figura do ex-escravo. Acrescenta-se ainda o fato de que os almanaques tinham grande aceitação e popularidade na época e, portanto, a notícia muito provavelmente cumpriu a função de divulgar também as consequências severas tomadas pela população contra esse novo sujeito em um ato nada "humanitário" que o anterior.

> No mesmo anno de 1888, foi pela primeira vez - e, até o presente, pela única - executada neste município a lei

19 _ MONSMA, 2005, p. 11.

de Lynch[20]: o objeto da ira dos populares executores de um preto, ex-escravo, cujo delicto fôra um violento attentado, revestido de circunstâncias revoltantes, contra o pudor de uma distincta senhora encontrada só e inerme, em uma chácara pouco distante da cidade (BRAGA, 1894, p. 35).

Sete anos após a Abolição foi criado o Jardim Público na cidade de São Carlos: gradeado, de modo a defender a área de penetração indesejável. Em 1914, quando deu-se a retirada das grades, muitos foram os que repudiaram a ação, uma vez que ela permitia que qualquer um entrasse e desfrutasse do Jardim, antes reservado "ao flanar de '*gentlemen*', dolentes de '*spleen*' britânico" (NEVES, 1997, p.96).

Certamente, o pós abolição não foi um período de boa receptividade para a inserção do negro na sociedade de classes em São Carlos.

1.2 EXPANSÃO E NORMATIZAÇÃO URBANAS

A chegada da ferrovia que ligou São Carlos ao porto de Santos se deu em 1894, essencial para o escoamento do café produzido. Mais do que isso, o trem desempenhou um papel fundamental na transformação urbana aproximando o campo e a cidade[21], facilitando a ligação do município com a capital e outras importantes cidades da região[22] e,

20 _ Linchamento ou Lei de Lynch é o assassinato de um indivíduo, geralmente por uma multidão, sem processo judicial e em detrimento dos direitos básicos de todo cidadão.

21 _ A ferrovia auxiliou a melhora na qualidade de vida em São Carlos, através da vinda de novas tecnologias urbanas, de modo que não só o número de habitantes da cidade aumentou, como muitos dos moradores das fazendas da região passaram a frequentar o ambiente urbano.

22 _ Muitos autores que trabalham com a situação urbana do negro após 1888, apontam para o fato de que havia grande contingente dessa população transitando de cidade em cidade, na busca de trabalhos. Sobre o assunto ver o trabalho de Kleber Antonio de

enfim, trazendo novos materiais para a construção civil e mão de obra especializada que, juntos, mudariam a feição urbana da época.

> Incentivo para a modernização urbana era, sem dúvida, o trem, descarregando diariamente materiais de construção, importados da Europa. Surgem prédios cobertos de ardósia inglesa, com madeiramento de pinho de riga e pisos de cerâmica francesa e italiana (NEVES, 2007, p.21).

O desenvolvimento da vida urbana passou a atrair novos moradores, como foi o caso de muitos fazendeiros que transferiram suas residências do campo para a cidade. Enquanto símbolo de poder e prestígio dos seus proprietários, tais casas ganharam um requinte estético novo, que algumas vezes contratavam arquitetos famosos e utilizavam novas técnicas vindas, predominantemente, da Europa através da mão de obra imigrante:

> (...) os mestres construtores são todos "capomastri" italianos, alguns até com diploma do Velho Mundo, que reformulam totalmente o contexto arquitetônico e impõe às construções em ecletismo rebuscado, que enfeixa influências de vários estilos europeus. Muitos proprietários exigem que sigam plantas elaboradas por engenheiros da capital e até réplicas de edifícios paulistanos (NEVES, 2007, p.22).

No entanto, a energia gasta no requinte das casas não impediu que fossem mantidas aproximações com a vida rural dentro da cidade. As quadras que mediam 90 metros por 90 metros, construídas por um desenho ortogonal rígido em forma de grelha, tinham em seus miolos espaços livres, destinados aos vastos quintais arborizados no fundo das casas. A figura 03 explicita bem a situação.

Oliveira Amancio e Cleber da Silva Maciel.

Figura 03 _ Região leste do bairro Vila Nery, em 1940. Fotógrafo desconhecido.

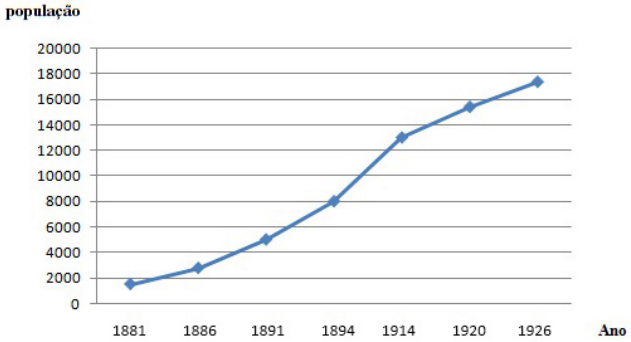
Em São Carlos, o valor dos lotes urbanos na década de 1860 variava de 2mil a 5mil réis, chegando a custar 50mil réis em 1886 (LIMA, 2008). Essa significativa valorização do território da cidade pode demonstrar que os fazendeiros bem sucedidos da região não apenas foram morar na cidade, mas também passaram a investir seu capital nela, se tornando os grandes proprietários de comércios e imóveis urbanos (em sua maioria destinados ao aluguel). Devescovi afirma:

> O capital cafeeiro tinha diversos aspectos. Ele representava ao mesmo tempo o capital agrário, o capital comercial e o capital financeiro. (...) Assim, em 1890, com o apoio financeiro dos fazendeiros locais, os administradores da 1ª Intendência Municipal após a proclamação da República, contrataram os serviços de iluminação urbana pública e particular à luz elétrica, de abastecimento de água, e de implantação das redes de esgoto em praticamente toda a extensão habitada no núcleo urbano. Estes serviços foram concluídos e inaugurados respectivamente em 1894, 1907 e 1903 (DEVESCOVI, 1987, p. 55).

Os investimentos particulares feitos para a melhoria nas condições de vida na cidade estavam, portanto, altamente ligados aos interesses desses particulares em multiplicar seu capital, mas também em fazer do espaço urbano um local de preservação dos seus interesses de classe e controle social.

Nesse ritmo, São Carlos no início do século XX já possuía infraestrutura e inúmeros equipamentos de estruturação urbana no seu núcleo central[23], tendo contínuo crescimento na população da cidade até o final da década de 1920, como demonstra a figura 04.

Figura 04
População Urbana em São Carlos



Fonte: DEVESCOVI, 1987, p. 58.

Podemos dizer que do primeiro meio século de São Carlos até 1900 o crescimento populacional não encontrou equivalente nas condições sanitárias da cidade e em decorrência disso foram frequentes as epidemias entre a população.

> As condições sanitárias da vila eram precárias, como é fácil de avaliar pela inexistência de rede de água e esgoto. A própria Câmara confessa (...) a precária condição de salubridade. "*Não é dos mais salubres, pois são*

23 _ Tais como empresa telefônica; linha de bondes por tração animal, substituídos em 1915 por bondes elétricos; mini usinas hidrelétricas; teatros; hospital; casa de caridade; alguns bancos; casas de comercialização de café; escolas; entre outros.

> *neste município muito frequentes as pneumonias, pleurises, bronchites, infecções d'olhos e da garganta, febres, etc e nas aproximações do rio Moggy reinão as febres intermitentes*"[24] (NEVES, 1997, p. 13).

De acordo com o historiador Ary Pinto das Neves (2007), os moradores da cidade faziam uso de manuais de medicina popular, com o uso de fórmulas curativas como Formulário de Chernovitz, o Dulk Pharmacopiam Burnica de Welham ou o Plantas medicinais de Kunt. Ainda assim, foi de significativa importância a presença de médicos em São Carlos, pois ocorreu em 1874 a primeira e mais grave epidemia de varíola em São Carlos. Suas consequências foram muito intensas e para além das mortes em decorrência da doença, o medo invadiu a população que, tentando escapar da peste, foi buscar refúgio nas fazendas e sítios da região, despovoando a cidade. O fato é descrito em 1894 pelo advogado e promotor público Cincinato da Silva Braga:

> Em Dezembro de 1874 manifestou-se, importado de Rio Claro, um caso de variola, cujo contagio contaminou a muitos habitantes, tomando em 1875 o caracter de assustadora epidemia, que affastou daqui, pela morte ou pela transferencia de domicílio, quasi toda a população. Durante meses ficou a villa em quasi completo abandono. Só póde ter deste uma idéa quem conhece o pavor que ás populações do interior causava, e a muitos ainda causa, o apparecimento dessa moléstia. Valeram muito aos epidemicos, nessas emergencias, o altruismo dos clinicos dr. A. Cajado e Carlos Fleischmann (BRAGA, 1894, p. 28).

Além da varíola, o final do século XIX ainda foi marcado por outras duas epidemias, desta vez de febre amarela. Os anos de 1895 a

24 _ Neste trecho, Ary Pinto das Neves transcreve uma citação de Brandão Neto, que referenciava os Manuscritos da Biblioteca Nacional, cod. I, n. 31.

1898 foram cenário de mortes e o medo tomou novamente conta da população. Durante esse período, ainda que não tivesse sido inaugurada, a Santa Casa de Misericórdia funcionou como hospital para o tratamento de doentes pobres, juntamente com o lazareto e hospital de isolamento da cidade.

Com o objetivo de solucionar os problemas ligados à saúde pública, o Governo do Estado de São Paulo manda vir de Buenos Aires um cientista italiano, o doutor Sanarelli, que tinha descoberto um medicamento para combater a febre amarela:

> Infelizmente, porém, a sua vinda a S. Carlos e as applicações do seu medicamento, aqui feitas, só produziram resultados perniciosos, porque foram a causa indireta da morte de algumas pessoas que pela absoluta confiança na preconisada vaccina, se deixaram ficar na cidade e foram victimadas pela molestia (CAMARGO, 1917, p. 30).

Ainda que essa experiência não tenha sido bem sucedida, em 1902 o Código de Postura da cidade incluiu um artigo sobre a obrigatoriedade da vacinação no município sem, no entanto, especificar as moléstias a serem combatidas por essa medida:

> Art. 117 _ Os directores de fabricas, collegios, escolas, instituições de caridade e quaesquer outros estabelecimentos de habitação collectiva, em que forem admittidas pessoas não vaccinadas, incorrerão na multa de 30$; e, se dentro de 8 dias, não tiverem todas vaccinadas, impor-se-lhes-á a multa de 50$000, com a obrigação de fazer cessar a infracção.

Na prática, o peso deste artigo do Código de 1902 se estendeu para o tratamento de outras doenças além da varíola e da febre amarela, de modo que ao analisar a lista de presença das alunas da Escola da Vila Nery,

em 1908, uma observação sobre a retirada de uma aluna da escola chama a atenção: "A aluna Eugenia Lavesa retirou-se da escola por não querer sujeitar-se ao tratamento da molestia trachoma"[25].

De fato, o medo do contágio de certas doenças permaneceu enraizado na população que vivenciou essas epidemias devastadoras. Aparecida, entrevistada nesta pesquisa, conta que teve que sair da fazenda onde morava e trabalhava por causa da rejeição sofrida junto aos irmãos pelos outros trabalhadores, decorrente do adoecimento de sua mãe:

> Naquele tempo, a doença de tuberculose, se você falasse pra uma pessoa assim, pro seu vizinho, que você tava com tuberculose, ou tinha uma pessoa com tuberculose na família, o vizinho corria de você. Foi o que aconteceu pra nóis lá na Fazenda [São Roberto, em São Carlos]. A gente ficou isolado! Isolado. Nóis não podia conversar com vizinho nenhum, os colegas do meu irmão, os colonos lá que pegavam oitão de café junto com os meus irmãos na Fazenda, pra carpir café, correram todo mundo e ninguém queria mais chegar perto dos meus irmãos, porque a minha mãe tava com tuberculose. (...) Teve um dia que meu irmão chegou desesperado em casa e falou pra minha irmã: Maria, nóis precisa ir embora daqui dessa fazenda, porque se uma dessas crianças ficar doente aqui nessa fazenda, nóis tá perdido, porque ninguém chega perto de nóis! Nóis precisa ir embora pra um lugar onde ninguém conhece de nóis e não sabe a nossa história. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

Por indicação do médico que tratou sua mãe, Aparecida e os irmãos se mudaram para São Carlos, alugando uma casa na Vila Nery. Longe do preconceito daqueles que conheciam o histórico de saúde da

25 _ Trecho da lista de presença daEscola da Vila Nery, 1908. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

mãe, a família pôde se reorganizar no ambiente urbano, adaptando-se à nova situação.

Até 1929, a área da cidade e sua expansão eram determinados pelos Códigos de Postura, como instrumento de controle do solo e da normatização da vida na cidade. No entanto, se nos primeiros momentos da urbanização de São Carlos as normas se detinham nas delimitações da construção do espaço urbano, com normas como o artigo 1º "Todas as ruas, que fôrem abertas dentro dos limites da Villa, terão 60 palmos de largura", a temática da salubridade era pouco abordada. É apenas após a ocorrência das grandes epidemias que esse assunto passa a ser demoradamente elaborado nos Códigos, com capítulos exclusivos sobre a *Hygiene e salubridade publica*. Nesse sentido, as leis abordavam aspectos da salubridade em diferentes espaços da cidade: nas ruas, praças e passeios; no matadouro municipal; na administração e serviço sanitário; nos açougues; nos cemitérios; nos enterramentos e, por fim, nas habitações.

Com relação ao espaço doméstico, Lemos aponta que no período do Brasil Colônia e Império, as legislações que controlavam as edificações urbanas não intervinham no planejamento interno das residências, "era como se houvesse o máximo respeito às decisões pessoais ou ao direito de propriedade - cada um morasse como quisesse ou pudesse" (LEMOS, 1999, p. 13). Porém, o aumento populacional urbano, intensificado no final do século XIX, trouxe demandas que a cidade não estava preparada para atender.

> Foi nessa cidade de mil odores que a República deflagrou grande esforço modernizador e, pela primeira vez, introduziu nos códigos exigências ligadas à higiene, sobretudo à da habitação. A lei entrou dentro de casa, não ficando só nas veleidades estéticas dos frontispícios. (LEMOS, 1999, p.17)

Para que isso fosse efetivado em São Carlos, teve papel fundamental a criação da Delegacia de Saúde na cidade, uma instância esta-

dual que contou com a direção do Dr. Álvaro Sanches[26]. Com o objetivo de conter as moléstias, suas atividades eram basicamente de fiscalização sanitária de alimentos e saneamento, através do planejamento, programação e educação sanitária. Diferenciando-se dos outros delegados sanitários da cidade, Sanches representava uma figura externa e neutra,vinda apenas para realização deste trabalho. Como não possuía vínculos familiares ou políticos em São Carlos, pôde intervir inclusive nas diversas propriedades da elite econômica, para o devido adequamento às normas sanitárias. Uma de suas primeiras atitudes foi com relação às casas de aluguel que, quando desocupadas, passaram a ser desinfetadas e após uma inspeção da Delegacia, conforme a situação, os proprietários eram intimados à realização de reformas. No relatório feito por Sanches para descrever os trabalhos realizados em dois anos de atividade da Delegacia, ele narra os entraves encontrados a princípio[27]:

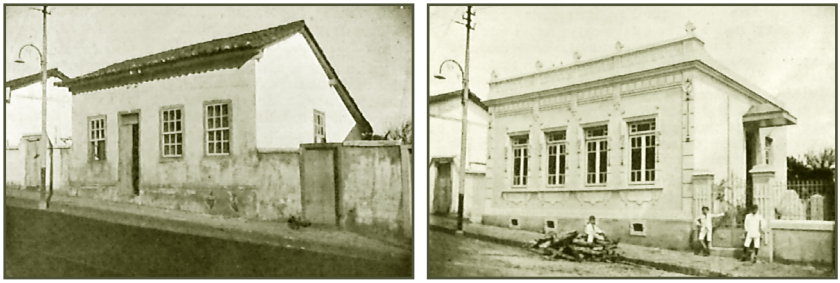
> Não obstante a calma e prudecia com que temos procurado cumprir os deveres do cargo, attendendo á situação difficil creada por causas diversas, como a ultima grande guerra na Europa, os prejuizos produzidos na lavoura pelas recentes geadas e a alta exorbitante dos preços de materiais de construcção, logo após a expedição das primeiras intimações desta Delegacia começaram a fazer-se ouvir as queixas dos interessados, formando-se uma commissão encarregada de angariar assignaturas para um abaixo-assignado, que foi por esta enviado á Camara Municipal. (...) em resposta ao seu officio, que o

26 _ Seguindo um movimento de transição estadual, em maio de 1918 foi instalada em São Carlos a sede regional da Delegacia de Saúde, consequentemente desativando a então Delegacia de Hygiene, dirigida pelo Dr. Eurico de Souza Pereira (SANCHES, 1920).

27 _ Este relatório foi elaborado em 1920 pelo Dr. Alvaro Sanches, então delegado de saúde de São Carlos, a pedido do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Ele é intitulado *Dois annos de trabalho da nova delegacia de saúde de São Carlos e seus resultados* e contém uma descrição de todos os trabalhos por ele realizados na cidade, com fotos do antes e depois das intervenções e dados numéricos do processo de adequação da cidade às normas do Código Sanitário da época.

> Governo não pode suspender a execução das leis, devendo os peticionarios dirigir a sua representação ao Congresso, querendo. (SANCHES, 1920, p. 30 e 39)

Após o ocorrido, o delegado concluiu que "cessou a anormalidade que se manifestava em relação ao cumprimento da lei, continuando todos os serviços debaixo da mais perfeita ordem"[28]. As intimações diziam respeito, na maior parte das vezes, às exigências de reformas como: levantamento de parede até a altura legal, modificações no telhado, impermeabilização e ventilação do porão, abertura de área para ar e luz direta, reforma completa em cozinhas, copas, dispensas, banheiros e gabinetes sanitários. As figuras 05 e 06 demonstram parte dessas adaptações que, de acordo com Sanches, só trouxeram benefícios aos seus proprietários, pois "graças aos melhoramentos feitos, viam elles as casas beneficiadas e cobiçadas por todos, o que lhes proporcionava ensejo de augmentar o respectivo aluguel" (SANCHES, 1920, p. 52).



Figuras 05 e 06 _ Casa da rua Conde do Pinhal n. 38, intimada pela Delegacia de Saúde de São Carlos em 27/05/1919. A mesma casa antes e depois da reforma. Fotos publicadas em 1920, fotógrafo desconhecido.

O fato é que as vantagens descritas diziam respeito apenas aos proprietários dos imóveis que, ainda de acordo com o relatório citado, puderam aumentar em 40% o valor do aluguel após as adequações. Notamos que além das mudanças feitas nas edificações em questão, houve igualmente uma alteração natural nos moradores destes locais que,

28 _ SANCHES, 1920, p. 42

após o aumento do aluguel, não puderam arcar com os novos valores. Sem desvalorizar a problemática sanitária na transição do século XIX para o XX, ressaltamos que em nome dela foram elaboradas algumas estratégias urbanas de caráter excludente para com a população de baixa renda, incluindo o negro.

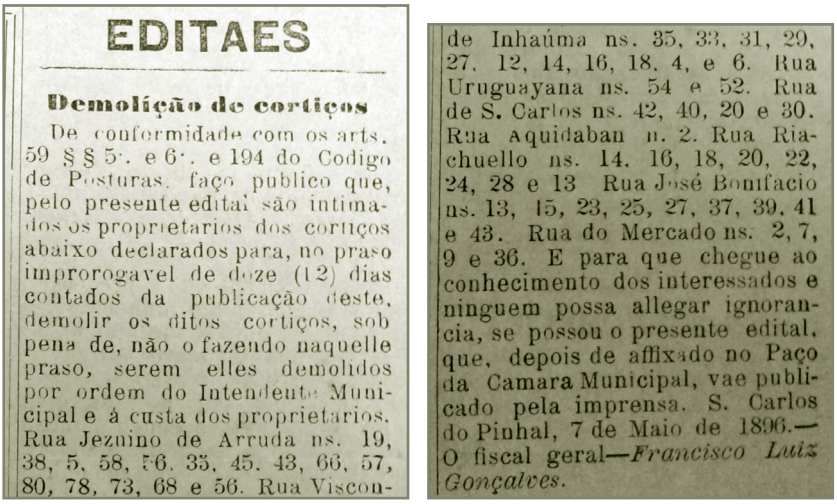
Dessa forma, se por um lado foram sanadas inúmeras questões ligadas à higiene das habitações urbanas, por outro as normas mudaram a estética da cidade, valorizando o núcleo central e reforçando a segregação socioespacial na cidade. Sanches finaliza seu relatório prevendo que em breve o nucleo central estaria "completamente remodelado, livre de casinholas (...) graças aos esforços que vem sendo intelligentemente desenvolvidos pelas autoridades locaes e imprensa" (SANCHES, 1920, p. 14).

1.3 BAIRROS PERIFÉRICOS

Na virada do século XIX, os intelectuais e médicos identificaram as habitações e os modos de morar das camadas pobres na cidade como sendo um dos focos de irradiação de epidemias e propagação de vícios de todos os tipos e o combate à existência dos cortiços marcou o crescimento de inúmeras cidades paulistas (CHALHOUB, 1996). Nas pesquisas de documentação referente ao período em São Carlos, encontramos um edital de demolição de cortiços existentes na cidade (ver figura 07), localizados nas ruas Jesuino de Arruda, Visconde de Inhaúma, Uruguayana (atual 9 de julho), São Carlos (atual avenida São Carlos), Aquidabam, Riachuello, José Bonifácio, e rua do Mercado (atual Geminiano Costa). Diferente do que outros autores defenderam até o presente momento, as intimações publicadas no jornal confirmam a existência de cortiços na cidade pelo menos em fins do século XIX.

Para os higienistas, o fato era sinônimo da proliferação de doenças contagiosas; para a elite econômica, a presença dessas edificações

de moradia coletiva distanciava cada vez mais o centro urbano dos tão desejados moldes europeus; e finalmente, para a população de baixa renda, o cortiço era uma das poucas soluções de habitação no centro, demonstrando a dificuldade do acesso à moradia[29].



EDITAES

Demolição de cortiços

De conformidade com os arts. 59 §§ 5º. e 6º. e 194 do Codigo de Posturas, faço publico que, pelo presente edital são intimados os proprietarios dos cortiços abaixo declarados para, no praso improrogavel de doze (12) dias contados da publicação deste, demolir os ditos cortiços, sob pena de, não o fazendo naquelle praso, serem elles demolidos por ordem do Intendente Municipal e á custa dos proprietarios. Rua Jezuino de Arruda ns. 19, 38, 5, 58, 56, 35, 45, 43, 66, 57, 80, 78, 73, 68 e 56. Rua Visconde de Inhaúma ns. 35, 33, 31, 29, 27, 12, 14, 16, 18, 4, e 6. Rua Uruguayana ns. 54 e 52. Rua de S. Carlos ns. 42, 40, 20 e 30. Rua Aquidaban n. 2. Rua Riachuello ns. 14, 16, 18, 20, 22, 24, 28 e 13 Rua José Bonifacio ns. 13, 15, 23, 25, 27, 37, 39, 41 e 43. Rua do Mercado ns. 2, 7, 9 e 36. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguem possa allegar ignorancia, se passou o presente edital, que, depois de affixado no Paço da Camara Municipal, vae publicado pela imprensa. S. Carlos do Pinhal, 7 de Maio de 1896.— O fiscal geral—*Francisco Luiz Gonçalves*.

Figura 07 _ Reportagem do jornal *O São Carlos do Pinhal, diário republicano*, publicado no dia 07 de maio de 1896.

Bortolucci destaca que a preocupação das autoridades com a demanda por moradia pode ser identificada na criação de leis como a de número 225, de 1919, que incentivou a construção de casas a serem destinadas especificamente ao aluguel (de preço controlado) sem, no entanto, deixar de lado os requisitos de higiene.

> Art. 1º: A Camara Municipal de São Carlos concederá isenção de todos os impostos municipais pelo prazo de 20 annos, em favor dos proprietários que fizerem edificar, nesta cidade, em sitios escolhidos de accordo com a Prefeitura e nas conformidades das plantas que

29 _ Para um estudo mais detalhado sobre os cortiços nos centros urbanos, ver o trabalho de Sidney Chalhoub "Cidade Febril - Cortiços e epidemias na corte imperial", 1996.

> forem approvadas, grupos de, pelo menos, cinco casas cada um, obedecendo as precisas condições hygienicas, e destinarem taes casas a serem alugadas por preço não excedentes a 30 mil réis cada uma (Código de Posturas da Camara Municipal de São Carlos do Pinhal, 1902, p.23).

Vale ressaltar que o benefício seria aplicado a casas construídas em locais determinados pela Prefeitura, demonstrando mais uma oportunidade de efetivar a segregação espacial da população pobre na cidade. Complementa esta estratégia a lei de número 217, elaborada em 1917, que fazia uso de prêmios anuais, como a isenção de impostos, dados às construções esteticamente mais elaboradas no núcleo da cidade.

Nota-se que o recorte cronológico desta pesquisa, das décadas de 1880 a 1920, foi marcado não apenas pelo adensamento da população urbana, mas também, em resposta a esse processo, pela expansão da cidade. Se por um lado era importante a criação de normas para sanar os problemas ligados à saúde e de uma linguagem urbana na configuração da então São Carlos, por outro lado, era essencial atender às demandas de uma classe social pobre e necessária para a manutenção dos serviços na cidade, mas que não poderia arcar com as consequências advindas da valorização dos imóveis reformados, como o aumento no aluguel. A resposta a essa problemática foi dada através da expansão urbana. Na medida em que o núcleo central ia se modernizando, com a adequação das construções já existentes aos ideais estéticos e sanitários da época, ocorreu um processo natural de expulsão da população de baixa renda da região central para novos bairros periféricos, criados pela iniciativa privada. Por se distanciarem do miolo central da cidade, esses loteamentos não receberam com a mesma rigidez a aplicação das normas sanitárias e dos Códigos de Postura, possibilitando que a população de baixa renda construísse suas casas como pudesse. A falta de infra estrutura nos bairros permitiu que eles se tornassem acessíveis a esta população, que puderam morar de aluguel, ou até mesmo comprar terrenos para construir suas habitações.

A similaridade das casas nas figuras 08 e 09 demonstra como as normas de construção foram utilizadas de maneiras diferentes na cidade. O que era condenável no núcleo central já em 1918 (figura 08), era considerado aceitável nos bairros periféricos como a Vila Isabel e ainda existia na década de 1980 (figura 09).

Figura 08 _ Casas na rua Episcopal, no núcleo central, que não satisfaziam os requisitos de higiene em 1918. Fotógrafo desconhecido.

Figura 09 _ Casa na Vila Isabel na década de 1980. Um dos bairros periféricos criados no final do século XIX.

Até 1888 a cidade tinha sofrido uma expansão apenas no sentido norte-sul, direcionada a partir da então rua São Carlos (avenida, hoje) com as demais ruas paralelas e perpendiculares a ela, seguindo o modelo hipodâmico implantado em grande parte das cidades paulistas criadas desde meados do século XVIII. Com a chegada da ferrovia em 1884, o traçado do núcleo central da cidade se expandiu em sua direção, no sentido sudoeste. Da mesma forma, a implantação do cemitério no extremo norte da rua São Carlos, em 1890, provocou outro eixo de expansão. A partir de 1890, a cidade passou por uma significativa expansão, com a criação de novos bairros distribuídos na periferia urbana,

abertos em um curto espaço de tempo, mas com características bastante variadas (ver tebela 01 e figura 10). Analisando-os isoladamente, podemos extrair a porcentagem de negros de cada população específica, como demonstrado na figura 11.

Tabela 01

Bairros Periféricos em São Carlos

Ano de implantação	Nome do parcelamento	Proprietário	Área (hec.)
1889	Vila Nery	Joaquim Alvez de Souza Nery	15,0
1891	Vila Isabel	Casimiro C. de O. Guimarães	17,0
1891	Vila Pureza	Manoel Antônio Mattos	26,8
1893	Vila Prado	Leopoldo de Almeida Prado	57,7

Fonte: LIMA, 2008, p. 57.

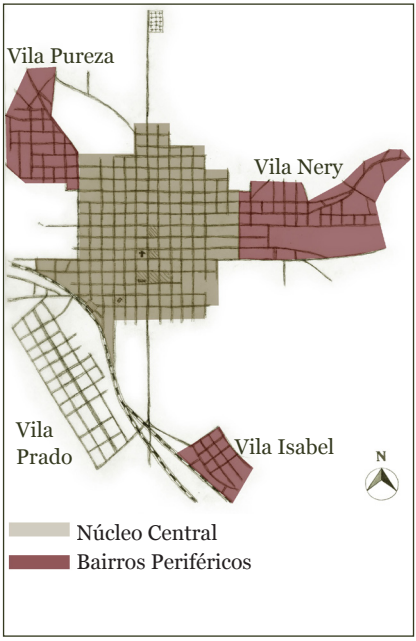


Figura 10 _ Delimitação dos bairros criados até 1893 e estudados nesta pesquisa, na cidade de São Carlos.

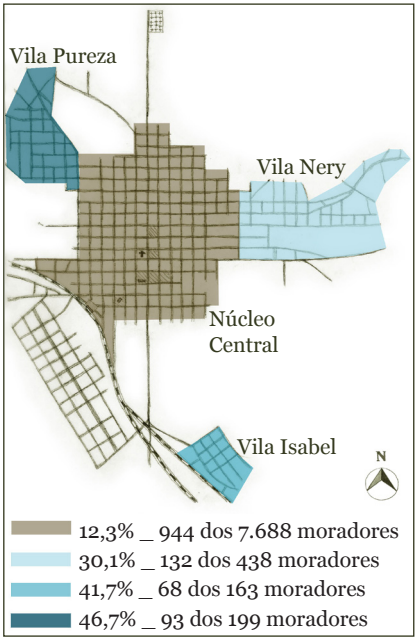
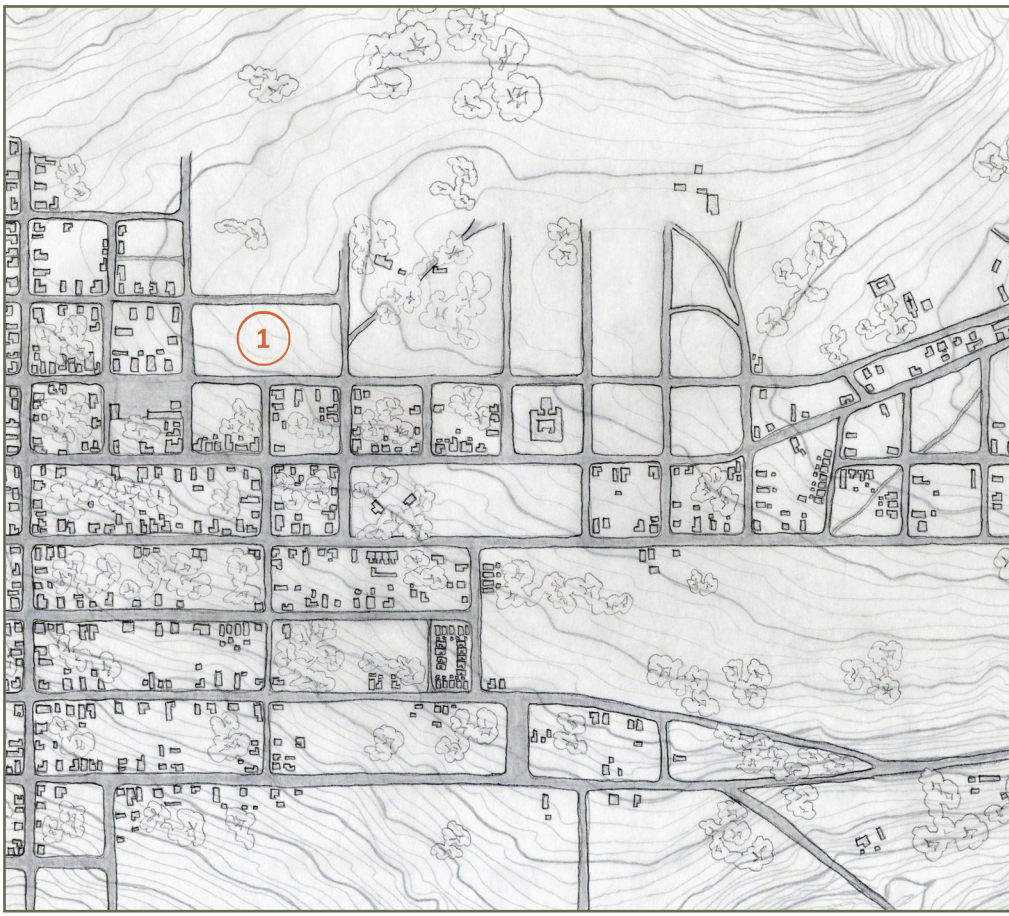


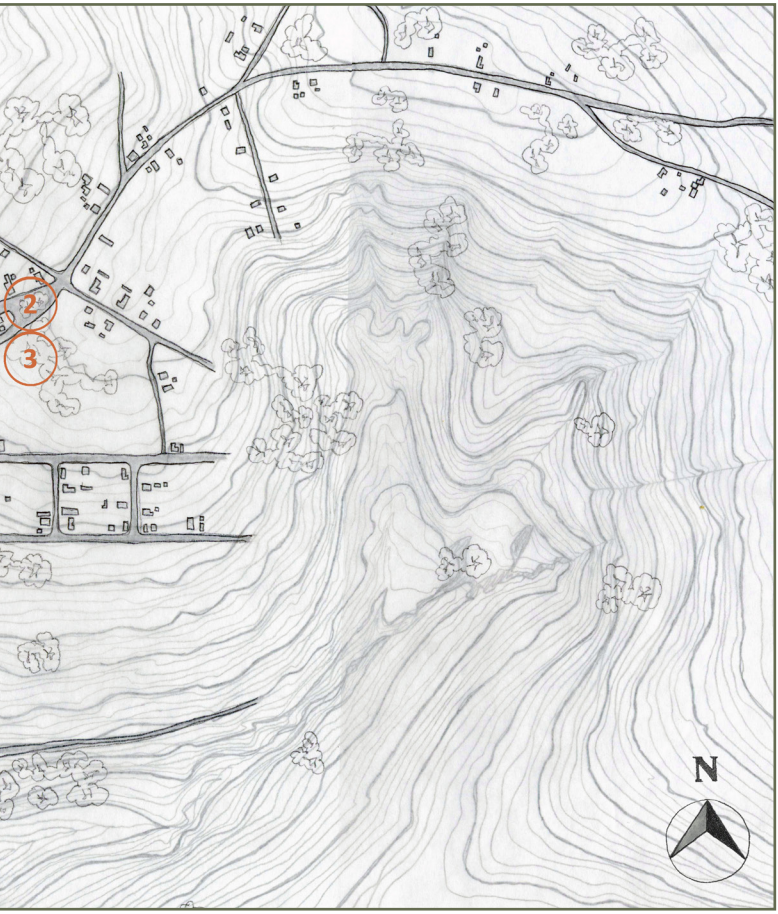
Figura 11 _ Porcentagem de negros em cada um dos bairros, em 1907. Dados do Recenseamento Populacional de São Carlos, 1907.



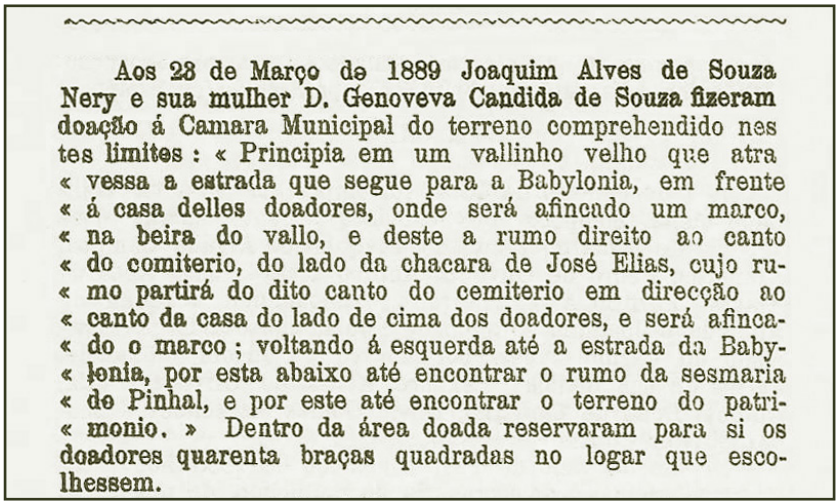
Planta Cadastral da Vila Nery

Legenda:
1_ Antigo cemitério
2_ Balão do bonde
3_ Nery Parque

planta cadastral da VILA NERY



Elaboramos esta Planta Cadastral na busca de ilustrar como seria o bairro no recorte cronológico da pesquisa: de 1890 a 1920. Para isso, utilizamos como referência mapas, plantas cadastrais e levantamento foto altimétrico de São Carlos, coletados na pesquisa e incluídos no anexo desta dissertação, junto às devidas fontes. O desenho é da autora.



Aos 28 de Março de 1889 Joaquim Alves de Souza Nery e sua mulher D. Genoveva Candida de Souza fizeram doação á Camara Municipal do terreno comprehendido nes tes limites : « Principia em um vallinho velho que atra « vessa a estrada que segue para a Babylonia, em frente « á casa delles doadores, onde será afincado um marco, « na beira do vallo, e deste a rumo direito ao canto « do comiterio, do lado da chacara de José Elias, cujo ru- « mo partirá do dito canto do cemiterio em direcção ao « canto da casa do lado de cima dos doadores, e será afinca- « do o marco ; voltando á esquerda até a estrada da Baby- « lonia, por esta abaixo até encontrar o rumo da sesmaria « do Pinhal, e por este até encontrar o terreno do patri- « monio. » Dentro da área doada reservaram para si os doadores quarenta braças quadradas no logar que esco- lhessem.

Figura 12 _ Trecho do Almanaque de São Carlos, em 1894, noticiando a criação do bairro Vila Nery.

Na figura 12 vemos a descrição dos limites do bairro, feita por Cincinato Braga em 1894. É de suma importância notar que a criação da Vila foi realizada através da doação de terras particulares para a Câmara Municipal e que, portanto, o gerenciamento dos lotes, ruas e espaços públicos do bairro foi de responsabilidade do órgão municipal. Identificamos um processo de continuidade do traçado do núcleo central para a Vila, através da abertura de novas ruas com predominância no sentido leste da cidade. Isso fez com que o bairro tivesse uma configuração espacial mais estreita no sentido norte-sul e comprida no sentido leste-oeste, de modo que as características de sua ocupação mudassem significativamente de um extremo ao outro, pois se a leste o bairro se aproximava da zona rural, a oeste ele encontrava o núcleo central (ver Planta Cadastral do bairro). Portanto, ainda que tenha sido classificado como um bairro periférico pelo Recenseamento de 1907, a aproximação da parte oeste da Vila Nery com o centro da cidade faz dela uma continuação do mesmo e, consequentemente, as preocupações com o embelezamento das construções chegaram até esta área do bairro, ainda que de forma mais

amena, através dos Códigos de Postura. Uma negra que morou quando pequena na região central da Vila, descreve o bairro a partir da sua percepção:

> Lá era tudo casa boa, bonita. Era tudo gente que tinha dinheiro, gente mais ou menos tipo classe média, gente que tava bem de vida. Não existia assim, pedinte e essas coisas. Eu acho que a família mais pobre que tinha ali naquele pedacinho era a minha (entrevista com Aparecida P. Jeronymo).

Em contrapartida, a região mais a leste do bairro era rota de saída para as fazendas e sítios, configurando-se como uma transição (não muito definida) entre zona urbana e rural. Analisando os dados colhidos na pesquisa de campo, é possível afirmar que as normas dos Códigos de Postura de São Carlos não chegaram a influenciar as construções nessa área e nela se concentrou a população de baixa renda do bairro[30]. Utilizando as informações do recenseamento de São Carlos, de 1907, identificamos as ocupações do contingente negro do bairro, ligadas basicamente ao trabalho no campo (ver figura 13), facilitado pela proximidade do bairro com as fazendas da região.

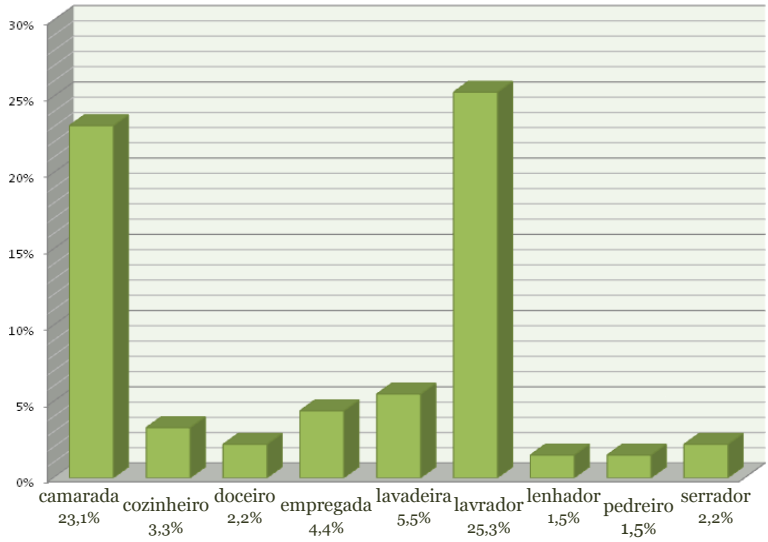
> De noite eu escutava os bois gritar, fora da hora, cê levantava, eles batiam. Olha, minha casa! Uma vez o boi deu uma cabeçada na parede, quase que dirruba a parede nossa de barro! Tanto boi que passava aí. Cê já ouviu falar no Zé Pretinho? Zé Pretinho era um preto, qui nem esse cachorro aqui [se refere à cor do cachorro], trabalhava também. Ele era boiadeiro e passava aí e gritava "*Dita, fecha as portas que eu vô ino com a boiada*". Pra mó das crianças, eu fechava as portas (entrevista com Benedita Ribeiro).

---

30 _ Exploraremos com mais detalhes essa questão no capítulo 3 dessa dissertação.

Figura 13

Profissão dos negros na Vila Nery, 1907



Fonte: Recenseamento Populacional de 1907 em São Carlos.

Outro fato que caracteriza a periferização do bairro nesta pesquisa é a identificação de um bordel no extremo leste do bairro, comprado e administrado por uma negra até a segunda metade do século XX, quando teve de ser desativado devido à construção de uma creche no terreno da frente. De fato, ainda que exercendo uma função legalmente não reconhecida, o pressuposto para o existência de um bordel era estar à margem da cidade, em seus espaços invisíveis.

Benedita Ribeiro trabalhou no bordel, cresponsável pela limpeza do local, do preparo da comida e da lavagem das roupas das moças que ali viviam. Fugindo de uma situação familiar, ela veio para São Carlos com os filhos e, à partir desse emprego, ocupou o terreno vizinho, construindo ali sua casa com outras famílias negras da região. Atualmente, Benedita é dona da terra, que ganhou através do processo de usucapião.

No entanto, se a região leste do bairro estava mais ligada às atividades do campo e desprovida de infraestrutura urbana, a área centro-oeste recebeu diferentes tipos de investimentos no início do século XX

para promover seu desenvolvimento, como por exemplo a instalação da linha do bonde, em 1914, que fazia o retorno no bairro em uma pequena praça, até hoje conhecida como "balão do bonde". Em frente a este local, foi fundado em 1918 o Nery Parque em extensa área organizada nos moldes de um clube, que contava com quadras de esporte, patinação, local de recreação infantil, com a venda de alimentos e apresentações musicais aos finais de semana. Funcionando através de associados, com cobrança de entrada, na figura 14 percebemos que foi um espaço feito para a elite branca são-carlense.

Figura 14 _ Entrada do Nery Parque, em frente ao conhecido "Balão do Bonde", atual Praça Arcesp.

Antes da criação do bairro, funcionou um cemitério[31] em suas terras que, após ter sido desativado em 1890, permaneceu fechado até a década de 1930, quando foi iniciado um processo de mudança no uso do terreno, com a construção de um complexo esportivo com arquibancada, bilheteria, instalações sanitárias, pista e campo de futebol. Nessa mudança de função, não podemos deixar de ver a intenção de valorizar a área e, da associação feita entre a Câmara Municipal de São Carlos com o Rui Barbosa Futebol Clube (que pertencia ao São Carlos Clube), nasceu o chamado "Campo do Rui", nome pelo qual ainda hoje é conhecido. É importante ressaltar a representatividade da presença do São Carlos Clube no bairro, uma vez que este foi um clube que durante muito tempo não permitiu negros como membros.

31 _ Este cemitério foi o segundo da cidade. Antes dele, tem-se notícia de um primeiro, localizado no quarteirão onde hoje se situa o pátio da Igreja São Benedito, e após ele, um terceiro foi construído ao norte da cidade, na atual avenida São Carlos. Fonte: Almanaques de São Carlos, 1894 e 1905.

Planta Cadastral da Vila Isabel

Legenda:
1_ Linha do trem
2_ Capela de Santa Isabel

planta cadastral da
VILA ISABEL

Elaboramos esta Planta Cadastral na busca de ilustrar como seria o bairro no recorte cronológico da pesquisa: de 1890 a 1920. Para isso, utilizamos como referência mapas, plantas cadastrais e levantamento foto altimétrico de São Carlos, coletados na pesquisa e incluídos no anexo desta dissertação, junto às devidas fontes. O desenho é da autora.

VILLA IZABEL

Está situada a Este da estrada de rodagem que vae a Rio Claro, fundada pelo tenente Casimiro Candido de Oliveira Guimarães e sua senhora D. Izabel Ornellas de Oliveira Guimarães, em terras de sua propriedade, com 16 quarteirões divididos em 10 datas cada um. Contem 6 ruas e uma praça no centro, destinada á construcção de uma capella sob a invocação de Santa Izabel. Estão cedidos todos os lotes.

Figura 15 _ Descrição do bairro Vila Isabel no Almanaque de São Carlos de 1894.

As terras da Vila Isabel foram loteadas pelo seu proprietário, Casimiro Guimarães, com o intuito de criar o bairro e construir uma capela sob a invocação de Santa Isabel[32]. A princípio, as terras foram divididas em dezesseis quarteirões com dez lotes cada um, seis ruas e uma praça com a capela. Em documentação elaborada pela Diocese de São Carlos, o padre Antônio Tombolato[33] descreve a história do bairro, a partir de relatos de antigos moradores:

> O nome de Vila Izabel, foi dado, a êsse local, primeiro, por causa, da Capela, dedicada a Sta Izabel, e, depois em atenção a Princesa Isabel, a Redentora, dos escravos negros, no Brasil; já, que (...) muitos ex-escravos, vieram, aqui, se estabelecer. Isto tudo, segundo, depoimentos de D. Julia Rafael Francisco que, junto com seu marido, Rafael Francisco[34], foram alguns, dentre os primeiros,

32 _ Ao contrário do que muitos autores afirmam, o nome da Vila foi dedicado à santa portuguesa e não à princesa brasileira, que assinou a lei Àurea.

33 _ O padre Antônio Tombolato atuou na capela da Vila Isabel durante muitos anos de sua vida e se tornou personagem de referência no que tange a história do bairro.

34 _ Avós de uma das entrevistadas desta pesquisa, antiga moradora da Vila Isabel, dona Julia Scintila Francisco Nascimento. Ver figura 16.

ex-escravos que, aqui, vieram se estabelecer. E que conheceram, pessoalmente, o Sr. Casimiro Guimarães, e o surgimento da Vila Izabel, desde seus primórdios. (...)
[A capela de Santa Izabel] já existia desde 1898, construída, pelo Sr Casimiro Guimarães e família, que eram Cristãos. Católicos, muito piedosos, e devotos de Sta. Izabel, Rainha de Portugal, a cuja proteção, recorriam sempre, nos casos, das mais urgentes necessidades, porque eram de Portugal, da região de Coimbra, do lugar, onde estava e está, até hoje, o túmulo dessa Rainha Santa, no convento de Sta. Clara. E também, em atenção, ao nome de sua esposa, e de uma de suas filhas, que se chamavam Izabel.
Essa, teria sido, então, a razão, de terem trazido, de sua terra natal, a pequenina Imagem, que, como um amuleto, de estimação acompanhava-os, para que ela, Sta. Izabel, fosse sempre, sua especial protetora, e, para ela, logo que se acharam, em condições financeiras razoáveis, levantaram em sinal de gratidão, a pequena capela, em terras naquêles tempos, próximas a São Carlos, no local que veio a ser, hoje, a Vila Izabel.
E, isso fizeram, por dois grandes motivos: 1º porque eram portugueses, e grandes devotos, da Rainha Sta Isabel (...). E depois, porque, como Cristãos, Católicos e Devotos, dessa Rainha Santa, procuravam imitar-lhes as virtudes (...). E, com esse intuito, socorriam, facilitando o mais que podiam, os pobres ex-escravos, negros que haviam sido libertados, há pouco (...). E ele Sr. Casimiro Guimarães, procurava, de alguma maneira, ajudá-los, cedendo-lhes pedaços de suas terras, para que construíssem os seus barracos, para morar, pagando-lhes depois, como pudessem, ou mesmo, com trabalhos em suas terras ou fazenda. (Padre TOMBOLATO, Diocese de São Carlos, Paróquia de Santa Isabel, 2006)

Figura 16 _ Mulheres e meninas da Vila Isabel, década de 1940. Julia Scintila, entrevistada nesta pesquisa, é a primeira à direita agachada, e a primeira à esquerda em pé é sua avó, Julia Rafael Francisco, que nascera escrava. Esta, foi citada pelo padre Tombolato como uma das primeiras moradoras da Vila Isabel, junto com seu marido Rafael Francisco. Fotógrafo desconhecido.

A fala do padre deixa claro o caráter religioso que acompanhou a fundação da Vila Isabel na figura do senhor Casimiro Guimarães, e que se materializa na construção da capela pela sua devoção à Santa Isabel. Nesse sentido, podemos observar uma continuidade de postura dos fazendeiros escravistas na atitude do senhor Casimiro, justamente no momento em que este cede as terras aos negros em troca de trabalho e impõe a religião católica pela sua fé. Tanto o Almanaque de 1894 (figura 15) quanto o texto do padre Tombolato, se referem às terras da Vila Isabel como cedidas, não doadas nem vendidas. Mais uma vez, como no período da escravidão, a atitude de ceder as terras fortalecia o vínculo do proprietário com os negros, ao invés de dar-lhes efetivamente a libertação e a independência.

No que diz respeito ao desenvolvimento do bairro ao longo dos anos, ele se deu principalmente através de uma personalidade: João Francisco (filho do casal de ex-escravos citado no texto do padre Tombolato: Julia Raphael Francisco e Raphael Francisco). Esse negro pôde,

através de negociações políticas e organização de comícios com candidatos da cidade, angariar melhorias para o bairro (ver figura 17). De acordo com as entrevistas realizadas, foi assim que as ruas foram pavimentadas e chegaram as instalações de água, esgoto e energia na Vila.

Podemos identificar nas figuras representativas dos dois homens citados - Casimiro Guimarães e João Francisco - uma problemática. Sem dúvida, ambos exerceram um papel marcante na constituição do bairro e à história dos negros, cada qual no seu período, mas nenhuma das duas lideranças foi bem recebida pelos moradores do bairro: por mais que o catolicismo fosse a religião da maioria, a construção da capela na Vila foi iniciativa de uma só pessoa, por motivos pessoais e completamente estranhos ao bairro; tanto quanto as melhorias conseguidas através do diálogo com os políticos da cidade, foi uma atitude que surgiu de um homem e não do coletivo.

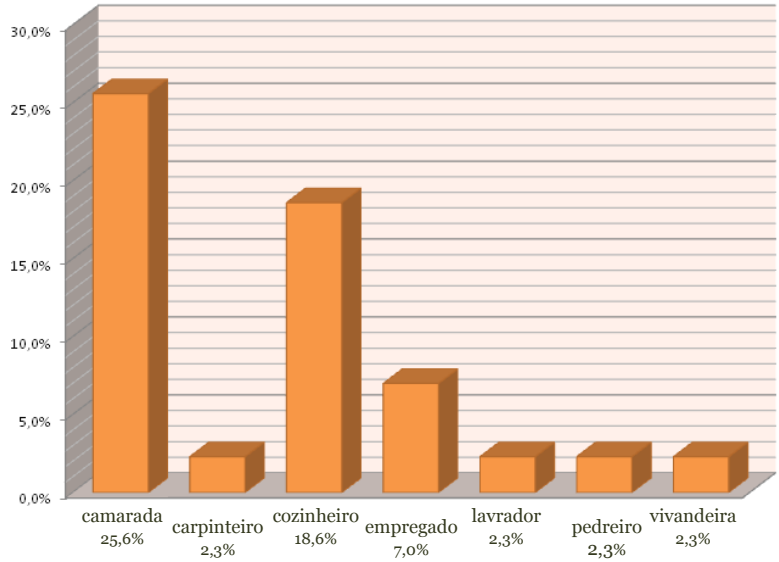
Dos bairros criados no final do século XX, a Vila Isabel é a mais afastada territorialmente do centro da cidade. No entanto, analisando os dados do recenseamento de 1907, vemos que as profissões dos ne-

Figura 17 _ Comício realizado na casa de João Francisco. Data e fotógrafo desconhecidos.

gros da Vila estavam mais distribuídas entre urbanas e rurais do que na Vila Nery (ver figura 13 e 18). Podemos dizer, portanto, que a localização dos bairros em São Carlos não definia totalmente como seria a relação da população no ambiente da cidade (centro e periferia). O isolamento da Vila Isabel frente a toda a malha urbana existente no período analisado indicaria, a princípio, que seus moradores se apropriariam bastante do espaço do bairro, como próprio, e trabalhariam nas fazendas da região, devido à proximidade com a zona rural. O que se apresenta, porém, é uma situação marcada e intensamente influenciada pelos processos de constituição da Vila desde sua criação.

Figura 18

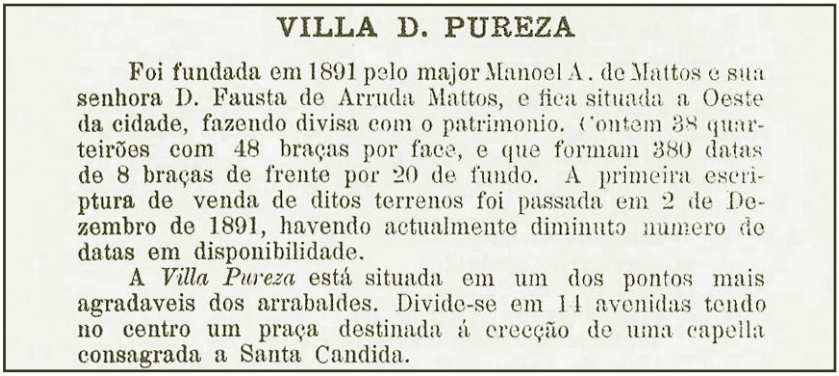
Profissão dos negros na Vila Isabel, 1907



Fonte: Recenseamento Populacional de 1907 em São Carlos.

Elaboramos esta Planta Cadastral na busca de ilustrar como seria o bairro no recorte cronológico da pesquisa: de 1890 a 1920. Para isso, utilizamos como referência mapas, plantas cadastrais e levantamento foto altimétrico de São Carlos, coletados na pesquisa e incluídos no anexo desta dissertação, junto às devidas fontes. O desenho é da autora.

Legenda:
1_ Santa Casa
2_ Caixa d'água
3_ Lazareto
4_ Posto Zootécnico
5_ Praça XV de Novembro
6_ Hospital de Isolamento
7_ Matadouro
8_ Cortume e córrego do Monjolinho
9_ Bola Preta ou Cinzeiro



VILLA D. PUREZA

Foi fundada em 1891 pelo major Manoel A. de Mattos e sua senhora D. Fausta de Arruda Mattos, e fica situada a Oeste da cidade, fazendo divisa com o patrimonio. Contem 38 quarteirões com 48 braças por face, e que formam 380 datas de 8 braças de frente por 20 de fundo. A primeira escriptura de venda de ditos terrenos foi passada em 2 de Dezembro de 1891, havendo actualmente diminuto numero de datas em disponibilidade.

A *Villa Pureza* está situada em um dos pontos mais agradaveis dos arrabaldes. Divide-se em 11 avenidas tendo no centro um praça destinada á erecção de uma capella consagrada a Santa Candida.

Figura 19 _ Notícia da fundação da Vila, feita em 1894 no Almanaque de São Carlos.

O local onde o bairro foi instalado esteve bastante ligado aos problemas de higiene e doenças epidêmicas que a cidade de São Carlos passou do final do século XIX, pois muitos dos equipamentos criados para atender às demandas da saúde urbana estavam localizados nas proximidades de onde mais tarde seria criada a Vila Pureza. O mais antigo deles é o Matadouro, construído em 1886 e "destinado à matança do gado bovino, suíno e caprino, sendo expressamente prohibida a matança desses animais fóra do Matadouro, sob pena de multa" (Almanaque de São Carlos, 1894, p. 8). Alguns anos mais tarde foram construídos o Lazareto de Variolosos e o Hospital de Isolamento, ambos com funções ligadas ao atendimento dos doentes. Por fim, contemporânea à criação do bairro é a Santa Casa de Misericórdia, implantada em um grande terreno doado pelo proprietário das terras, no final da rua Carlos Botelho.

> Dependente do departamento da hygiene estão o Matadouro e Hospital de Variolosos. São secções distinctas, que funccionam em prédios proprios e pertencentes ao municipio. As epidemias de variolla, que atacaram este municipio, motivaram a construcção do edificio em que

> se recolhem os enfermos (Almanaque de São Carlos, 1905, p. 55).

A Vila Pureza, assim como a Vila Isabel, foi o resultado de um loteamento e não da doação de terras para a Câmara Municipal, como no caso da Vila Nery. Isso fez com que o seu proprietário original tivesse controle sobre o destino dado aos terrenos e ruas do bairro, ainda que guiado pelas normas urbanas. O senhor Casimiro Guimarães cedeu grande parte dos lotes da Vila Isabel, mas esse não foi o caso do major Manoel de Mattos, que anunciou a venda de lotes e quarteirões inteiros, destacando as potencialidades do bairro para investidores imobiliários: "Convida-se os srs. amadores de bons terrenos para construcção a visitarem esta villa, porque ainda ha lotes muito bem collocado. (...) está claro que o emprego de capital em terrenos neste logar, é um capital seguro e garantido" (Almanaque de São Carlos, 1894, p. 48).

O bairro sofreu ocupações bastante distintas em sua totalidade, de modo que é possível dividi-la em duas partes: a região do extremo sul e a região norte. Ao sul, o bairro se conectava ao núcleo central através da continuação das ruas XV de Novembro e Carlos Botelho, de modo que a área sofreu grande influência do rigor estético que norteava as construções do centro da cidade. Motivada também pelo relevo alto desta região, que a distanciava das zonas mais baixas (onde os miasmas urbanos estavam estagnados), parte da população rica de São Carlos construiu seus pequenos palacetes nesta área reclusa da cidade.

A região norte do bairro sofreu outro tipo de ocupação bastante diferente, habitada pela população de baixa renda, dentre os quais muitos negros. A desvalorização das terras, muito próximas dos equipamentos ligados à saúde e higiene, barateou os terrenos e alugueis (ver mapa cadastral do bairro). Dona Nega explica o porquê mudou-se para o bairro:

> Por causa do valor, porque esse terreno aqui, quando eu comprei ele, é 15m por 45m, nós pagamos 200,00 reais. Não era 200,00 reais, era réis falava, eu não lembro

como chamava naquele tempo o dinheiro. Nossa, era quase de graça [o terreno], porque era tudo campo aqui né. (entrevista com Adelina Bidinato Picharilio)

Figura 20 _ Vista aérea da Vila Pureza, em primeiro plano, do centro da cidade e ao fundo da Vila Nery, com a continuação do traçado urbano.

Através da pesquisa de campo, constatamos que as normas de higiene e dos Códigos de Postura da cidade chegavam de forma mais amena na região norte do bairro, dando liberdade para que seus moradores construíssem suas casas de terra, madeira, com chão de terra batido, criassem porco, cabra e galinha, entre outras práticas proibidas no miolo central. Dessa forma, não é estranho que em 1907 46,7% dos habitantes do bairro fossem negros, o maior índice da cidade[35].

35 _ No centro da cidade 12,3% dos habitantes eram negros, na Vila Nery 30,1% o eram e na Vila Isabel esse número crescia para 41,7%. Fonte: Recenseamento de São Carlos, 1907, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

CAPÍTULO II

FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS, DENTRO E FORA DOS BAIRROS

2.1 NEGROS NA CIDADE

Durante o período escravista, o negro nas cidades ou era liberto ou era escravo. Seja por vias institucionais, que se intensificavam à medida que findava o século e aproximava-se a abolição, seja através da obtenção ou compra de alforrias, os negros libertos exerceram diferentes ofícios no ambiente urbano, tais como o de pedreiro, carregador, cozinheira, lavadeira, entre outros. Por outro lado, os escravos que habitavam a cidade e moravam junto a seus senhores, encarregados dos serviços domésticos, também circulavam pelo centro urbano abastecendo a casa com água dos chafarizes, levando e trazendo roupas ou objetos de seus senhores, carregando cestas de mantimentos próximos aos mercados. Misturados a todo esse movimento, havia ainda os escravos de ganho, que exerciam as mais diversas funções na cidade, com serviços autônomos ou encomendados. Ainda que a maior parcela dos escravos trabalhasse nas lavouras, é certo que muitos deles circulavam nos centros urbanos. Como tentativa de controle do trânsito e da ação de todos estes negros na cidade, a Câmara Municipal de São Carlos criou certas normas:

> "Art. 6.º Os que venderem a escravos ou crianças, bebidas alcoolicas, serão multados em 5$000". (Código de Posturas de 1873)

> "Art. 64.º Todo o que, de escravos e menores livres, comprar objectos que elles não possam ter, como sejam trastes de ouro, prata, cobre, brilhante, animaes, assucar, café, aguardente e outros semelhantes, havendo denún-

> cia que taes objectos são furtados, soffrerá a multa de 30$000 e será obrigado a restituir a seu dono o objecto comprado ou trocado, e na falta delle o seu valor.
> Art. 65.º Nenhum taverneiro ou mercador, poderá consentir que em seu negócio se demorem escravos mais que o tempo necessário para a compra dos generos que precisarem, sob pena de 5$000 de multa, de cada escravo que for encontrado ociosamente em suas casas de negócio.
> (...)
> Art. 91.º É prohibido o transito de escravos, depois do toque de recolhida, sob pena de ser prezo o escravo encontrado e multa de 5$000. Salvo:
> § 1.º Se apresentar bilhete de seu senhor ou da pessoa em cuja casa estiver alugado.
> § 2.º Os quitandeiros em noite de festas, ou divertimentos publicos, achando-se com a bandeija, cesta ou caixa que prove a sua qualidade de quitandeiro.
> Art. 92.º Todo aquelle que occultar em sua casa, ou em qualquer lugar escravo fugido, será multado em 30$000 e oito dias de prisão, ficando além disso salvo o direito dos respectivos senhores dos escravos para proceder conforme a lei geral. Esta disposição comprehende a todo aquelle que sob qualquer pretexto der couto ou consentir a reunião de escravos em suas casas com fins illicitos e reprovados". (Código de Posturas de 1880)

Através dessas normas é possível obter algumas informações quanto ao cotidiano dos negros (libertos e escravos) na cidade, já que a proibição de certas condutas confirma a existência primeira delas. Assim, observamos que a venda de certos objetos, de origem lícita ou não, poderia ser feita por escravos como meio de formação de um pecúlio próprio; que bares e mercados eram espaços urbanos frequentados pelos negros; que havia circulação noturna de cativos, bem como encon-

tros clandestinos entre eles. Seja como for, tais práticas foram consideradas "ilícitas e reprovadas" socialmente na cidade, de modo que os Códigos normatizaram a sua proibição.

Figura 21 _ Quitandeiras, uma das formas comuns de ocupação dos negros nas cidades. Foto tirada em 1875 por Marc Ferrez no Rio de Janeiro.

Rolnik salienta que, mesmo confinados em um sistema rígido escravista, sob o olhar vigilante do senhor e do fiscal, os escravos desenvolveram um instinto de autopreservação. Assim, utilizando-se da pouca liberdade de ação que tinham, os cativos lançaram mão de um suporte bastante sólido para se expressar e, ao mesmo tempo, se unir: o uso do próprio corpo.

> Arrancado do lugar de origem e despossuído de qualquer bem ou artefato, era o escravo portador – nem mesmo proprietário – apenas de seu corpo. Era através dele que, na senzala, o escravo afirmava e celebrava sua ligação comunitária; foi através dele, também, que a memória coletiva pôde ser transmitida, ritualizada. Foi

> assim que o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade (ROLNIK, 1989, p. 2).

O samba, o jongo, a capoeira, o candomblé, todas essas práticas da cultura afro-brasileira permitiram de forma muito singular a expressão corporal do negro. Mas como liberdade nunca foi sinônimo de igualdade, mesmo depois de 1888 esse tipo de manifestação cultural sofreu grandes restrições, confinamentos e combates, de modo a interceptar a participação dos negros nas atividades e espaços urbanos.

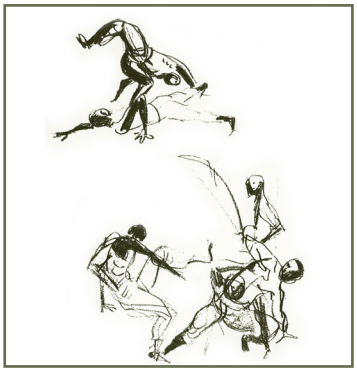


Figura 22 e 23 _ Capoeira, ritos e danças negras. Desenhos de Carybé _ Hector Julio Páride Bernabó.

Além do mais, durante muito tempo tais restrições foram respaldadas pela teoria da deformação genética, moral e intelectual dos negros, causada pelos anos de escravidão[36]. Para além da certeza de que não iriam se adequar à sociedade de classes (mesmo que antes da abolição já fosse significativo o número de negros livres vivendo e trabalhan-

36 _ Florestan Fernandes foi um dos primeiros acadêmicos a escrever sobre a questão do negro, com a visão de que a vivência do cativeiro causou uma deformação determinante no negro, desprovidos de meios para adaptarem-se na sociedade como homens livres. Seu posicionamento está condensado principalmente na obra "A Integração do Negro na Sociedade de Classes", de 1965.

do nos centros urbanos), essa teoria aponta como herança do cativeiro a tendência a vícios de todas as formas, como o ócio, a promiscuidade, o alcoolismo, entre outros (MACIEL, 1985).

Sem dúvida, este foi um pensamento bastante influenciado pelas bases da própria escravidão, que justificava a exploração dos povos não brancos pelo seu estado de inferioridade. Nas especulações quanto à inserção dos ex-cativos na sociedade após a abolição, além da afirmação da inferioridade de raça, identificamos a dificuldade de aceitação das diferenças culturais, sendo que o estigma foi difundido e justificado: o candomblé passou a ser considerado marginal porque estigmatizado como uma crendice, religião primitiva, que afrontava e desmoralizava a religião oficial da época. Da mesma forma, a imagem de marginalidade foi associada com as habitações coletivas dos pobres, onde a intensidade de uma vida em grupo (algumas vezes não-familiar) contrastava com a organização da casa burguesa. De acordo com Rolnik, o trabalho ocasional, marcado por uma distribuição do tempo e do espaço bastante diferente do trabalho assalariado, foi logo associado à desorganização e à ociosidade. A marginalidade também foi ligada ao conjunto de gestos e expressões corporais próprias dos negros.

> Se, para a comunidade negra, a linguagem do corpo é elemento de ligação e sustentação do código coletivo que institui a comunidade, para a classe dominante branca e cristã, a frequência com que se dança, umbiga, requebra e abraça publicamente desafia os padrões morais (ROLNIK, 1989, p. 7).

Assim sendo, nos trabalhos de melhoramentos urbanos postos em prática em São Carlos, desde o final do século XIX até aproximadamente a década de 1920, notamos a construção de dois projetos de cidade que se completavam, elaboradas paralelamente. De um lado, acompanhamos a elaboração de uma cidade que se pretendia civilizada, europeizada, burguesa e pudica, cuja linguagem arquitetônica, requintada, postulando funções e atribuições aos seus habitantes. O que

se esboçava era o redesenho do núcleo central, território cada vez mais exclusivo das classes dominantes, com seus espaços de trabalho, divertimentos, comemorações cívicas e religiosas. De outro lado, os bairros periféricos eram configurados como uma segunda cidade, erguida à sombra da primeira, com caráter clandestino, proibido e desafiador, onde cozinheiras, lavadeiras, prostitutas, trabalhadores de todas as formas, pobres brancos e negros, batalharam para assegurar a sua sobrevivência.

A urbanista ainda ressalta o procedimento utilizado para consolidar a separação entre as duas cidades, tornando invisível os indesejáveis e as manifestações de sua cultura, através do qual se tornou comum relacionar prostituição, charlatanismo, feitiçaria, curandeiros, medicina africana e umbanda como sendo componentes de uma mesma circunstância de vida da população negra. Nesse contexto, o Código de Posturas de São Carlos apresentam nos anos de 1880, 1902 e 1929 artigos sobre o assunto.

> Art. 86.º Os que se intitularem curandeiros de feitiços ou quaesquer, effectivamente empregarem orações, ou outros quaesquer embustes a pretexto de curarem, incorrerão na multa de 30$000, e seis dias de prisão além das despezas que possam incorrer por lei geral, (...)
> Art. 88.º Os indivíduos que se fingirem inspirados por algum ente sobrenatural, prognosticarem acontecimentos que possam causar sérias aprehensões no animo dos credulos, incorrerão multa de 30$000, e seis dias de prisão. (Código de Postura de 1880, São Carlos)

Em resposta à presença de negros na cidade do pós abolição, com hábitos e modos de morar próprios, as autoridades tentaram evitar a concentração deles na região central, a partir da repressão e da normatização do viver urbano. Paralelamente, a imagem pública dos negros que habitavam a cidade, estava sendo vinculada a fatos que a denegriam, aos vícios e tendências herdados dos tempos de senzala. Demonstrativo disso foi a pu-

blicação feita em 1894 pelo Almanaque de São Carlos noticiando um crime realizado por um negro em abril de 1888, como citado no capítulo anterior (página 26 desta dissertação).

Talvez na tentativa de mudar essa imagem cristalizada, os negros procuraram se aproximar dos modelos ideais brancos, conscientes de que para isso seria necessário despender muita energia. Em entrevista a esta pesquisa, Julia, neta de escravos, descreve a rigidez com que foi criada pelo pai, para que pudesse se encaixar dentro dos padrões de "pessoa de bem".

> Meu pai era assim: se a gente recebia nota baixa, por exemplo, em matemática, português e essas coisas, ele não ligava. Ele falava assim pra nóis que "se tomou nota baixa é porque a inteligência, que não é inteligente, porque se fosse inteligente já aprendia mais depressa". Mas se nóis chegasse com noventa de comportamento, aí a gente tinha que pegar o rego lá e ir apanhar. Chegava com o boletim com noventa, que ele falava assim que o comportamento tinha que ser cem, sempre cem de comportamento, não podia ser menos não. Aí apanhava, por causa do comportamento. Aí ele ia lá na escola saber o que que a gente tinha feito (entrevista com Júlia Scintila Francisco Nascimento).

De fato, não podemos afirmar que a luta por direitos muitas vezes negados aos negros tenha sido uma constante, no entanto notamos que foi o caminho traçado por alguns durante o período analisado. Identificamos essa atitude em João Francisco, filho de ex-escravos, que morou sua vida toda na Vila Isabel. O caso narrado por sua filha demonstra algumas das dificuldades cotidianas dos negros na cidade:

> Meu pai uma vez foi cortar o cabelo. Ali no largo Santa Cruz era o barbeiro. Ele foi lá, sentou, ficou esperando. Entrava um, cortava e saia. Entrava outro, cortava e saia. Aí ele falou *Uai, faz tempo que eu tô aqui. Cê não vai*

cortar meu cabelo e fazer minha barba? Ah, não faço, não corto cabelo nem faço a barba de negro. Meu pai falou *O que?!* Eu ainda lembro. Ele pegou e falou assim *Oh, eu vou sentar na cadeira, cê vai cortar meu cabelo, cê vai fazer minha barba e com cuidado, porque se você cortar meu rosto, ou se você não fizer minha barba e cortar o cabelo direitinho, eu quebro tudo esse salão seu aqui.* (entrevista com Júlia Scintila Francisco Nascimento).

Como vimos, na transição do século XIX para o XX, São Carlos era configurada espacialmente por suas fazendas, na área rural, e pelo núcleo central da cidade e a Vila Nery, Vila Isabel, Vila Pureza e Vila Prado, na área urbana. Neste item iremos abordar a utilização dos espaços urbanos pelos negros, fora do bairro que habitavam.

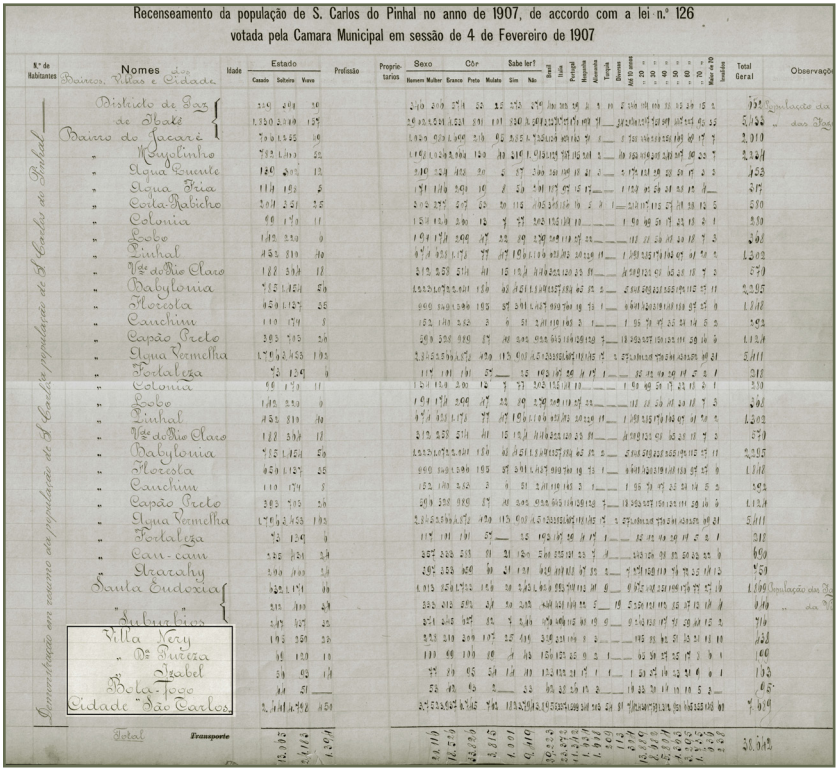

Recenseamento da população de S. Carlos do Pinhal no anno de 1907, de accordo com a lei n.º 126 votada pela Camara Municipal em sessão de 4 de Fevereiro de 1907

Figura 24 _ Folha final do Recenseamento Populacional de São Carlos, realizado em 1907.

Em seu estudo sobre os nacionais pobres que habitavam a cidade na transição do século XIX para o XX, Santos identifica em São

Paulo a desqualificação e marginalização dos modos de trabalho e comportamentos que fugiam à delimitação dos espaços e ao controle da administração municipal. Explorando um grupo específico, ele discorre:

> Transparece aqui a intenção de relacionar as lavadeiras, em sua maioria "ex-escravas e mamelucas", que trabalhavam e manifestavam nuanças de seus costumes e tradições culturais num espaço público, transportando o resultado de seu trabalho pelas ruas, a algo indigno para a Paulicéia que se urbanizava. (SANTOS, 1998, p. 100)

Em São Carlos, um fato que exemplifica bastante essa atitude municipal de retirada dos indesejáveis do centro foi o do córrego conhecido por Biquinha do Padre (por ter sido descoberto pelo Cônego Joaquim Botelho), localizado entre as ruas Nove de Julho e Marechal Deodoro. O local começou a ser frequentado por moradores para banhos e fornecimento de água para consumo, mas se tornou também um espaço de trabalho, para muitas lavadeiras que se utilizavam das águas para exercerem seu ofício. A presença diária dessas mulheres no córrego se tornou um incômodo, tanto que, em nome do progresso higienista, a Prefeitura Municipal decide por "construir no local uma caixa, da qual foi canalizado o precioso líquido para diversos pontos da cidade"[37]. De acordo com Damiano, 130 pessoas fizeram uma representação ao Presidente da Província, para impedir as obras de canalização do córrego, argumentando que suas águas eram um recurso público muito útil para todas as classes sociais, porém a intervenção na Biquinha ocorreu em 1890[38]. O caso demonstra a tendência existente em desqualificar as ocupações dos pobres no ambiente urbano, ainda que tais serviços fossem extremamente necessários para a existência e manutenção da vida das elites na cidade.

---

37 _ Reportagem do jornal *Correio de São Carlos*, de 29 de outubro de 1939. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

38 _ DAMIANO, 1955, p. 44.

Figura 25 _ Córrego da Biquinha. Data e fotógrafo desconhecidos.

Seguindo uma tendência da época, no ano de 1895 foi criado o Jardim Público de São Carlos, na praça em frente à Catedral, local de destaque na cidade. Mas, ainda que sete anos após a abolição, este espaço denominado "público" foi gradeado, defendendo "a área da penetração dos indesejáveis [pobres e negros], sem impedir a todos a visão das belezas que encerrava"[39]. O mesmo fato em Campinas causou grande indignação na população negra da cidade que, proibidos de frequentar o local, publicaram uma nota no jornal *Cidade de Campinas*, em 06 de agosto de 1901.

> Por que razão não poderão os pretos de Campinas, rapazes apessoados e de comportamento invejável, ou de outras quaisquer localidades, quando ali se acharem a passeio, estacionarem no jardim público? (...) Sendo o jardim um logradouro público, acessível a todas as pessoas corretas, um absurdo a proibição dos pretos naquele lugar de diversão e entretenimento.

39 _ NEVES, 2007, p. 63.

Vemos que a segregação de certos espaços urbanos foi realmente uma constante em outras cidades paulistas do período, na maioria das vezes feita de forma aberta e escancarada, como ocorreu nos Jardins Públicos de São Carlos e Campinas, elaborados para serem espaços de deleite da elite branca.

Os dados que colhemos na pesquisa de campo apontam que mesmo muitos anos após a retirada das grades que impediam o acesso ao local, a população negra preferia frequentar outros espaços que não este, utilizando-o somente em ocasiões específicas.

> Aquela praça na frente da Catedral, nóis nunca fiquemos ali não. Eu tenho até uma foto tirada ali na Catedral, as quatro irmãs junto, tiramos uma foto ali, mas nóis nunca ia lá na praça. Nóis, quando era moça, nóis ia fazer o *footing* na praça Coronel Salles (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo).

Figura 26 _ Irmãs no Jardim Público de São Carlos, na década de 1940. Aparecida é a segunda, da direita para a esquerda. Foto tirada por um fotógrafo que por ali ficava aos fins de semana vendendo fotos.

A prática do *footing* era uma das formas de lazer dos jovens no início do século XX, constituindo-se de um passeio feito à pé, no qual as mulheres andavam em um sentido e os homens em outro, de modo a cruzarem olhares, se conhecerem e flertarem. Foi consenso entre todos os personagens estudados na pesquisa, que o *footing* era feito pelos negros principalmente em duas praças na cidade, a da Igreja São Benedito e a praça Coronel Salles (ver figura 27). Importante notar que essa população não chegou a utilizar o Jardim Público para o *footing*, mesmo após a retirada de suas grades (em 1914), mas os passeios também não aconteciam isoladamente nos bairros periféricos.

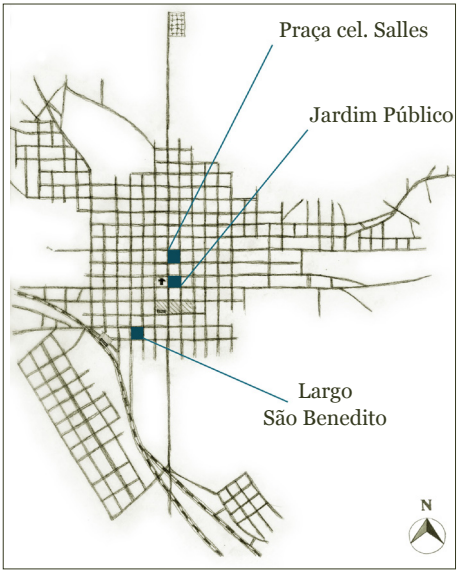


Figura 27 _ Praças onde os negros praticavam o *footing* e Jardim Público em São Carlos. Mapa elaborado pela autora, compreendendo o período de 1890 a 1920, à partir da interpretação dos dados colhidos na pesquisa.

Mesmo na praça Coronel Salles, utilizada pelos negros e brancos da cidade, havia uma segregação espacial, de forma que o *footing* era realizado hierarquicamente:

> Em frente ali na avenida, o São Carlos Clube, ali era só os bacanas. A gente passava ali, mas não passeava, porque nem dava, porque o preconceito era tudo os negros misturar com os brancos no lado gran fino, não dava.

> Quando pegava ali a rua 7 [de Setembro], indo pra Alexandrina: ali já eram as mulatinhas mais bem arrumadinhas, bonitinhas. E depois quando virava ali, chegava na [rua] Alexandrina com a [rua] 7 [de Setembro], ia descendo a [rua] Alexandrina, e ali já era mais os negão, as negas (...). Cada um já sabia o seu lugar, então ficava quieto, passeando no seu lugar e não tinha confusão! (entrevista com Romilda dos Santos Silva)

Enquanto prática socialmente aceita, o *footing* pode ser analisado como uma tentativa do negro se inserir no mundo dos brancos, sujeitando-se às regras e hierarquias impostas.

Outros tipos de atividades ligadas ao lazer da população analisada eram os cinemas, circos e parques que, devido ao valor cobrado pelo ingresso, não eram muito frequentados. Porém, nas entrevistas revelaram-se meios de obtenção da entrada a tais espaços, algumas vezes por meio da troca de algum serviço, como por exemplo, lavar a roupa daqueles que trabalhavam no circo para obter ingressos para seus filhos. Para além das negociações entre os adultos, as crianças elaboravam outras estratégias:

> O circo, nóis não tinha dinheiro pra pagar a entrada, então nóis esperava começar o espetáculo e quando começava o espetáculo, que tava todo mundo entretido vendo lá as palhaçadas, nóis puxava a lona do circo e entrava por de baixo, e assistia (Aparecida Pedro Jerônymo).

O Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio era muito frequentado, uma vez que foi o primeiro clube criado e dirigido por negros, no final da década de 1920. Mas, mesmo com a existência do clube, o lazer urbano dos negros estava ainda muito concentrado nas festas e músicas, organizadas por eles nas suas casas, terreiros e espaços do bairro. Certamente, estas tinham que obedecer às normas da cidade para serem realizadas, por isso, com exceção das festas religiosas e cívicas,

o cenário para o divertimento do negro que habitava a cidade se dava dentro do seu próprio bairro, ou nas fazendas da região, onde muitas vezes trabalhavam.

> Art. 93.º Ficam prohibidas as cantorias e danças conhecidas vulgarmente por batuques ou cateretê sem preceder licença das autoridades policiaes, sob pena de multa de 30$000 a cada um dos concurrentes, sendo dispersado o ajuntamento. Na reincidencia sofrerá o dono da casa a multa duplicada e oito dias de prisão, e os concurrentes tambem o duplo da multa, e 24 horas de prisão. (Código de Posturas de São Carlos, 1880)

Um dos momentos nos quais identificamos pequenas brechas nas proibições da manifestação cultural negra, foi o carnaval. No bairro da Vila Isabel, João Francisco exerceu um papel significativo nesse sentido, organizando os carros alegóricos e os cordões da escola de samba do bairro. Na figura 28 vemos a utilização de elementos africanos na temática do carro: a homenagem a Iemanjá, um orixá africano, e outros, desfilam pelas ruas da cidade.

Figura 28 _ Carro de carnaval da escola de samba da Vila Isabel. Destaque para a temática da Iemanjá, um orixá africano. Data e fotógrafo desconhecidos.

Além dos momentos de festa, o espaço das igrejas era ocupado pelos negros que tinham o catolicismo como crença. No núcleo central de São Carlos havia mais duas igrejas, a Catedral, idealizada desde a criação do território urbano, e a São Benedito. Esta última ocupou o quarteirão onde se localizava o primeiro cemitério da cidade. Com o crescimento populacional e as seguidas epidemias ocorridas no final do século XIX, houve a necessidade da construção de um novo cemitério. Com isso, o terreno do antigo foi cedido pela Câmara.

> O mais antigo delles [dos cemitérios] está hoje transformado, após a remoção dos ossos, em um pateo denominado São Benedicto em cujo centro destaca-se uma egreja em construcção. Este templo representa a caridade da população em donativos successivos. (Almanaque de São Carlos, 1905, p. 56)

Não é sem propósito que o Almanaque vincula a existência da dita Igreja aos donativos da população caridosa. Maciel (1985) destaca que tais contribuições davam às famílias brancas o status de protetores dos negros, criando uma imagem humilde e se distanciando o máximo possível da imagem de um passado escravista, ainda muito recente. Vincula-se a essa ação, o trabalho longo de erradicação das crenças religiosas de origem africana realizado pela Igreja Católica desde a chegada dos primeiros escravos ao Brasil. Assim, as igrejas do centro também se constituíam como mais um espaço simbólico de convivência, um dos poucos espaços urbanos, fora dos bairros periféricos, no qual a presença negra era incentivada e respeitada. Os dados que coletamos mostram que se a prática do *footing* estava restrita a certos espaços, as missas eram frequentadas pelos negros em todas as igrejas do miolo central da cidade. A igreja São Benedito e a Catedral são sempre citadas, sendo que muitos dos entrevistados se casaram nesta última. Júlia descreve-nos como surgiu sua ligação com a igreja católica:

> A minha avó levava nóis todo fim de semana pra assistir missa de domingo na Igreja São Benedito. A gente assistia missa lá, a gente ia com ela lá pra Igreja lá. Aí depois é que eu fiz a primeira comunhão na igrejinha aqui da Vila Isabel. (entrevista com Julia Scintila Francisco Nascimento)

Vale destacar que a avó de Julia nascera escrava em São Carlos e que, mesmo que o pai de Julia frequentasse um centro de umbanda, ela escolheu a religião da avó para seguir.

Ainda que dentro do perímetro urbano, os bairros periféricos estavam muito próximos à zona rural, o que facilitava o trabalho dos negros no campo, no trato com o café, o algodão, a cana de açúcar, entre outros. A localização periférica destes bairros facilitava, portanto, os deslocamentos entre a cidade e as fazendas da região, de modo que é compreensível a predominância de profissões ligadas ao campo nas Vilas Nery, Isabel e Pureza.

> Todo mundo trabaiava na roça como empreiteiro. Então o caminhão passava. Passava o caminhão do empreiteiro de cana, passava do empreiteiro de laranja, passava o empreiteiro de café, tudo isso daí. Tinha os empreiteiros que passava recolhendo os homi pra ir pra roça trabaiá. (...) O caminhão passava às cinco e meia da manhã por aqui, e pulava todo mundo no caminhão e vamo cortar cana, vamo panha laranja, vamo panha café. Às veiz, se eles não achava gente, eles vinha assim, batendo nas porta *O, cê não qué ir panha laranja? Tá pagano tanto! Cê não qué ir panha café, fulano, tá pagano tanto!* Ah, no outro dia você via o caminhão lotado! Ele parava na porta da casa da gente e lotava, ia todo mundo pra roça trabaiá. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

Analizando os dados do recenseamento realizado em São Carlos em 1907, identificamos profissões tipicamente urbanas descritas nas ocupações dos negros nos bairros, tais como empregado e pedreiro pelos homens, cozinheira, doceira e lavadeira pelas mulheres. Nesse sentido, vale lembrar que esses dados foram fornecidos ao Recenceamento de São Carlos realizado em 1907 e que, portanto, não compreendem a totalidade das ocupações exercidas por essa população, muitas vezes informais. Carlos Santos aponta a natureza "subversiva e inventiva das formas de sobrevivência e práticas culturais dos nacionais pobres"[40], de modo que as ruas da cidade eram ocupadas por inúmeros trabalhadores autônomos.

O rico material coletado na pesquisa de campo, nos permitiu observar alguns dos trabalhos informais realizados pelos negros no ambiente urbano. A figura 29 complementa os relatos que descreveram a realização de serviços pelas crianças, principalmente os de transporte de encomendas, como leite, queijo, marmitas, doces, roupas, entre outros.

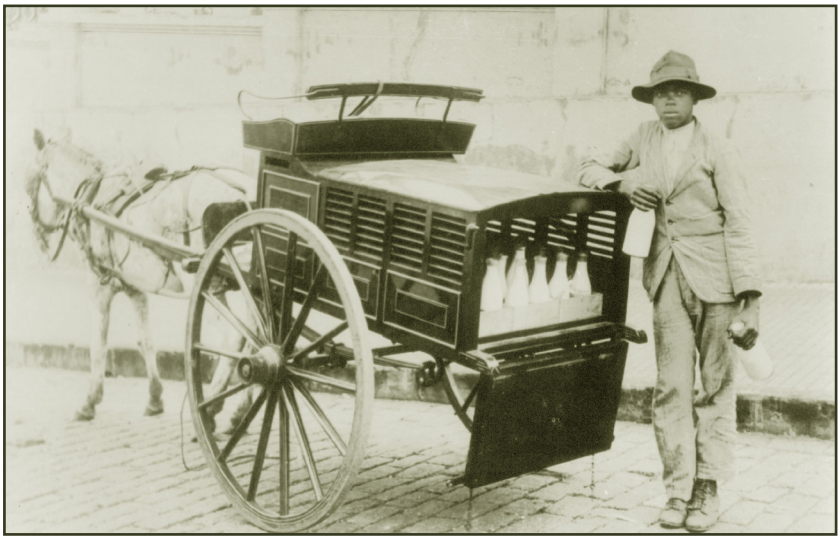


Figura 29 _ Menino trabalhando na distribuição do leite em São Carlos. Foto publicada em 1920, fotógrafo desconhecido.

40 _ SANTOS, 1998.

No caso dos homens, mesmo quando empregados de uma fábrica ou empresa, utilizavam-se de férias, fins de semana e noites para a realização de outros trabalhos, geralmente ligados à lavoura, ou de pedreiro e servente, carroceiro e transporte de cargas. Já as mulheres, quando jovens, se concentravam majoritariamente na atividade de doméstica, morando na casa de seus patrões. Lina, entrevistada nesta pesquisa e moradora da Vila Nery, quando esteve em São Paulo por alguns meses, desempregada, começou a vender café nas ruas da cidade durante o dia, como forma de sustento (figura 30). Após se casarem, as mulheres geralmente trabalhavam na venda de doces, costuras ou lavando e passando roupa. Vale lembrar que esses serviços eram alternados com todas as demandas da casa e dos filhos.

Figura 30 _ Lina vendendo café nas ruas de São Paulo. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: acervo pessoal de Jovelina Alves Feitosa

Ia lá na Esterina Placco, pegava roupa, que era um montão de roupa, um trouxão bem grande. Pegava, botava na cabeça e vinha pela rua Marechal, descia até ali em frente a casa do bispo, na rua Nove de Julho. Tinha a roupa de um senhor que eu lavava, que era só camisa branca de linho, que ele mandava eu lavar. Pegava aquela trouxinha dele e enfiava dentro da trouxa da Esterina, tacava na cabeça e vinha. Quando chegava aqui perto da DER aqui em cima, perto do jardim aonde é ali a Nakal, então ali morava a dona Zulmira, aí eu pegava a roupa da Dona Zumira, enfiava a trouxa aqui no braço. A criança nesse braço, a trouxa nesse, a outra na cabeça, e vinha embora pra casa. Chegava aqui [Vila Pureza], jogava as trouxas tudo no chão, ia lá dar banho na criança, botava pra dormir e ia ensaboar toda aquela roupa. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

Figura 30 _ Lavadeiras trabalhando. Desenho de Carybé _ Hector Julio Páride Bernabó.

Como nenhum dos três bairros analisados teve por objetivo ser auto suficiente, seus moradores frequentavam outros espaços da cidade para obter os suprimentos que lhes faltavam. A água, normalmente obtida através de poços dentro dos terrenos, algumas vezes era buscada em chafarizes ou riachos. A compra de mantimentos geralmente era feita no Mercado Municipal, que tinha preços mais acessíveis do que os armazéns distribuídos pela cidade, e o Matadouro também era destino daqueles que queriam comprar ou vender carnes. Com uma demanda constante, as mulheres percorriam semanalmente o trajeto em busca de lenha para o fogão de suas casas, normalmente nos locais próximos de onde moravam, em plantações de eucalipto ou matas. Esses trajetos algumas vezes eram associados a outros objetivos, como por exemplo a superstição em trazer a chuva em época de seca.

> Tinha que ir né, porque a gente tinha que ter chuva. Se não tinha chuva, não tinha plantação. Então, nós pegava a lata d'água, punha na cabeça e ia embora lá lavar a Santa Cruz[41]. Lavava a cruz, lavava o santo, lavava tudo! Depois já cortava a lenha e vinha embora. Dali uma semana já vinha aquela chuva de quatro, cinco dias de chuva. Molhava tudo e acabou. (entrevista com Adelina Bidinato Picharilio)

Os deslocamentos feitos pelos negros do bairro em que moravam para outros espaços da cidade para suprir necessidades básicas cotidianas eram feitos majoritariamente a pé, no caso das crianças e mulheres, e de bicicleta ou carroça, no caso dos homens. A associação de mulheres e crianças formando grupos que percorriam juntos certos trajetos também era bastante comum, pela segurança.

---

41 _ Santa Cruz é a denominação dada a uma pequena capela construída em memória de alguém que morreu naquele local. Eram, por isso, muito comuns na beira da estrada.

Os três bairros analisados possuem histórias diferentes, que definiram o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Neles, a população estudada é o negro descendente de escravos, que habita a periferia da cidade nas décadas que se seguiram à abolição, trabalha majoritariamente no campo e com alguns serviços urbanos, tem o nível econômico e a estrutura familiar parecidos, conforme vimos no capítulo 01. Mesmo com todas essas características que os aproximam, a apropriação dos espaços internos a cada um dos bairros foi feita de maneiras bastante diferentes.

Ainda que de forma reduzida, havia moradores que trabalhavam dentro dos bairros em que moravam. É o caso dos empregados nos Cortumes da Vila Pureza, que além do trabalho, tinham moradia garantida em pequenas colônias do cortume, próximas ao córrego do Monjolinho. A Santa Casa de Misericórdia e o Matadouro Municipal, também localizados na Vila Pureza, empregavam igualmente moradores do bairro, com diversas funções, algumas vezes para trabalhos pontuais.

> Então, como era muita encomenda dos açougue, então o dono do Matadouro chamava as pessoa que queria matar porco pra ir limpar: limpar barrigada de porco. E ganhava dinheiro, ganhava carne, ganhava bucho, ganhava tudo! A sobra eles dava pra gente. Então, eles chamava porque aumentava a procura. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

Os dados colhidos mostram que a presença de armazéns, bares e padarias também era constante nos três bairros e, nesses casos, o comércio e a habitação dos donos dividiam o mesmo terreno, quando não a mesma edificação. Muitos deles pertenciam a imigrantes, mas notamos que os negros também construíram pequenos negócios ou improvisaram a venda de pães, doces feitos por eles, ovos das galinhas, leite

das cabras, verduras e frutas produzidos nas suas hortas. Esse comércio acontecia muitas vezes no âmbito local, sendo consumido pelos próprios vizinhos, e só era possível porque as normas do Código de Postura eram aplicadas parcialmente nos bairros periféricos, já que o plantio de produtos alimentícios, bem como a criação de animais como galinhas e cabras não era permitida pelo Código.

A demanda pela educação das crianças, fez com que surgissem escolas informais nas Vilas Nery e Pureza, mas não encontramos informação sobre casos na Vila Isabel. Coincidentemente, nos dois primeiros bairros o espaço cedido para a realização das aulas era de um bar. No primeiro caso, o dono cedeu uma parte do seu quintal, onde havia construído uma "casinha". Já no segundo, o espaço ocupado pela escola tinha sido construído para funcionar um bar e, falhando este plano, seu proprietário o cedeu para uso comunitário das crianças. Em entrevista a esta pesquisa, Aparecida descreve as duas situações, pois chegou a estudar na escola da Vila Nery e quando casou, foi morar no salão, antes destinado à escola da Vila Pureza, na casa do seu sogro.

> Vila Nery:
> Nóis tratava *Escolinha do Bar do Rubi*, porque na esquina era o bar do seu Rubi. Na esquina tinha o bar e tinha a casa do seu Rubi que era assim, pregado no bar, o bar era a frente da casa do seu Rubi. No quintal do lado da casa dele, no quintal dele mesmo, ele fez uma casinha de cumprido, que ali funcionou a escolinha.
> Vila Pureza:
> A Dona Dalva tava iniciando essas aulas dela naquela época, e ela pediu pra alugar o salãozinho pra ela poder dar aula pras criançadas aqui da rua. (...) O meu sogro era muito bom nessa parte, e aí ele não gostava de cobrar nada de ninguém, então ele cedeu o salão e ela usava pra dar aula pras criançada. Foi a primeira escola da Vila Pureza foi aí, que não chegou a ser registrada, mas funcionou. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

Analisando a forma como as duas escolas surgiram, nota-se a importância do convívio entre os moradores do bairro, na criação de uma rede de contatos próximos, pois através dela se dava a organização dos ambientes dentro dos bairros, como as escolas citadas, e os depoimentos também associavam a elas as indicações de empregos, ou de imóveis vagos para alugar no bairro. Foi, por exemplo, a partir da união dos moradores da Vila Pureza que, no local onde existia uma pequena Santa Cruz, foi erguida a Capela de São Benedito, construída pelos próprios moradores. A figura 31 retrata uma primeira comunhão realizada na pequena capela, e é possível ver na sua fachada a identificação "Capela São Benedito" e, ao fundo, o prédio do E1, da Escola de Engenharia de São Carlos - USP. Anos mais tarde a capela foi demolida, dando lugar à Igreja Nossa Senhora de Fátima, que até hoje existe no local.

Figura 31 _ Primeira Comunhão na Capela São Benedito, na Vila Pureza. Pouco tempo após a foto, a capela foi destruída, cedendo lugar à Igreja Nossa Senhora de Fátima. Ao fundo, vê-se o prédio do E1, EESC-USP. Data e fotógrafo desconhecidos.

Realmente, a população do bairro utilizou bastante a capela, muito provavelmente pelo fato de que ela foi o resultado de um trabalho coletivo, representando uma vontade comum. As informações colhidas em entrevistas mostram que além das práticas cotidianas, as principais

festas religiosas eram feitas em associação com as freiras da Santa Casa de Misericórdia, principalmente as comemorações do natal e dos santos populares em junho.

A presença da igreja católica, primeiro em forma de capela, se deu de maneira bem diferente nas Vilas Isabel e Nery, pois foram idealizadas e executadas por pessoas que não moravam no bairro e que, portanto, tinham motivação externas à ele. O desdobramento disso significou a pouca utilização desses espaços católicos nos dois casos.

A Vila Isabel deve o seu nome à santa portuguesa, sendo que a construção da capela dedicada à ela foi a realização de uma promessa feita pelo proprietário das terras, Casimiro Guimarães, em agradecimento à proteção obtida em sua viagem de Portugal para o Brasil. Portanto, quando criou o bairro em 1891 já estavam nos seus planos a construção da capela, independente de quem seriam os habitantes do local. Assim, para seus moradores, a existência da capela era uma condição dada e não a resposta a uma demanda comum. De maneira geral, os moradores da Vila disseram que a utilização da capela demorou algumas décadas para acontecer, sendo que os católicos frequentavam a Igreja São Benedito ou a Catedral, até a chegada do padre Tombolato, que assumiu os trabalhos religiosos no bairro em 1962 e consolidou a utilização da capela.

Já na Vila Nery, a intenção primeira tinha sido construir a capela São Sebastião no local onde mais tarde seria feita a escola Álvaro Guião. Por motivos desconhecidos, houve a mudança de terreno, de modo que na década de 1910 os jesuítas finalizaram as obras da igreja e do convento no seu endereço atual, na região oeste da Vila Nery. Sua localização também dificultou a presença dos negros do bairro, distante da região leste habitada por eles, frequentada principalmente nas quermesses por todos da cidade.

Na Vila Pureza, havia um espaço chamado Bola Preta ou Cinzeiro, bastante conhecido pelos moradores da cidade como um reduto de ex-escravos, pois ali se concentrava grande número de negros que construíram suas casas e ocuparam o espaço.

A parte mais próxima à futura Santa Casa, era conhecida pelo curioso apelativo de Cinzeiro, onde nas noites de lua, se fazia ouvir o som surdo e ritmado de tambores, em famosos batuques, que se prolongavam madrugada a dentro (NEVES, 2007, p. 27).

Esboçavam-se os passes, as ombradas, as umbigadas rápidas e vigorosas. Vozes abafadas começavam a cantar aqui, ali. De repente, uma mocinha de côr vinha correndo lá da sombra. Com ela o batuque ganhava animação. (...) Os corpos se esforçavam por acompanhar o ritmo crescente. Enquanto o tambor roncava: "*diz que é bão! diz que é bão" diz que é bão!*" uma voz se levantava:

O Pai de Santo fez a noite
Foi prá nêgo batucá.
Pula nêgo, mexe nêgo,
Que branco não vem cá.
Se vié, páu ha de levá (DAMIANO, 1955, p. 102).

Ali era só dos preto, era um quarteirão só deles ali. Tudo aberto, nada fechado, entrava quem queria, mas também, não tinha anarquia, não tinha nada disso. Ali era baile todo sábado, por isso que era Bola Preto – porque os brancos, os brancos não iam! Ia dançar lá, era tudo sanfona, era uma beleza! Fazia fogueira no quintal e se divertia. Não tinha nada de bebida, não tinha comida não, era só dançar, só o baile. No Bola preta, tudo os pessoal em volta assim, só tinha casa dos preto mesmo né, tipo uma coloninha. E um salão pra dançar, era coberto com lona e madeira. (...) Chegava os tempos, igual dia 13 de Maio era aquela festa, nossa, era a coisa mais linda! (entrevista com Adelina Bidinato Picharilio)

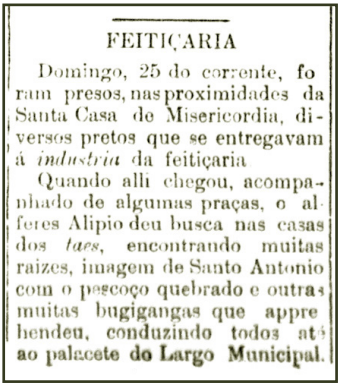
Lá era aquele que chegava, entrava, entende. Mas era um lugar de mulher fácil, como eles chamam. E existia muito por aqui, então ali tinha aquele lugar onde as

mulher fácil ficava e os homem ia olhar. Chamava Bola Preta. Lá tinha música, lá tinha os batuques dele, lá rolava tudo. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

Figura 32 _ Negros dançando. Desenho de Carybé _ Hector Julio Páride Bernabó.

No bairro, estas festas e músicas ainda são bastante lembradas, mesmo que os relatos dos próprios negros entrevistados sejam diversos e contraditórios quanto à qualificação das pessoas que o frequentavam. Para uns, era um local respeitado, de diversão familiar, músicas e danças inocentes; para outros, o Bola Preta era destino de "mulher fácil" e homem malandro. Essas contradições denunciam os preconceitos que acompanharam o espaço durante a sua existência, frente à dança, música, cultura e modos de vida que foram por muito tempo desclassificados.

A notícia do jornal da figura 33 confirma a existência de outras práticas da cultura africana no Bola Preta, além da música e das danças nos finais de semana. Classificadas como feitiçaria pelo jornal, essas práticas aparentemente estavam ligadas à religião.



FEITIÇARIA

Domingo, 25 do corrente, foram presos, nas proximidades da Santa Casa de Misericordia, diversos pretos que se entregavam á *industria* da feitiçaria

Quando alli chegou, acompanhado de algumas praças, o alferes Alipio deu busca nas casas dos *taes*, encontrando muitas raizes, imagem de Santo Antonio com o pescoço quebrado e outras muitas bugigangas que apprehendeu, conduzindo todos até ao palacete do Largo Municipal.

Figura 33 _ Prisão de pretos na Vila Pureza por praticarem "feitiçaria". Jornal Correio de São Carlos, 28 de março de 1900.

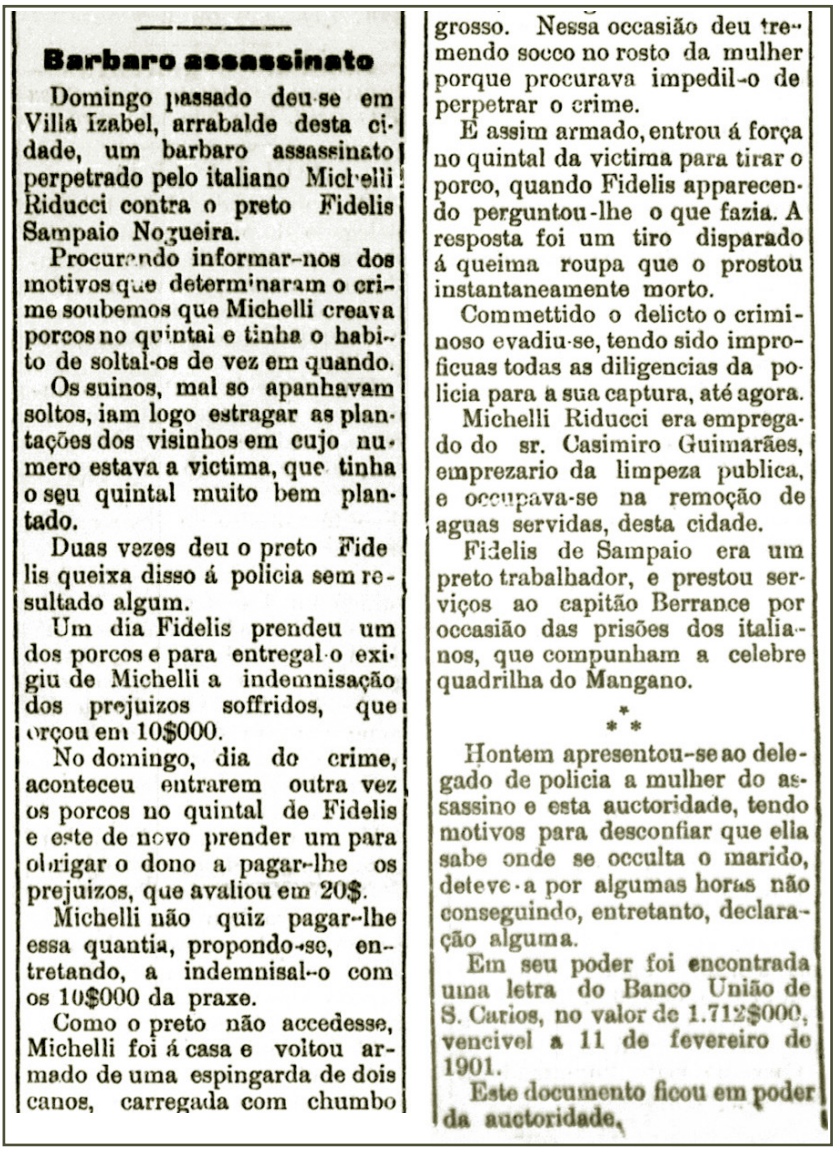
Analisando os dados coletados durante a pesquisa (documental e de campo), podemos identificar diferentes formas de uso e apropriação dos espaços dentro dos bairros analisados. Nas Vilas Nery e Pureza, as áreas ocupadas por negros foram bastante utilizadas pelos mesmos, sendo que a rua se configurava como uma extensão das suas casas. Isso ocorreu também no que diz respeito aos equipamentos existentes nos dois bairros e um exemplo é a utilização do Matadouro Municipal que era muito bem-visto:

> Era uma beleza ter o Matadouro perto, não faltava mistura na casa da gente! E tinha a Dona Catarina que morava aí dentro mesmo, perto do Matadouro. A casinha dela era ali mesmo, da Dona Catarina, dona do Matadouro. Ela já fazia o torresmo fresquinho e vendia pro povo aqui baratinho. Quando era pessoa muito pobre, ela dava. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

No caso da Vila Isabel, sendo a mais isolada territorialmente da malha urbana do período, seria plausível supor que o seu desenvolvimento se aproximaria bastante a um quilombo, ou uma pequena comunidade. Pelo contrário, identificamos um isolamento dos moradores nas próprias casas, com pouca utilização dos espaços comuns. Na tentativa de entender o que motivou esse movimento, retomaremos alguns pontos já levantados anteriormente neste capítulo e no anterior. O primeiro fato relevante é as terras do bairro foram cedidas para seus moradores em troca de trabalho pelo proprietário, Casimiro Guimarães, que também foi o responsável pela construção da capela de Santa Isabel. Podemos identificar uma continuidade de postura dos fazendeiros escravistas no senhor Casimiro, que com tais atitudes fortalecia o vínculo de dependência com os negros, ao invés de dar-lhes efetivamente a liberdade.

No que diz respeito à utilização das ruas e ao convívio com os vizinhos, na Vila Isabel essa tranquilidade era algumas vezes substitu-

ída pelo sentimento de repressão e medo pela condição do negro na cidade, como podemos observar na figura 34.



Barbaro assassinato

Domingo passado deu-se em Villa Izabel, arrabalde desta cidade, um barbaro assassinato perpetrado pelo italiano Michelli Riducci contra o preto Fidelis Sampaio Nogueira.

Procurando informar-nos dos motivos que determinaram o crime soubemos que Michelli creava porcos no quintal e tinha o habito de soltal-os de vez em quando.

Os suinos, mal se apanhavam soltos, iam logo estragar as plantações dos visinhos em cujo numero estava a victima, que tinha o seu quintal muito bem plantado.

Duas vezes deu o preto Fidelis queixa disso á policia sem resultado algum.

Um dia Fidelis prendeu um dos porcos e para entregal-o exigiu de Michelli a indemnisação dos prejuizos soffridos, que orçou em 10$000.

No domingo, dia do crime, aconteceu entrarem outra vez os porcos no quintal de Fidelis e este de novo prender um para obrigar o dono a pagar-lhe os prejuizos, que avaliou em 20$.

Michelli não quiz pagar-lhe essa quantia, propondo-se, entretando, a indemnisal-o com os 10$000 da praxe.

Como o preto não accedesse, Michelli foi á casa e voltou armado de uma espingarda de dois canos, carregada com chumbo grosso. Nessa occasião deu tremendo socco no rosto da mulher porque procurava impedil-o de perpetrar o crime.

E assim armado, entrou á força no quintal da victima para tirar o porco, quando Fidelis apparecendo perguntou-lhe o que fazia. A resposta foi um tiro disparado á queima roupa que o prostou instantaneamente morto.

Commettido o delicto o criminoso evadiu-se, tendo sido improficuas todas as diligencias da policia para a sua captura, até agora.

Michelli Riducci era empregado do sr. Casimiro Guimarães, emprezario da limpeza publica, e occupava-se na remoção de aguas servidas, desta cidade.

Fidelis de Sampaio era um preto trabalhador, e prestou serviços ao capitão Berrance por occasião das prisões dos italianos, que compunham a celebre quadrilha do Mangano.

* * *

Hontem apresentou-se ao delegado de policia a mulher do assassino e esta auctoridade, tendo motivos para desconfiar que ella sabe onde se occulta o marido, deteve-a por algumas horas não conseguindo, entretanto, declaração alguma.

Em seu poder foi encontrada uma letra do Banco União de S. Carlos, no valor de 1.712$000, vencivel a 11 de fevereiro de 1901.

Este documento ficou em poder da auctoridade.

Figura 34 _ Assassinato de um negro por um italiano, moradores da Vila Isabel. Jornal Correio de São Carlos, 14 de março de 1900. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Entre outras coisas, a notícia relatada exemplifica algumas das relações entre negros e brancos no bairro. O medo do que poderia acontecer na rua é identificado também nos relatos coletados. Julia Francisco descreve a forma como o pai dela tratava a questão e como, consequentemente, ela passou a tratar.

> Mas o meu pai geralmente não deixava nóis brincar na rua, ele arrumava tudo quanto é brinquedo, nóis tinha tudo quanto é brinquedo: mas no quintal!
>
> [não deixava os filhos saírem de casa] pra não brigar, tinha muita criançada na comadre Cida e tudo, então pra não brigar eu falava *Eu não quero saber de reclamação,* porque se fica no quintal não tem reclamação, não é verdade? (entrevista com Julia Scintila Francisco Nascimento)

Em contrapartida, Aparecida descreve como era na Vila Pureza a presença das crianças na rua, as apropriações de espaços vazios no bairro e a relação com os outros moradores.

> Saíam da escola cinco e meia e quinze para às seis eles já tavam entrano aqui em casa, porque esse horário é eu que dava. *Ó, cês saí cinco e meia da escola, quinze pras seis eu quero vocês entrando aqui dentro de casa. Porque se chegar dez pras seis e cês não entrou aqui eu vou atrás docês e se eu vê vocês com voltinha lá na rua, cês vai apanhar lá mesmo!* Desse jeito que eu fazia, com tudo os menino, então, quinze pras seis eles tava entrando tudo dentro de casa. Botava a bolsinha no quarto, em cima da cama, e saía lá fora brincar, aí ia misturar com as vizinhança toda. Aqui era uma beleza, a rua era de terra, terra batida, não tinha muito carro que nem tem hoje, não passava muita condução. Catavam uma bola e iam brincar de

bola aí na rua; enjoava de brincar de bola, iam brincar de esconde-esconde, pela rua mesmo. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

Figura 35 _ Filho de Aparecida na rua Conselheiro Soares Brandão, da Vila Pureza. Ao fundo, homens conversando e a sequência de casas. Data e fotógrafo desconhecidos.

CAPÍTULO III

FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DOMÉSTICOS, DENTRO E FORA DAS CASAS

Com a Lei Áurea, o fim da escravidão no país foi decretado, libertando oficialmente os negros. Iniciou-se a partir de então um período de muitas dificuldades e alguns dos maiores atritos foram advindos justamente das diferentes concepções de liberdade: por um lado, as classes dominantes pretendiam que os ex-cativos se inserissem em determinados padrões de vida e de trabalho, mas por outro lado, enquanto indivíduos, os negros traziam de suas experiências anteriores um aprendizado social de liberdade próprio e desejavam colocá-lo em prática.

Wissenbach destaca que um dos benefícios imediatos da abolição foi "o usufruto da liberdade de movimento que era vedado aos escravos"[42], evidenciando as migrações da população negra pelo território após 1888. Já Karl Monsma[43] elenca outras dimensões da liberdade reivindicadas pelos trabalhadores negros que permaneceram em São Carlos nesse mesmo período. De acordo com o sociólogo, a República e o seu discurso de cidadania potencializaram a luta simbólica dos recém libertos, que passaram a reclamar por respeito e igualdade.

Através da análise dos autos penais, Monsma identifica que os fazendeiros e administradores não aceitavam facilmente a nova posição independente do negro, caracterizando-a como desobediência e desacato. Recorriam, portanto, à violência física e verbal na busca de obter novamente o controle e a sujeição do período escravista, muitas vezes utilizando elementos que remetiam ao cativeiro, como o uso do chicote em castigos. Por sua vez, os negros reagiam também com agressões às

42 _ WISSENBACH, 1998, p. 59.

43 _ MONSMA, 2005.

violações do seu lar e da privacidade de sua família, demonstrando a importância das noções de vida e espaço privados para eles. Monsma ainda compara os conflitos envolvendo imigrantes no lugar do ex-escravo e conclui que se a maior parte das brigas entre negros e fazendeiros (ou seus agentes) começava com problemas simbólicos, no caso dos imigrantes as motivações se originavam de questões materiais. A forma de repreensão era igualmente distinta, pois quando um imigrante demonstrava desrespeito, a primeira resposta dos superiores era multá-lo monetariamente, ao passo que se o mesmo acontecia com um negro, a violência e os castigos físicos eram aplicados para sustentar a autoridade moral dos seus superiores (reforçando a inferioridade negra).

Para os fazendeiros, certamente era natural que os ex-cativos ocupassem uma posição subalterna: não concebiam que a abolição significaria igualdade racial porque acreditavam na inferioridade congênita do negro, como a maior parte da elite intelectual da época. Podemos notar que o desenvolvimento e a consolidação da noção de direito por parte dos negros no pós abolição se expressou nas reivindicações da sua liberdade. Os autos criminais[44] analisados por Monsma mostram que a maior parte dos conflitos dos negros podem ser vista como maneira de reforçar sua nova condição de indivíduo livre, principalmente no âmbito doméstico, pois tratavam com extremo zelo a privacidade familiar. Assim sendo, os negros consideravam seu ambiente residencial inviolável, nas fazendas ou cidades, regido de acordo com a sua própria organização familiar.

Com o foco voltado para a área urbana, neste capítulo pretendemos analisar as formas de uso e apropriação dos espaços domésticos dos negros, através do estudo de caso nos três bairros analisados.

---

44 _ Para os senhores, uma parcela significativa dos problemas associava-se à aceitação de que livres, os negros se tornavam independentes e controlavam seu tempo, seu corpo e sua fala. Não concebendo essa possibilidade, muitos dos antigos proprietários de escravos mantiveram o posicionamento paternalista frente à vida de seus empregados negros, violando o seu lar e privacidade familiar.

Na realização desta pesquisa, analisamos 13 terrenos distribuídos pelos três bairros estudados, fizemos o levantamento métrico e fotográfico de 10 deles, incluindo todos os seus componentes e edificações, e entrevistamos 11 pessoas, como mostra a tabela 03, abaixo.

Tabela 03
Atividades realizadas no levantamento de campo

Nome	entrevista	desenhos e fotos	bairro em que morou
Benedita Ribeiro	sim	sim	Vila Nery
Jovelina Alves Feitosa	sim	sim	
Aparecida Pedro Jeronymo	sim	sim	Vila Nery e Pureza
Adelina Bidinato Picharilio (dona Nega)	sim	não	Vila Pureza
Desolina da Silva	sim	sim*	
Thereza Aparecida Sinti Delfino	sim	sim	
Romilda dos Santos Silva	sim	não	
Casimiro Paschoal da Silva	sim	não	
Sônia	não	sim	
Geralda Fermiano da Silva	sim	sim	Vila Pureza e Isabel
Margarida Estevan Ramos	sim	sim	Vila Isabel
Júlia Scintila Francisco Nascimento	sim	sim	
Irmã de Júlia Scintila F. Nascimento	não	sim	

* duas tipologias de casas foram encontradas neste terreno e assim são contabilizadas.

Nesse processo, nos deparamos com diversas possibilidades de ocupação das terras pelos negros nas Vilas Nery, Isabel e Pureza: através da compra, das terras cedidas, do aluguel e da posse "ilegal" das mesmas. A compra da propriedade dentro dos bairros periféricos foi viável para muitos devido ao baixo valor dos terrenos. Outro meio de se tornar proprietário de terras, era se elas fossem cedidas pelo então dono. Como visto no capítulo 01 dessa dissertação, esse foi o caso de grande parte dos negros que habitavam a Vila Isabel na virada do

século. De acordo com o padre Tombolato, as terras lhes foram cedidas em troca de trabalhos, mas independente de como tenham sido as negociações, o Almanaque de 1894 confirma estarem "cedidos todos os lotes"[45] do bairro recém criado, fato que explica a grande porcentagem de proprietários negros no bairro. A tabela 04 relaciona a porcentagem de proprietários de terra dentre a população negra de cada localidade, seja por terem comprado ou ganho as terras.

Tabela 04

Negros proprietários de terra, por bairro, 1907

Bairro		negros proprietários	negros não proprietários	total de negros
Vila Isabel	%	83,8%	16,2%	100%
	nº	58	10	68
Vila Pureza	%	55,8%	44,2%	100%
	nº	54	39	93
Vila Nery	%	35,6%	64,4%	100%
	nº	49	83	132

Fonte: Recenseamento Populacional de São Carlos, 1907.

Nos três bairros, aqueles que não possuíam a terra, muitas vezes moravam de aluguel. Coletamos diferentes maneiras que essa situação se apresentava, sendo que a mais simples, e comum até os dias de hoje, era o aluguel de um terreno que continha a casa, de modo que além do espaços internos, o externo poderia ser utilizado. Existiam também casas que eram subdivididas para que mais de uma família pudesse alugá-la. Nos dois casos narrados desse tipo (um na Vila Nery e outro na Vila Pureza), o edifício era constituído por três unidades familiares, sendo que cada uma dispunha de sua própria cozinha, sendo coletivo o espaço externo, como tanque, fossa e poço. Por fim, havia a possibilidade de um mesmo terreno ter várias casas para serem alugadas, compartilhando igualmente o uso do espaço externo. Romilda

45 _ Almanaque de São Carlos, 1894, p. 147.

morou em muitos imóveis alugados com sua mãe na Vila Pureza, até conseguir comprar um terreno e construir sua casa, quando já havia casado. Ela relata uma das situações que viveu quando pequena:

> Tinha mais umas três casas, era tudo terreno grande naquele tempo aqui. Quem tinha dinheiro na época, fazia assim "os quartinho" pra alugar. Então às vezes tinha de dois cômodos, quarto e cozinha; tinha um outro que tinha um pouquinho maior, um quarto maior. Assim, de acordo com o que a pessoa podia pagar. (entrevista com Romilda dos Santos Silva)

Motivadas pelo crescimento da família, ou por questões financeiras, as mudanças de casa eram feitas através da rede de apoio entre os moradores dos bairros, que se conheciam. Os casos estudados mostram que era comum os proprietários das casas de aluguel frequentarem o bairro constantemente e algumas vezes até morarem nele.

Outro tipo de ocupação encontrado nesta pesquisa foi pela posse das terras e ocorreu com maior frequência nos primeiros anos dos loteamentos, ou até mesmo antes da data oficial de criação dos bairros. Identificamos essa ocupação nos três bairros através de famílias que separavam uma parcela de terra para si, construindo suas casas e utilizando-se do solo. O caso mais conhecido de posse de terras por negros na cidade foi o já citado Bola Preta, na Vila Pureza, "lugar muito procurado pela gente de côr, que aí se aglomerava em miseraveis casebres ou cortiços. (...) quando as casas rareavam por ali, os terrenos vagos eram aproveitados pelos batuqueiros" (DAMIANO, 1955, p. 101).

Para compreender as formas de constituição dos espaços negros analisados, buscamos referências nas organizações territoriais da África. Alguns autores[46] identificam no *krall* a formação africana típica da estrutura tribal e aldeamentos, enquadrados em uma única terminologia. O *krall* consistia em um terreno cercado, dentro do qual eram construídas diversas edificações para uso doméstico, variando no número dessas unidades contidas nos agrupamentos, como mostra a figura 36. O uso da terra era coletivo, inexistindo a propriedade privada, com forte integração social na vida cotidiana dos moradores do *krall*.

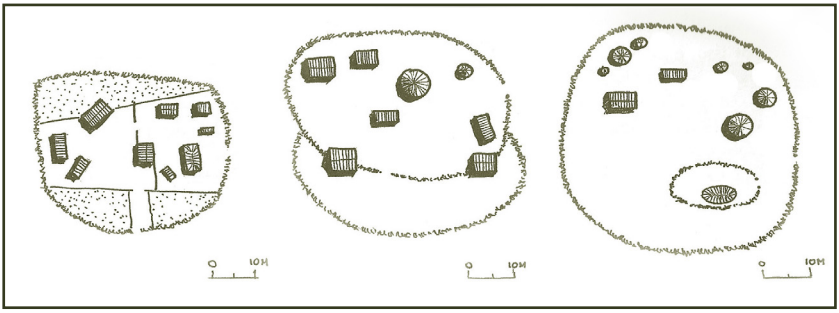


Figura 36 _ Estrutura espacial de três *kraals* africanos. Desenho de Günter Weimer.

Os textos escritos sobre a cidade e as entrevistas realizadas nesta pesquisa nos ajudaram a caracterizar a organização espacial do Bola Preta de maneira muito semelhante a um *krall* africano: um grande terreno, com inúmeras casinhas e um espaço coletivo central onde eram realizadas as comemorações e atividades comuns, como demonstra a figura 37.

46 _ Ainda que haja grandes dificuldades envolvendo os estudos das estruturas urbanas em aldeamentos africanos, devido à antiguidade dessas populações e à impressionante diversidade étnica e cultural, alguns estudos têm se dedicado ao tema como do arquiteto Günter Weimer "Arquitetura Popular Brasileira" (2005), e também o da arquiteta Michele Farias Sommer "Territorialidade Negra urbana a morfologia sócio-espacial dos Núcleos Negros Urbanos segundo a herança histórica comum" (2005) e o da geógrafa Raquel Soeiro de Brito "No Trilho dos Descobrimentos. Estudos geográficos" (1997).

1 _ acesso / entrada
2 _ local de música, fogueira, tanque e convívio interno
3 _ fossas
4 _ casas

Figura 37 _ Suposição de como seria a estrutura espacial do Bola Preta, localizado ao sul da Santa Casa de Misericórdia, na Vila Pureza. Desenho e interpretação da autora, baseada nos depoimentos coletados.

Com dimensões menores, o mesmo ocorreu em vários dos casos analisados neste trabalho, dentro dos três bairros. A estrutura espacial de um deles, na Vila Nery, é demonstrada na figura 38, onde o terreno foi originalmente ocupado por mais de uma família e com o passar do tempo, apenas dona Benedita e seus filhos permaneceram no local. As casas, antes feitas de madeira e barro, caíram e foram sendo substituídas por outras, aumentando em número à medida que os filhos dela se casavam - e permaneciam no terreno. A figura 40 exemplifica outra situação semelhante, na Vila Pureza. Desolina se mudou para o terreno dos sogros assim que se casou e construiu sua casa com o marido no fundo do lote, junto a duas outras casas de parentes da família, todas elas quadradas e de um só cômodo, construídas por eles mesmos. Após a morte dos sogros, Desolina ficou com o terreno e, como no caso anterior, suas filhas construíram suas casas no lote as se casarem, o que não acontecia em casos parecidos nas famílias de brancos[47].

47 _ Tanto nos casos analisados de famílias brancas nos bairros em questão, quanto durante a pesquisa de Iniciação Científica da mestranda, foi uma constante a separação espacial, em novos terrenos, de filhos recém casados dos seus pais e avós.

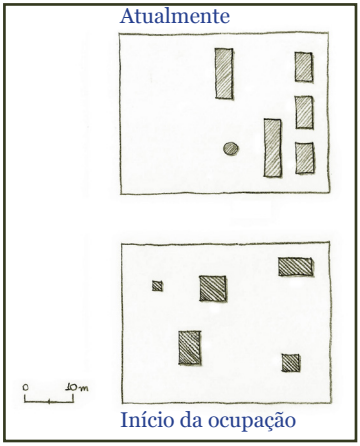


Figura 38 _ Organização das casas no terreno no início do século XX e atualmente. Desenho da autora.

Figura 39 _ Visão de algumas das casas no terreno de Benedita, na Vila Nery. Foto de Paulo Mendes, 2014.

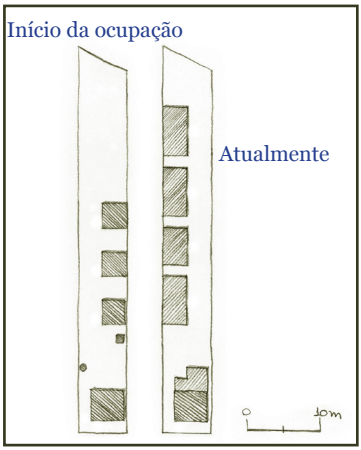


Figura 40 _ Casas no início da ocupação do terreno e nos dias de hoje. Desenho da autora.

Figura 41 _ Atualmente, a distribuição das casas no lote de Desolina, na Vila Pureza. Foto de Paulo Mendes, 2014.

Sommer afirma que esse tipo de distribuição, no Brasil assim como na África, corresponde a "estruturas espaciais simples que apresentam os mesmos tipos de elementos e que tentem a não crescer muito, ou seja, o tamanho das células não é variável, apenas agrega outras

células familiares" (SOMMER, 2005, p. 190). Sobre as semelhanças entre as estruturas espaciais feitas pelos negros após a abolição no Brasil e o formato africano, Weimer afirma que:

> Uma forma tão arraigada como o kraal não haveria de ser abandonado de um jeito simples. Tudo indica que permanece latente uma tendência a mantê-lo na forma de associação de construções independentes de casas unifamiliares mas conexas, de uma mesma parentela, ao construírem suas residências num mesmo lote. Não deixa de ser um modo de manter viva a organização clânica (WEIMER, 2005, p. 226).

Nos três bairros estudados os terrenos dos negros tinham grandes dimensões, o que possibilitou a ocupação desse espaço por diversas atividades do cotidiano doméstico familiar. Até que os bairros fossem equipados com esgoto e água encanada, o uso da fossa era uma constante nos quintais, isoladas o máximo possível da casa e do poço. Sua forma mais simples era a de um buraco fundo no chão, por vezes contando com cobertura e vedação. Os poços forneciam água para a quase totalidade das casas estudadas, com exceção de duas delas[48], que recorriam a nascentes próximas, chafarizes ou caixas d'água no núcleo da cidade, ou até mesmo nos vizinhos, buscando a água em tinas. No entanto, era bastante recorrente a utilização de poços dentro dos terrenos, facilitando o cotidiano familiar que necessitava de água para consumo, na cozinha, no banho, na limpeza da casa, na limpeza das roupas. Como esta última função demandava um grande volume de água, não eram raros os casos de mulheres que se deslocavam até os rios mais próximos para lavar roupas, mesmo que tivessem poços em seus terrenos. Posteriormente foi comum o aparecimento de tanques e dos chamados batedouros dentro dos terrenos e, quando existiam, eram cobertos ou localizados na sombra das árvores.

48 _ Benedita e Geralda, moradoras respectivamente das Vilas Nery e Isabel, não possuíam poço de água em suas casas.

Ainda no espaço externo à casa, sempre que possível eram construídas cozinhas, compostas primeiramente por um fogão a lenha, podendo ou não ter um forno e uma pia, igualmente localizados à sombra (ver figura 42). A utilização da cozinha externa era estratégico para que as mulheres pudessem vigiar as crianças pequenas enquanto cozinhavam no quintal e garantia a limpeza da cozinha interna, que funcionava apenas à noite ou de madrugada. Como grande parte dos elementos domésticos, também a cozinha externa era construída pelos negros, com a ajuda de parentes e amigos, como narrado por Margarida: "Aqui eu tinha um fogãozinho de lenha, grande. Fiz embaixo da mangueira, eu mémo que fiz o fogãozinho de lenha e o forno, embaixo da magueira".

Figura 42 _ Quintal na Vila Isabel. Em primeiro plano criança, galo, galinhas e gato, em segundo plano um quarador, em terceiro plano o forno coberto e o tanque, ou baterdor, e ao fundo o poço, com cobertura de duas águas protegendo a corda do apodrecimento. Data e fotógrafo desconhecidos.

As grandes dimensões dos terrenos possibilitavam a utilização do solo para criação de animais como galinha, cabra e porco. Essa prática estava voltada principalmente para produção de alimento de consumo familiar, mas havia casos de venda do excedente para vizinhos. O cultivo de hortaliças e legumes em hortas no terreno também era comum, destinados quase sempre à complementação na alimentação da família. As normas do Código de Postura influenciaram parcialmente algumas práticas nos bairros periféricos analisados, de acordo com a sua localização e, dessa forma, na Vila Isabel era permitida a criação de porco (ver notícia na figura 34), pela distância que estava do núcleo central, sendo que nas Vilas Nery e Pureza apenas as galinhas e cabras poderiam ser criadas dentro dos lotes.

> Art. 72 - É prohibido:
> § 1º - Ter chiqueiros e porcos soltos nos quintaes das casas da cidade e suburbios. Multa de 30$ pela conservação do chiqueiro e de 10$000 por cabeça de porco encontrado, além da obrigação de fazer cessar a infração dentro de 24 horas. (Código de Posturas de São Carlos, 1902)

> Quando eu morava no sítio eu tinha porco também, aqui [Vila Pureza] não, porque os fiscal veio de cima e teve que tirar, né. Galinha sempre teve e cabra, mesmo aqui eu tinha bastante, só que porco não! (...) Vendia o litro [do leite de cabra], a um tostão o litro, pros vizinhos que tinha aqui. Eles comprava, porque era melhor do que tudo, né. Tinha verdura, tinha árvore, bastante, até lá... Tinha pé de fruta. (entrevista com Adelina Bidinato Picharilio)

O espaço do quintal era, portanto, muito utilizado pelos negros na realização de tarefas domésticas. Além dos serviços de casa, as mulheres se ocupavam com a produção de pães e doces para vendê-los nas

ruas ou sob encomenda, com a ajuda das crianças no preparo e na entrega dos mesmos. Nessa conjuntura, vemos o papel das mulheres mais velhas na transmissão do patrimônio imaterial, ensinando práticas e costumes antigos, que provavelmente aprenderam com seus antepassados. Esse é o caso da produção de sabão utilizando as cinzas do fogão a lenha:

> Minha mãe fazia, menina, sabão de cinza. Ela falava "barreleiro". Ela pegava uma lata de, naquele tempo tinha lata de querosene. Ela pegava a lata, abria a lata assim, ponhava cinza assim e socava, socava até.. Todo dia ela tirava um pouquinho de cinza quando dava, pra encher a lata. E ela ponhava um pau no meio da lata, e depois ela ponhava água ali e ponhava uma vasilha embaixo pra ir pingando aquela água, uma água amarelinha. E com aquela água lá ela fazia o sabão. Olha, ele cortava até.. Meu pai matava porco, aquelas banha, torresmo, barrigada. Aquela coisa lá cortava até gordura da banha, não precisava de soda nem nada. (entrevista com Margarida Estevan Ramos)

3.3 TIPOLOGIAS DE CASAS

Da amostra de onze casas analisadas nesta pesquisa, podemos separar em três tipologias as casas estudadas, em decorrência da configuração dos ambientes nas plantas.

A primeira delas é constituída pelas casas quadradas, de aproximadamente 55m², com divisões internas que configuram quatro ambientes: sala, cozinha e dois quartos. A sala está sempre voltada para a rua, com a porta de entrada e janela na fachada principal; a ela se segue a cozinha, com uma janela e uma porta que se abre para o quintal. Essa

formação de sala e cozinha pode ocorrer à direita ou à esquerda da edificação, mas invariavelmente nessa sequência. A outra lateral é reservada aos dois quartos, cujas portas dão para a sala e cozinha, sendo que um deles possui janela voltada para a rua, enquanto o outro pode abrir tanto para a parte de trás quanto para a lateral da casa (figura 43, itens A e B).

Uma variação desse modelo ocorre ao se deslizar os dois conjuntos, sala/cozinha e quarto/quarto, desalinhando-os, como demonstra o item C da figura 43. O resultado é a criação de duas pequenas áreas, um na frente da sala e outro no fundo dos quartos que pode ser utilizado como varanda ou a criação ou ampliação de um dos cômodos. Esse deslocamento também resulta na abertura de ambos os quartos para a sala, como pode ser visto no item D da figura 43, abaixo.

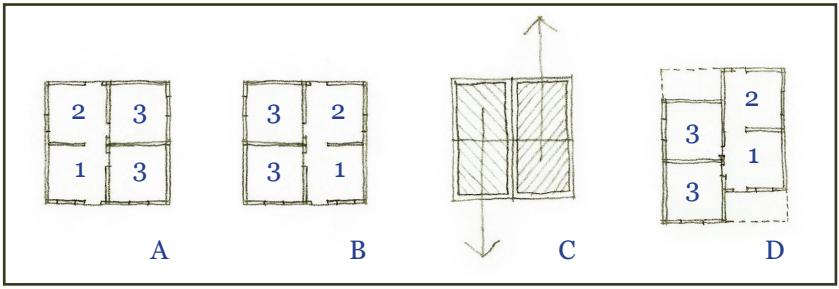


Figura 43 _ Tipologia de casa quadrada e esquema das suas variações.
Legenda: 1_sala; 2_cozinha; 3_quarto. Desenho da autora.

A segunda tipologia definida é formada por casas de planta retangular com área aproximada de 25m² a 40m², e internamente ela aparece com dois ou três cômodos. No caso de três espaços internos, eles se organizam de maneira que sucessivamente se tem sala, cozinha e quarto. As duas primeiras possuem portas que levam ao exterior, ambas para a lateral da casa, e há janelas em todos os ambientes (item A da figura 44). Uma variação desse modelo é a mudança na ordem dos ambientes, de modo que a entrada principal ocorra no centro da casa (sala), distribuindo os fluxos para direita (cozinha) e esquerda (quarto), como indicado no item B da figura 44.

Uma ocorrência mais simplificada presente em dois casos deste grupo é a casa formada por apenas dois cômodos, ainda em formato retangular. A inexistência da sala faz da cozinha um espaço social da casa, com a entrada principal, enquanto o quarto permanece com sua dimensão reservada, sendo estes casos representados pelo item C da figura 44, abaixo.

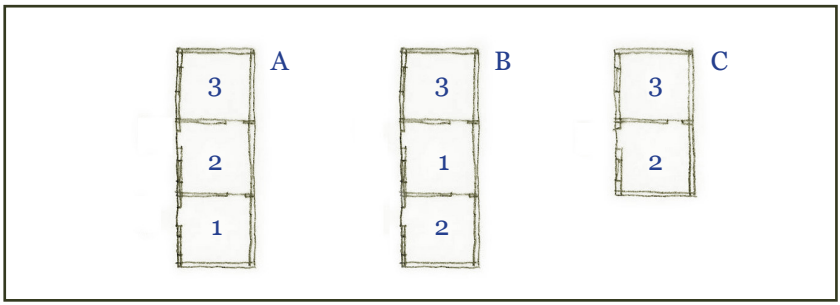


Figura 44 _ Esquema de casas com tipologia retangular.
Legenda: 1_sala; 2_cozinha; 3_quarto. Desenho da autora.

A última tipologia definida é formada por apenas um ambiente, geralmente com planta quadrada. Apesar de não termos encontrado nenhum exemplar desta tipologia remanescente nos dias atuais, nove entrevistadas disseram ter vivido nesse tipo de casas por um determinado período de tempo. Sua simplicidade traduz os motivos de ter sido recorrente como moradia dos negros nos bairros periféricos após a abolição.

> Era tudo só barraco, um cômodo só pra cada um[49] (...), e naquele cômodozinho você tinha que se arrumar pra cê morar ali. Tudo ali, era tudo apertadinho, mas eu não tinha nada, eu tinha só a cama. O guarda roupa era uns negócios assim, que nem tinha porta que abria, era ponhar a roupa e ir tirando. E não tinha jeito. Ficava o fo-

49 _ Neste trecho do depoimento, Benedita refere-se ao terreno em que morou com outras famílias negras na Vila Pureza. A situação foi descrita no item 3.1 deste capítulo.

gão ali, geladeira a gente nem tinha, fogão de lenha sim. (entrevista com Benedita Ribeiro)

A casa era um cômodo bem grande, e só. Era chão batido, luz elétrica não tinha e era isso aí. (...) Meu irmão dormia sozinho, eu e às vezes uma das minhas irmãs tinha uma cama junto, e a outra dormia com ela [mãe][50]. (entrevista com Romilda dos Santos Silva)

A partir dos dados colhidos nas entrevistas que citaram essa tipologia de casa, traçamos como provavelmente poderia ter sido a organização espacial do ambiente, representado na figura 45.

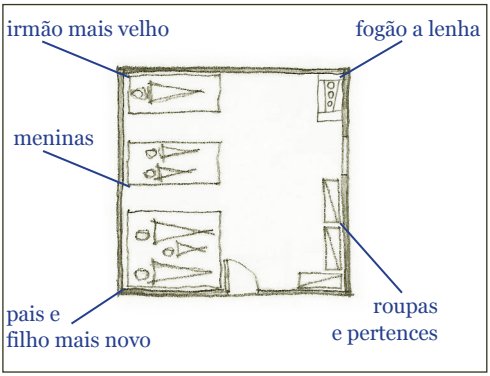


Figura 45 _ Esquema da provável organização interna de casa unifamiliar sem divisão interna. Desenho da autora

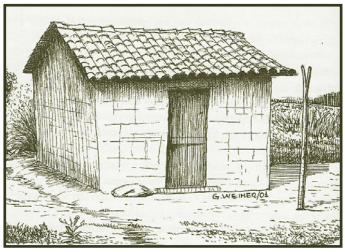


Figura 46 _ Exemplo de formato simples de casa. Desenho de Günter Weimer.

Notamos que os negros que não eram proprietários de terras se mudavam de casa com mais facilidade, buscando sempre uma tipologia que correspondesse às condições financeiras e ao tamanho da família naquele momento. Já no caso dos que não alugavam uma casa, geralmente a construíam a partir das condições materiais que dispunham, sendo muito comuns as reformas ou ampliações realizadas ao longo do tempo.

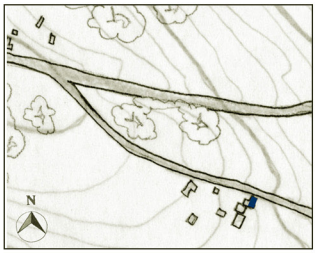
50 _ O núcleo familiar era composto pela mãe e seus filhos.

Ainda assim, pudemos identificar as tipologias citadas em cada uma das moradias negras estudadas, através da análise dos materiais construtivos utilizados nos diferentes cômodos, da configuração do telhado (geralmente adaptado nas reformas e quase nunca remodelado por completo), de fotos antigas e dos depoimentos de seus moradores. Em busca de demonstrar as organizações iniciais dessas casas, fizemos o esquema da figuras 47 e 48: em seis identificamos a tipologia quadrada e em cinco a retangular. De maneira mais detalhada, seguem os fichamentos de cada um dos casos, com planta baixa e de situação, vistas, implantação, fotos e informações das casas.

Figura 47 _ Em azul, a sobreposição das tipologias de casa quadrada nos exemplares estudados. Desenho da autora.

Figura 48 _ Em azul, a sobreposição das tipologias de casa retangular nos exemplares estudados. Desenho da autora.

Jovelina
Vila Nery



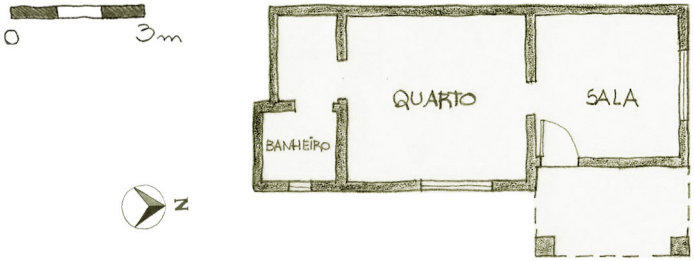
Planta de Situação

Lina nasceu no Alagoas e viveu sua infância junto com a mãe, filha de escravos. Veio para o estado de São Paulo em busca de melhores condições de vida, mas mesmo com o ofício de tecelã ela não conseguiu emprego. A opção que se configurou mais viável a ela foi a prostituição que, bem administrada, possibilitou que ela comprasse uma casa na Vila Nery para administrar seu negócio, contratando mulheres que trabalhavam para ela. Depois de reformada, a casa passou a abrigar bem as funções pretendidas, tendo um salão de música e dança, cozinha e quartos para todas.

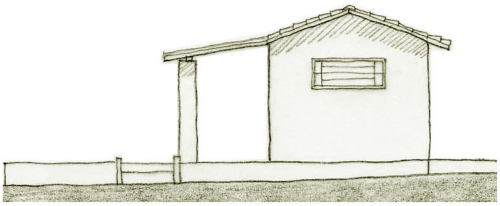
A situação periférica do bairro garantiu durante muito tempo o funcionamento do bordel, ainda que ilegal. Foi apenas com a ocupação urbana da área leste da Vila que a existência da casa começou a se configurar como um problema para os vizinhos, cada vez mais numerosos e, a construção de uma escola infantil em frente ao terreno de Lina determinou oficialmente o encerramento das atividades do prostíbulo. Antevendo o fato, Lina já tinha comprado um outro local mais distante (fora da Vila Nery) para transferir as atividades.

Com reformas, ela transformou a antiga casa de prostituição em pequenas moradias de aluguel, passando a viver também desta renda, que até os dias atuais a sustenta. Devido às inúmeras modificações feitas na edificação, realizamos o levantamento apenas da parte que se manteve original.

Trata-se de uma casa com uma elaboração estética um pouco mais requintada do que as demais, pois já contava com piso e forro de madeira, e a relação da sua proprietária com a construções e reformas realizadas não é tão estreita como nos outros casos.



Planta

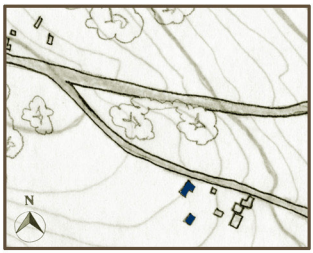


Vista Leste

Lina, presa por causa do funcionamento da casa na Vila Nery. Acervo pessoal de Jovelina Alves Feitosa.

Mulheres que trabalharam para Lina. Acervo pessoal de Jovelina Alves Feitosa.

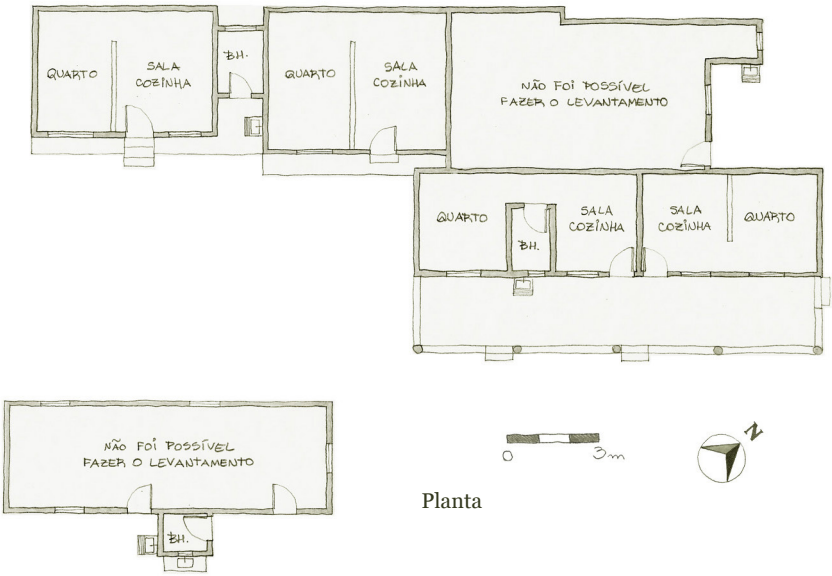
Dita
Vila Nery



Planta de Situação

Dita nasceu em uma fazenda nas proximidades de Ibaté e mudou-se para a cidade com os filhos, em busca de uma vida nova sem o marido. Quando chegou no terreno da Vila Nery, já havia outras famílias morando nele, mesmo que seu proprietário não tivesse alugado ou cedido as terras. Ali, Dita construiu sua casa de taipa de mão, de um cômodo apenas, para morar com seus filhos, e arrumou um trabalho na vizinha (Jovelina, também entrevistada nesta pesquisa) lavando, passando, cozinhando e limpando a casa. Não sabemos bem ao certo o que motivou a saída dos outros moradores do local, mas fato é que apenas a família de Dita permaneceu. Sua casa de barro caiu em uma noite de chuva, de modo que eles tiveram que reconstruir novamente sua moradia, agora já com dois cômodos. Ao longo dos anos, seus filhos se casaram e construíram eles também outras casas no terreno, formando o que se tem hoje de estruturação espacial.

Todas as casas, ainda que relativamente atuais, mantém a mesma estrutura de casa tipologia retangular, com cozinha/sala e quarto, sendo que algumas vezes contam também com banheiro interno.

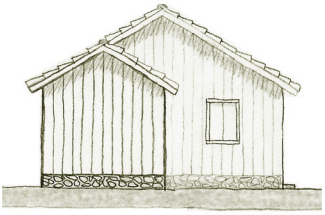


Planta

Quintal da casa. Foto de Paulo Mendes, 2014.

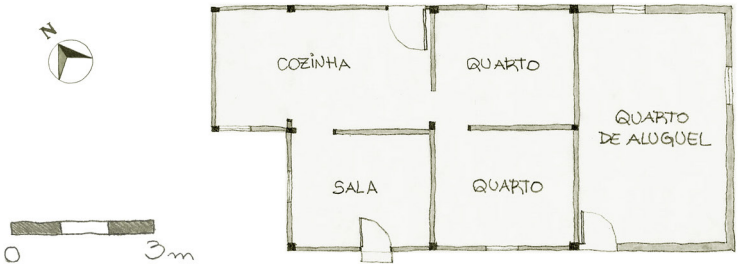
Geralda
Vila Isabel

Planta de Situação

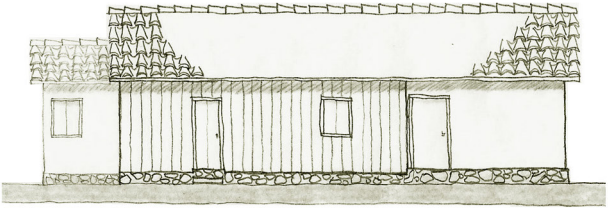

Vista noroeste

Geralda nasceu em uma fazenda próxima à Santa Eudóxia e cresceu no ambiente rural, no trabalho com a lavoura. Depois de casada, mudou-se para a Vila Pureza quando seu marido foi trabalhar nas proximidades. Neste bairro, alugaram uma casa que era dividida em três famílias, separadas internamente, de modo que cada um tinha sua própria cozinha, quarto e sala. De volta para a fazenda, Geralda teve cinco filhos e quando o marido a abandonou, ela foi obrigada a sair da casa de colônia, pois sozinha com os filhos ela não era aceita como trabalhadora produtiva. Voltando para São Carlos, ela ficou alguns meses hospedada na casa de um amigo, na colônia da FEPASA, próximo à estação de trem e de lá comprou as terras na Vila Isabel com seu irmão e pai. Quando chegaram na Vila Isabel, já havia algumas casas de madeira construídas no lote onde se estabeleceram. Esta casa de tipologia quadrada sofreu uma ampliação na cozinha, feita também de madeira e, posteriormente, foi criado um outro cômodo para ser alugado, anexo à casa, mas construído de alvenaria.

Após a construção de uma outra edificação de dimensões maiores, no mesmo terreno, a casa de madeira foi desocupada e ainda existe devido à insistência de Geralda que não quer se desfazer dela.



Planta



Vista sudoeste

A casa de madeira, atualmente abandonada e ocupada pela vegetação.
Foto de Paulo Mendes, 2014.

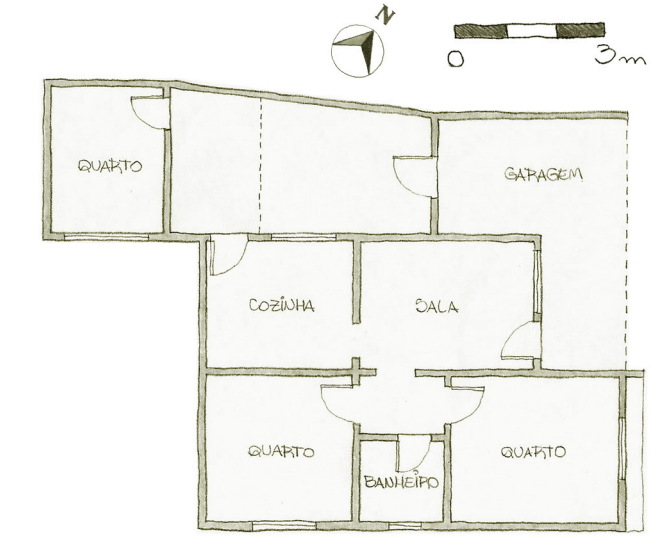
Julia
Vila Isabel

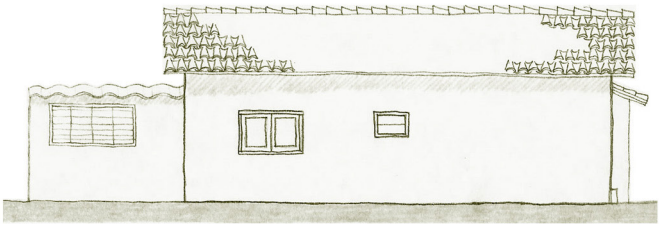
Julia é uma das moradoras mais antigas da Vila Isabel. Seus avós, Julia Rafael Francisco e Rafael Francisco, nasceram escravos e obtiveram as terras no bairro no início do século XX. Desde então sua família permaneceu ligada ao local, de modo que cada filho possui uma parcela da terra. João Francisco, pai de Julia, morou na avenida principal do bairro, em uma casa feita de barro pelos seus pais, que foi posteriormente substituída por outra. São muitas as fotos que temos desta casa, mas ela foi vendida e a atual proprietária não permitiu que entrássemos para fazer o levantamento métrico e fotográfico, de modo que não temos este registro.

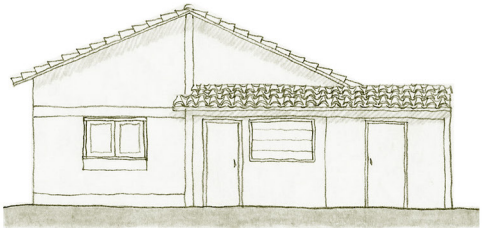
Duas das filhas de João Francisco construíram suas casas em terrenos atrás do pai, todos oriundos de um grande lote de terra. Ambas as casas tem as plantas originais bastante parecidas, com alterações nas fachadas e nos telhados. A construção delas foi feita em tijolo assentado com terra, e ao longo do tempo foram feitas ampliações. Na casa de Julia, a maior mudança foi a construção de um quarto nos fundos, deslocado do corpo central da casa, que se manteve o mesmo. Já a casa de sua irmã ganhou três novos cômodos, incluindo uma outra cozinha, modificando bastante a configuração inicial da edificação.

Atualmente um dos filhos de Julia mora na sua antiga casa, mas a vizinha (de sua irmã) está desocupada. Fizemos o levantamento métrico e fotográfico de ambas, mas só conseguimos realizar a entrevista com a Julia, pois sua irmã não estava disponível na cidade.

É interessante observar o conjunto das duas casas originalmente uma variação bastante elaborada da tipologia quadrada de planta (ver figura 47, na página 98), com adaptações ao longo do tempo.


N
0
3m
QUARTO
GARAGEM
COZINHA
SALA
QUARTO
BANHEIRO
QUARTO



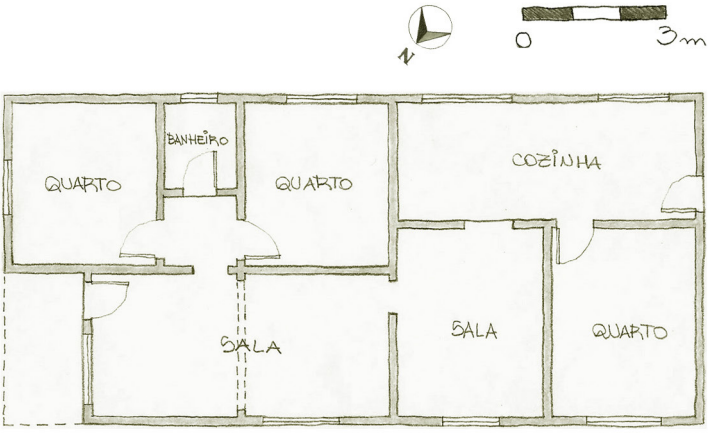


Irmã _ Julia
Vila Isabel

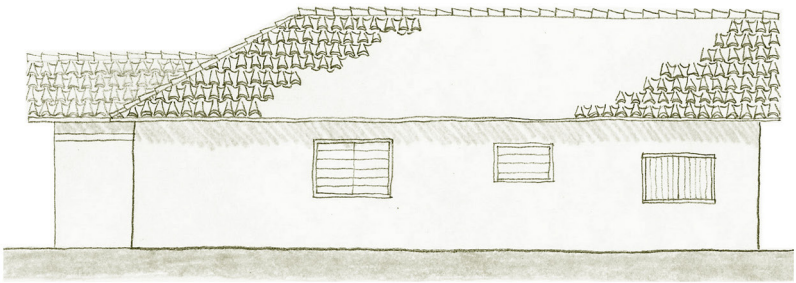
Planta de Situação

Fachada da casa de João Francisco. Data e fotógrafo desconhecidos. Acervo pessoal de Júlia Scintila Francisco Nascimento.

Fachada da casa, hoje abandonada. Foto de Paulo Mendes, 2014.



Planta

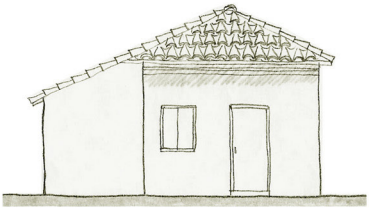


Vista noroeste

Vista nordeste

Margarida
Vila Isabel

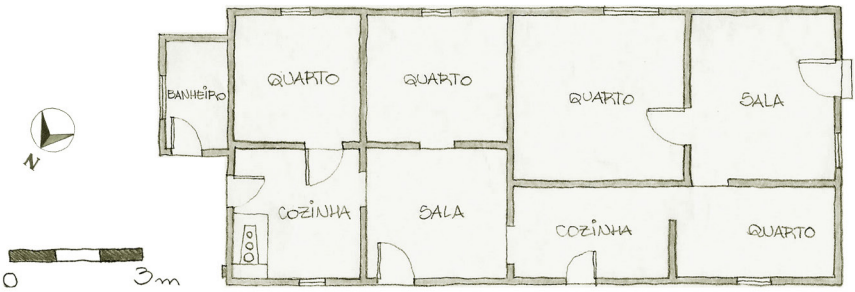
Planta de Situação


Vista sudoeste

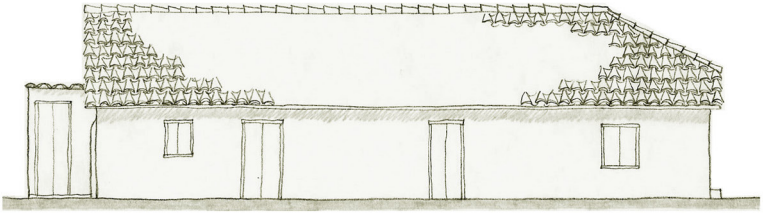
Margarida nasceu e passou toda sua infância morando em fazendas, de acordo com o emprego do pai, mas ainda adolescente se mudou para a cidade. Na Vila Isabel, a primeira casa em que morou com os pais foi alugada e, após alguns anos, o proprietário resolveu vendê-la e eles a compraram.

A edificação foi originalmente elaborada com a tipologia retangular de três cômodos, mas passou por diversas modificações no decorrer dos anos, de modo que ao analisar a planta atualmente, somos levados a pensar que a situação original da casa foi a tipologia quadrada. No entanto, a disposição dos telhados, pisos e paredes internas não deixam dúvida de que a tipologia retangular foi a primeira da casa (ver figura 47, na página 98).

Nos dias de hoje, a casa está fechada e desocupada, tendo sido construída outra no terreno, na qual vive toda a família.



Planta



Vista noroeste

Fachada sudoeste da casa, hoje desocupada. Foto de Paulo Mendes, 2014.

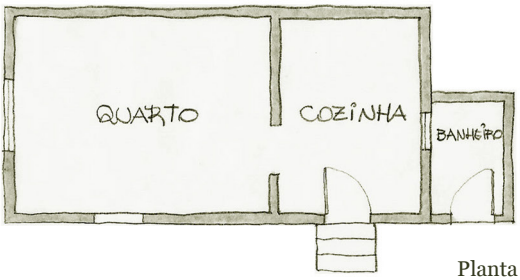
Sônia
Vila Pureza

Planta de Situação

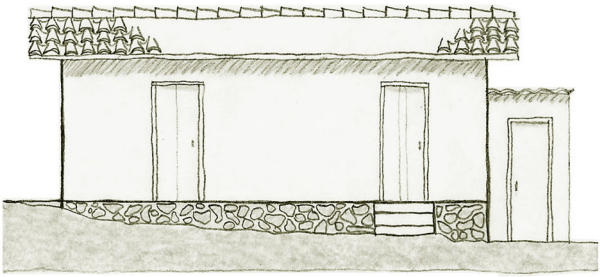
Atualmente ocupada, a casa se localiza no final do terreno. Foto de Paulo Mendes, 2014.

Este terreno era uma chácara chamada São Sebastião, na qual vivia uma grande família de negros. De todas as casas apenas uma restou e foi registrada nesta pesquisa, mas a única descendente mais velha da família não quis fazer entrevista, de modo que não temos muitas informações além das colhidas por outros moradores do bairro. De acordo com eles, a chácara ocupava toda a área ao redor da ruela (sem nome) que leva até a casa desenhada.

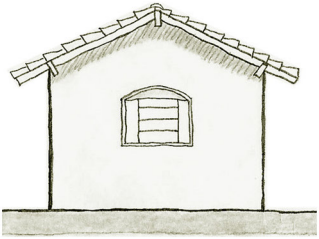
A tipologia desta construção é claramente a retangular de dois cômodos, com o acréscimo apenas do banheiro, externo à casa.



Planta



Vista norte



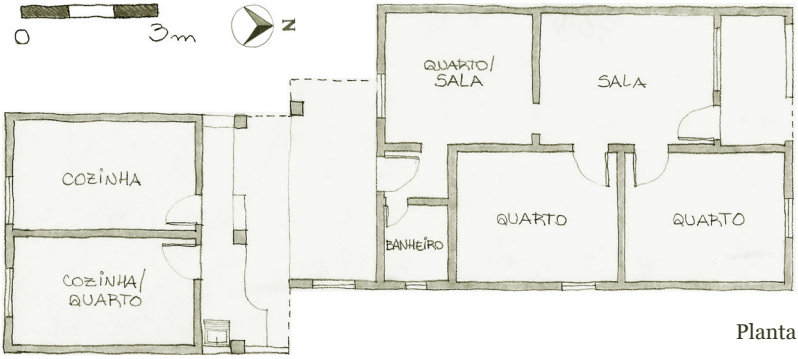
Vista leste

Thereza
Vila Pureza

Planta de Situação

Conexão dos telhados da cozinha externa e da casa. Foto de Paulo Mendes, 2014.

Tereza é uma moradora da Vila Pureza, branca. Ela mudou para o bairro quando casou , pois seus sogros já moravam ali. Negros, eles trabalhavam em um dos Cortumes da Vila, próximos ao córrego do Monjolinho, onde havia uma colônia para os trabalhadores. Depois de juntar um pouco de dinheiro, eles puderam comprar o terreno onde hoje mora Thereza, que já tinha uma casa construída. Ao longo do tempo, ele [seu sogro] construiu outra casa para seu filho (marido de Thereza), uma cozinha externa de grandes dimensões, outros dois cômodos no quintal para criação de pássaros e, nos fundos do terreno, duas casas para aluguel. Atualmente, apenas Thereza mora nas casas, que estão a venda e praticamente desocupadas.

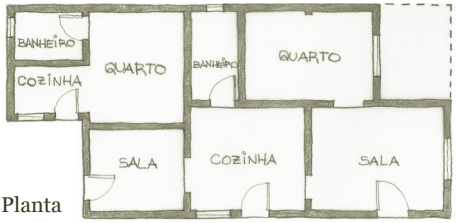


Planta

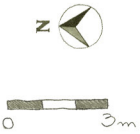
Vista norte

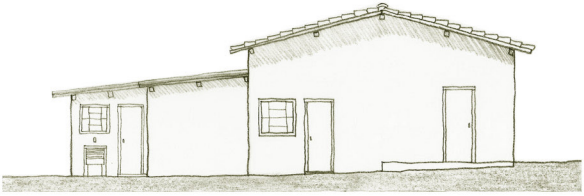
Desolina
Vila Pureza

Planta de Situação

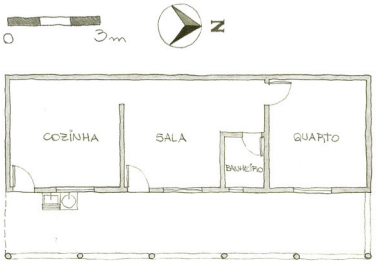


Planta

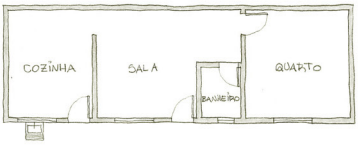


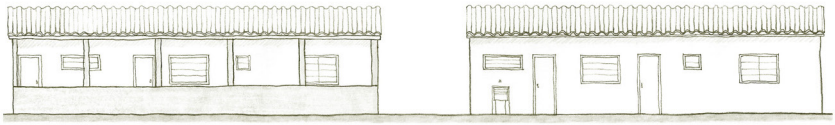

Vista oeste

Dina se mudou para este terreno quando casou e por um tempo morou na casa principal com seu marido e sogros, mas não demorou muito para que eles construíssem sua própria casa nos fundos do lote. A edificação era formada por apenas um cômodo, feito de taipa de mão, e como eles outros dois parentes moravam no terreno. Depois da morte do marido e dos sogros, Dina herdou a terra com as filhas, que por sua vez construíram as próprias casas. A edificação mais antiga tinha tipologia quadrada, mas passou por algumas reformas, perdendo um pouco de área do quarto para a construção de uma garagem, criando um banheiro interno à casa e construindo três cômodos na parte de trás da cozinha, onde mora um parente da família. Já as casas recentemente construídas seguem todas a mesma tipologia retangular com três cômodos e banheiro (ver figura 47, na página 98).

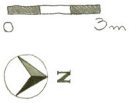


Planta

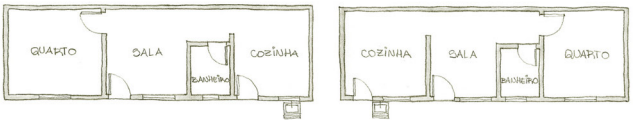




Vista leste



Planta

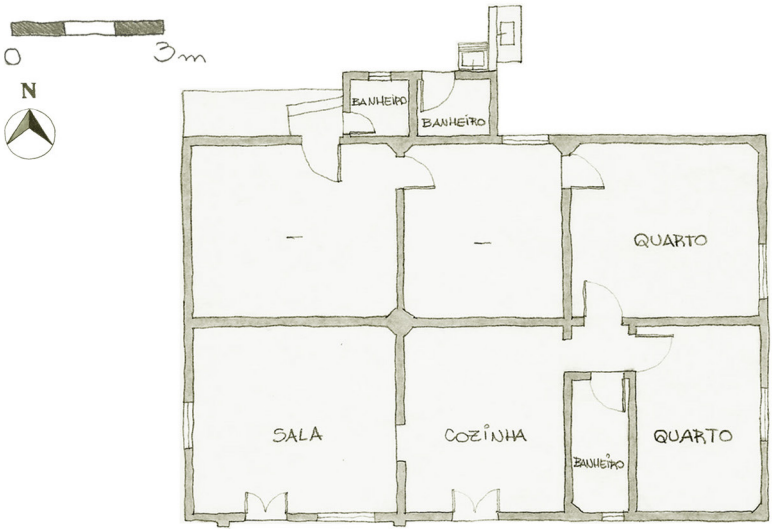


Vista leste

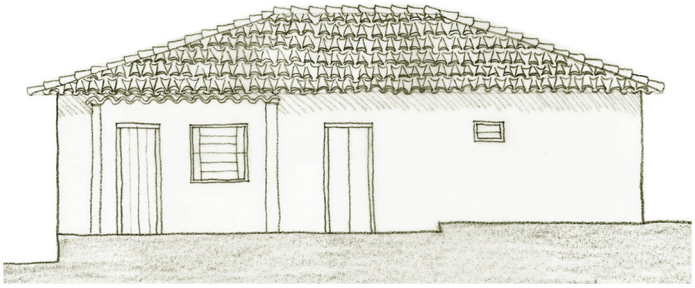
Aparecida
Vila Pureza

Planta de Situação

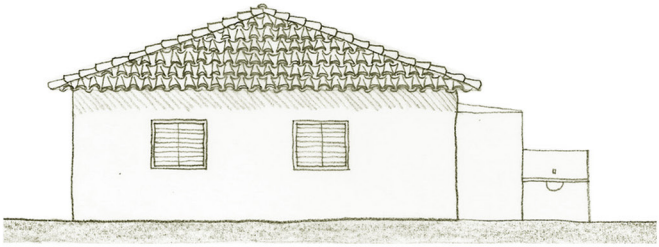
Cida passou a infância na fazenda São Roberto e se mudou para São Carlos por causa de uma doença da mãe. Morou com seus irmãos na Vila Nery e de lá, foi para a Vila Pureza após ter casado, pois os pais de seu marido eram proprietários da casa que eles mesmo haviam construído. Desde o princípio, ela foi elaborada para ser constituída por quatro cômodos (tipologia quadrada) e um anexo com área referente a outros dois cômodos, que seria utilizado como bar pelo seu sogro. O projeto nunca foi para frente e o salão foi utilizado de maneira informal por muitos anos como sala de aula das crianças do bairro. Após esse uso, Cida se mudou para lá, já com os nove filhos e o marido, deixando o restante da casa para os sogros. Foi apenas com a morte destes que a casa foi reformada, fazendo a conexão entre o salão (à direita) e o restante da casa (à esquerda). Cida, que durante muito tempo morou em dois cômodos com o marido e nove filhos, atualmente não utiliza a antiga cozinha e quarto, pois vive com dois filhos apenas.



Planta



Vista sul



Vista leste

3.4 SABER-FAZER CONSTRUTIVO

Nas Vilas Nery, Isabel e Pureza, dificilmente se isola a existência da casa do ato de construí-la, pois mesmo os que se mudaram para casas já prontas, executaram com suas próprias mãos as eventuais reformas e ampliações, de modo que todos os entrevistados afirmaram ter vivido a experiência construtiva em algum momento de suas vidas, dentro ou fora dos bairros analisados[51]. De fato, construir era uma operação coletiva que mobilizava projetos individuais, recursos econômicos e humanos, negociações matrimoniais, auxílio de uma coletividade e os laços de parentesco geralmente eram utilizados nesses momentos, seja através do conhecimento prévio de alguma pessoa que poderia já ter trabalhado de pedreiro, seja pela necessidade. Indagada sobre o saber construtivo em uma entrevistas, Aparecida assumiu que seus parentes não sabiam construir, "mas vai olhando as outras casas e vai aprendendo a fazer. Não era um pedreiro não, mas a necessidade que faz o pedreiro"[52]. Sobre o processo de construção familiar, Aparecida completa a descrição:

> A casa da minha irmã era três cômodos pequenininhos que meu cunhado construiu com muito sacrifício, ele mais os meus irmãos, eles faziam um multirão de domingo e "*vamos suspender a casa*". Porque ele pagava aluguel e tinha três crianças pequenas e não dava mais para pagar aluguel. Então ele falou "*eu vou suspender três cômodos, e depois quando a gente tiver dentro desses três cômodozinhos a gente aumenta mais*". Mas não chegou a aumentar não. Ficou naqueles três cômodozinhos mesmo, onde hoje mora os meus sobrinhos lá [Vila Nery]. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

51 _ Dentro da amostra de pessoas entrevistadas, houve casos de famílias que vieram de fazendas da região de São Carlos e, dentre outras coisas, a atividade de construção nos foi narrada algumas vezes nesse ambiente rural.

52 _ Entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo.

Além da casa propriamente dita, outras instalações domésticos eram feitos por seus moradores. Sobre o processo de construção do forno no quintal de sua casa, na Vila Isabel, Margarida explica:

> Ele [cunhado] me ajudou a fazer o forno. Fizemo de tijolo, pedaço de tijolo, porque tinha muitos pedaço de tijolo por aí né, pra rua aí. Ele ia com a carriola e pegava nos terrenos vazios, vinha prá lá, pegava com a carriola. Fazia a massa de terra, de barro, e fazia, nem cimento ia. Não gastou nada, foi só o tempo, mas nem o tempo não gastou porque tempo tinha, né. (entrevista com Margarida Estevan Ramos)

Outro elemento sempre presente nos quintais das casas era a fossa, que poderia constituir-se de um simples buraco no chão, com uma tampa, ou ganhar elaboração, como descrito por Julia, também na Vila Isabel:

> A fossa meu pai que fez. Fez a fossa, depois ele catou tudo uns pedaço de ferro de trilhos de trem, ele pois os trilho assim sabe, tudo separado e depois ele pegou os pau grosso, pois assim. Aí ele pegou a tábua e fez tudo fechadinho de tábua quiném uma casinha. Construiu uma casinha, pra isso ele era caprichoso! E tinha portinha. Depois, aqui na privada, ele pegou e fez de madeira um quadrado assim, de madeira, e depois tinha aquela coisa quiném da privada mesmo, que a gente tampa. Tinha também aquela roda que era pra gente sentar. Não era assim fossa, que ia lá e ficava com medo, não. Minha mãe fazia lavar aquelas tábua no chão, ficava limpinho. (entrevista com Julia Scintila Francisco Nascimento)

O conhecimento adquirido com pais e avós sobre os modos construtivos foram muito utilizados no início da ocupação dos três bair-

ros, principalmente com o uso da madeira e do barro, como vimos no item anterior. Mesmo que os relatos descrevam o uso desses dois materiais em casas que não existem mais, encontramos ainda um exemplar de residência feita inteiramente de madeira, interna e externamente, na Vila Isabel da dona Geralda (figura 49). Em 1902, no entanto, o artigo 27 do Código de Postura de São Carlos proibe o uso de madeira no interior das casas, de modo que temos aí mais um indício de que grande parte das normas urbanas da transição do século XIX para o XX não foram aplicados na periferia de São Carlos, dando maior liberdade para que a população pobre construísse suas moradias nesses locais.

Figura 49 _ Interior da casa da dona Geralda, na Vila Isabel, toda construída com madeira.

O emprego do barro, no entanto, foi mais recorrente na construção das casas que o da madeira. A taipa de mão, também conhecida como pau-a-pique, é uma técnica em que as paredes são armadas com madeira ou bambu trançados, preenchidos com barro e fibras, como a palha, e esse processo de construção é descrito em inúmeras entrevistas, sempre realizado em grupo.

> Casa de barrote é aquela casa que faz de barro que passa aquelas de bambu assim e barreia. A gente pegava bosta de vaca mole, fresca, e a gente jogava por cima e depois caiava, ficava uma coisa assim. (entrevista com Geralda Fermiano da Silva)

> Construí eu, tinha meu marido, que é pai dos meus filhos né, ajudou a fazer meu padrasto, eu ajudei, minha sogra também ajudou, um cunhado meu também ajudava nóis a fazer a casa (...) Era um quarto e cozinha só, nóis que fizemos. Pegava e enfiava os pau tudo assim certinho, aí fazia um punhado de barro, pegava uns punhado de telha quebrada e tacava naquele buraco e punhava terra, aquele barro. A gente ia buscar pau na outra fazenda do lado de lá do asfalto. Nóis falava com o patrão, cortava capim pras vaca e pegava os pau de lenha pra nóis. Aí nóis trazia na carroça. (entrevista com Benedita Ribeiro)

> A gente mesmo que fazia, a gente mesmo que ia morar né. A gente amassava o barro e ia fazendo, só barro mesmo, daqui. Tinha muito bambu (...) pegava o bambu, cortava o bambu, deixava ele dar uma murchada e depois abria ele assim e ponhava na parede. Amarrava pra pôr nuns dois pauzão, mais forte, grosso que nem aquele ali, no chão e depois amarrava os bambu assim, entendeu? Depois desses bambu ia o barro. (entrevista com Desolina da Silva)

As citações acima se referem à mesma técnica, variando no uso de alguns materiais como o excremento de vaca, a telha cerâmica quebrada, o bambu e os tacos de madeira. As três entrevistadas são respectivamente moradoras antigas das Vilas Isabel, Nery e Pureza, o que nos leva a crer que provavelmente o pau-a-pique era uma técnica conhecida pela população negra antes mesmo dela ocupar a periferia urbana. Além da taipa de mão, também foi encontrado como técnica construtiva nas casas o adobe, um tipo de tijolo feito de terra crua, com fibras, como a palha, moldado em fôrma de madeira, feito artesanalmente.

Interessante notar o fato de que se a vedação das casas era feita de maneira vernacular, com técnicas e materiais muitas vezes produzidos pelos próprios moradores, no telhado eram utilizadas as telhas cerâmicas compradas ou ganhadas. Não foi citado o telhado coberto com sapé em casas urbanas, e também não identificamos a presença de platibandas nas edificações analisadas. Geralmente a cobertura das casas era feita com telhas cerâmicas apoiadas em estrutura de madeira, com duas, três ou quatro águas, privilegiando-se sempre a localização dos beirais junto à entrada principal da casa. A figura 47 reúne o desenho das elevações com a porta de acesso às residências estudadas, de modo que podem ser vistas suas coberturas.

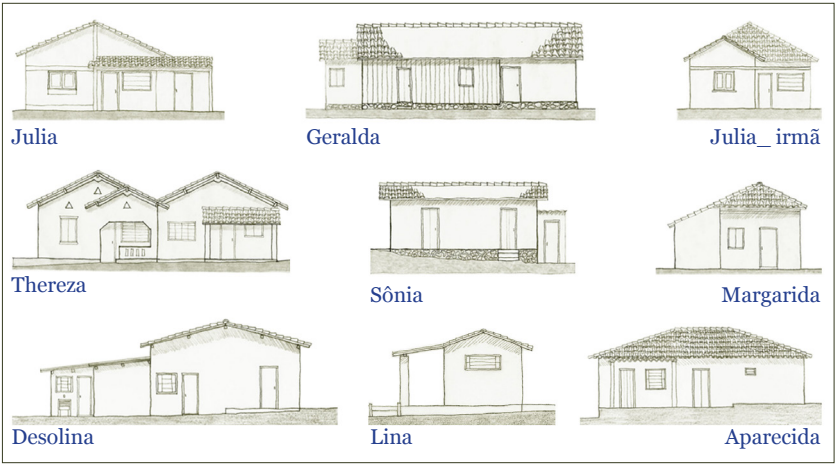


Figura 50 _ Vistas das casas estudadas, nas quais se localizam a entrada principal. Desenho da autora.

Por vezes as janelas e portas também eram feitas pelos próprios moradores, utilizando tábuas de madeira para isso, pela facilidade de acesso ao material, de forma mais ou menos elaborada, como narra Adelina: “minha casa, era de chão, a janela não tinha: punha tábua. A porta punha duas tábuas e fechava, encostava pra não cair, porque não tinha dinheiro pra comprar”[53]. Faziam uso da mesma madeira na construção dos batentes, das vergas e contra vergas (no caso das janelas) de tais aberturas, como pode ser visto na porta da figura 51.

Figura 51 _ Porta da cozinha da dona Thereza, Vila Pureza. Destaque para batentes e verga, na parte superior da porta, que ultrapassa o vão em ambos os lados.

Ainda que estivesse previsto no artigo 31 do Código de Posturas de São Carlos de 1902 que “O solo das habitações deve ser assoalhado, ladrilhado ou cimentado, sendo previamente retirada a materia organica nelle contida”, nove das casas pesquisadas tiveram originalmente piso de terra batida, substituído posteriormente por tijolo ou pedra (ver figuras 52), cimento (com a aplicação do conhecido “vermelhão”) e atualmente revestimento cerâmico no chão. As casas eram feitas elevadas do nível externo a uma altura correspondente a um degrau, para evitar a entrada da água das chuvas e de sujeiras. Portanto, nenhuma delas apresentou o porão exigido por lei da época.

Figura 52 _ Detalhe do revestimento do chão. À direita, tijolo na casa de dona Margarida, e à esquerda, pedra na casa de dona Geralda, ambas na Vila Isabel.

53 _ Entrevista com Adelina Bidinato Picharilio.

Podemos notar que um dos reflexos das normas municipais de construção é que, por mais que elas não chegassem a ser efetivadas em sua totalidade dentro dos bairros periféricos, elas ditavam o padrão tido por "correto" e desejado. Dessa forma, à medida que suas condições financeiras permitiam, os negros mudavam as técnicas construtivas e os materiais empregados na construção de suas casas, entretanto sem que a mudança interferisse no formato e na organização interna da edificação. Um exemplo disso é o caso da dona Desolina que mudou-se para o terreno dos sogros quando se casou (no meio do século XX), construindo sua casa de taipa de mão. Com o passar do tempo e a morte de alguns componentes da sua família, ela e suas filhas refizeram as casas seguindo a mesma tipologia anterior, só que com a utilização de tijolo baiano e argamassa de cimento.

A grande dimensão dos terrenos possibilitava que essas transições entre o novo e o antigo pudessem ocorrer sem a demolição deste último, geralmente a pedido do morador mais velho, ainda apegado à sua casa. Foi o que ocorreu com Margarida e Geralda, ambas moradoras da Vila Isabel, cujas antigas moradias se mantém até hoje, mesmo que desabitadas, e são lembradas pelos moradores do bairro, pois exemplificam como eram as moradias nos tempos antigos, já que foram construídas respectivamente utilizando barro e madeira.

Figura 53 _ Homens trabalhando em reforma na Vila Isabel. Data e fotógrafo desconhecidos.

Figura 54 _ Jovelina e o filho reformando a casa, na Vila Nery. Data e fotógrafo desconhecidos.

Marcelin propõe que ao se estudar a construção e o uso sociocultural dos modos de habitar de uma determinada comunidade, deve-se ter em mente que "os povos agem em função da cosmovisão (conhecimento e crença) que possuem de si mesmos, dos outros e do meio em que vivem" (1999, p. 32). É a partir desse olhar que fazemos a análise da ocupação das casas habitadas pelos negros na Vila Nery, Vila Isabel e Vila Pureza. Todas elas se identificam nos processos e técnicas construtivas, nos materiais utilizados e nas características de composição interna e ocupação dos ambientes domésticos. A escolha da tipologia foi determinada pela necessidade e pela possibilidade familiar, através da qual seriam elaborados os ambientes internos. A existência de cômodos exclusivos para determinadas funções não era uma premissa, pelo contrário, mesmo nas casas com quatro ambientes ocorreu sobreposição de atividades. Vejamos como isso se deu.

O quarto era o espaço menos acessível e mais fechado da casa, pois além de servir como local de repouso e das atividades sexuais, ainda preservava as relíquias da família, que destinava um local para o oratório e as divindades. A ele, opunham-se a sala e a cozinha, sendo a primeira lugar de sociabilidade por excelência, acolhendo a visita de pessoas externas à casa, pequenas reuniões, festas, músicas, velórios, entre outros. À noite, o espaço da sala era redefinido, colocando em destaque a divisão sexual e etária do espaço. Se durante o dia, os princípios que governavam as relações entre gênero e gerações eram explicitados de forma muito discreta, à noite ficava clara a relação destes princípios com o espaço. Aos quartos eram associadas as dimensões do feminino, da idade adulta e da conjugalidade, enquanto a sala correspondia o masculino, a infância e o celibato. Dessa forma, nos quartos ficavam os casais, as mulheres mais velhas e as crianças mais novas, enquanto na sala os meninos dormiam próximo à porta de entrada e as meninas perto da porta dos quartos. Essa hierarquia do espaço em função dos grupos etários e de gênero ocorria nas casas com um, dois, três ou quatro cômodos, de modo que mudavam as distribuições dos

moradores nos ambientes, mas os princípios que regiam estes arranjos eram os mesmos.

A cozinha tinha a dimensão da intimidade coletiva da casa, pois era o lugar comum de todos os integrantes da casa, mas não necessariamente daqueles externos à ela. Era também o cômodo que recebia o maior número de equipamentos construídos, como os fogões a lenha, pias, apoios para filtros, panelas, latas d'água, potes, reservatórios de leite, entre outros. Geralmente a cozinha era implantada próxima ao perímetro da casa e não no seu centro. Segundo Eduardo Pereira:

> Isto está ligado à história do desenvolvimento da habitação popular, decorrente das precauções contra o fogo. O fogão, numa primeira fase, era implantado no meio da cabana de sapé e a saída da fumaça se dava pela cobertura vegetal, colocando a casa sempre em risco de incêndio. O fogão se deslocou então, em função disso, para o perímetro da casa, com chaminés que ofereciam segurança à cobertura. A substituição da cobertura vegetal por telhas de barro não alterou a implantação do fogão, consequentemente da cozinha. Muda o material mas permanece o hábito (PEREIRA, 1988, p. 30).

Quando inserida ao conjunto da casa, a cozinha situava-se geralmente nos fundos, pois através dela ocorriam as relações com o exterior da casa, para uso do forno a lenha, poço, horta e plantações, criação de animais como galinha, terreiro. O quintal, portanto, tinha forte ligação com as tarefas ligadas à cozinha, não sendo estranho a existência de cozinhas externas, construídas isoladamente à casa, algumas vezes de modo bastante improvisado, à sombra de uma árvore, outras vezes contando com cobertura, pia e vedação. As diversas atividades realizadas no quintal propiciava o convívio familiar, como nos narra Margarida, que cozinhava todos os dias no fogão do quintal, na Vila Isabel.

> Aí eu fazia comida na panela de ferro, depois eu tirava

> e punhava na outra e a mulecada brigava, queria rapar: "*a panela é minha*" e o outro "*a panela é minha*". Um vinha e pegava a panela e aí vinha aquele bando de muleque, correno atrás. Aí eu peguei e falei "*Olha, vamo fazer assim: um dia um rapa a panela, outro dia outro rapa*". (entrevista com Margarida Estevan Ramos)

Dentro desse espaço doméstico compreendido pelo quintal e pela casa propriamente dita, a rotina diária se desenvolvia. Pela manhã, a primeira pessoa a acordar era a mãe ou a filha mais velha, para preparar o café da manhã do pai, que ia trabalhar cedo. Essa refeição era geralmente composta por café, leite, pão caseiro e frutas que davam na própria casa. Identificamos algumas particularidades nesta prática no depoimento de Julia:

> O café da manhã era só café e pão, minha mãe fazia pão. Agora quando não tinha pão, era mandioca, porque teve uma época que não tinha farinha de trigo, açúcar, que foi racionado, então minha avó.. Nóis tinha o quintal todo plantado de mandioca, a gente ajudava a ralar a mandioca, nóis tinha que ralar a mandioca no ralo. Aí a minha avó espremia aquela mandioca, tirava o polvilho da mandioca, aí ela pegava a frigideira, punha um pouquinho de.. Não sei o que o que ela punha lá naquilo lá, passava acho que só gordura no fundo da frigideira, e punha tudo aquela massa assim sabe. Ficava quiném um biju, e nóis tomava aquilo lá com café. (entrevista com Julia Scintila Francisco Nascimento)

Assim, os trabalhos na cozinha começavam logo pela manhã e seguiam, de modo que o almoço não demorava a ficar pronto e era geralmente levado por um dos filhos para o pai, no seu emprego. No caso das famílias que eram constituídas apenas pela mãe e os filhos, cabia a ela deixar previamente pronta a comida, para que as crianças a

esquentassem no almoço. Seja como for, o papel desempenhado pelos filhos nos serviços domésticos foi uma constante nos casos analisados, pois a eles sempre eram designadas diversas tarefas.

> Meu pai fazia assim, punha por exemplo dois de manhã e dois de tarde [na escola], pra poder ajudar em casa. Tinha que ajudar, porque ela [mãe] fazia doce direto (...) E quando acabava o serviço é que ia brincar, porque se não acabava o serviço, não podia brincar. Ajudava com os doces, varrer casa, limpar quintal. (entrevista com Julia Scintila Francisco Nascimento)

> Cada um tinha sua tarefa, cada um tinha que fazer o seu. Como eu fiz com os meus [filhos]. Cada um tinha a sua obrigaçãozinha de fazer e quando ela [mãe] chegava encontrava a casa limpa, cozinha arrumada, tudo direitinho. (entrevista com Romilda dos Santos Silva)

A maior parte das mulheres entrevistadas afirmou ter frequentado apenas os primeiros anos da escola, quando não foram totalmente proibidas de ir, pois além das urgências financeiras que as fizeram trabalhar desde cedo, havia de fato um pensamento na época que distanciava a mulher das atividades intelectuais. Ainda que muitas delas tenham vivido situações que comprovaram o contrário, afirmando que perderam oportunidades de emprego pela condição de analfabetas, quando criança pouco era o controle que tinham sobre essas situações.

> Estudei muito pouco, muito pouco, eu não aprendi quase nada. Eu sei um pouquinho, porque depois que nóis mudou aqui, aí eu fui estudar no Sesi de noite, aí eu aprendi um pouco no Sesi. Porque meu pai falava assim que estudo pra mulher não valia nada, que era (para os) homi. Meus irmão tudo estudou e nóis não estudemos, nem eu nem minhas irmãs. (entrevista com Margarida Estevan Ramos)

Com oito filhos homens, Aparecida aproveitava o período em que eles estavam na escola para trabalhar de empregada e lavadeira, e à noite, quando todos chegavam em casa ela retomava suas tarefas domésticas:

> Eu chegava do serviço e ia fazer a janta, arrumar cozinha, tudo essas coisas. Então quando eu acabava de fazer a janta eu chamava todo mundo pra dentro, aí já era umas sete e meia da noite, chamava todo mundo pra dentro "*vamo tomar banho e vamo jantar*". Nóis não tinha televisão, só tinha um radinho, aí vai todo mundo dormir, mas primeiro fazer a lição da escola. "*Fulano, cê trouxe lição pra fazer?*" "*Trouxe.*" "*Então vai fazer. Fulano, cê trouxe lição?*" "*Não mãe, não trouxe lição. A professora não deu.*" "*Tá bom.*" Aquele que tinha lição fazia lição. Cabou a lição, vai dormir. E no outro dia, a mesma coisa. (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

As entrevistas mostraram que durante os fins de semana eram realizadas tarefas ligadas à casa que não foram feitas durante a semana como a produção de pão caseiro, a limpeza da casa e das roupas da família, algumas vezes associando essa tarefa ao banho das crianças no rio, junto a outras vizinhas.

> Minha mãe vinha lavar roupa aqui embaixo, tem o rio aqui embaixo [córrego do Monjolinho]. Não só minha mãe, o povo todo lá! Então minha mãe vinha e trazia a gente, as outras também vinham lavava roupa, porque tinha mais água, sabe. Então lavava roupa aí e a gente subia já tomado banho, a roupa já ia secando. Tinha um riozão aí! (entrevista com Romilda dos Santos Silva)

O sábado e o domingo também eram reservados ao descanso e lazer da família, muitas vezes compartilhados com os vizinhos na realização de sambas e forrós, que aconteciam nos quintais ou dentro das casas, principalmente no caso da Vila Pureza, que estabeleceu mais fortemente essa relação de comunidade dentro do seu espaço urbano:

> Ai quando dava lá pra uma hora, uma e meia da tarde, porque todo mundo almoçava cedo, onze e meia, meio dia já tinha todo mundo almoçado e arrumado cozinha. Então, ai vinha tudo pra casa da minha sogra, se juntava tudo aqui. O meu sogro tinha uma sanfoninha oito baixo e ele tocava sanfona. Ele falava assim pra minha sogra "*Alzira, chama o povo aí que nós vai dançar um pouco*". Ai meu sogro sentava lá naquele canto ali na cadeira e puxava essa sanfona, e nós só dançando. Dançava a tarde inteira, forrózinho. Não tinha comida ali, porque não dava tempo de parar pra comer, era só dançar. Aí juntava os vizinhos. Escutava a sanfona do velho e juntava todo mundo. Lá fora tinha poço, tinha coisa e aqui [dentro da casa] cabia todo mundo melhor. Aí na outra semana eu já escutava a sanfoninha lá naquela esquina lá... Ah, vamos dançar lá! (entrevista com Aparecida Pedro Jeronymo)

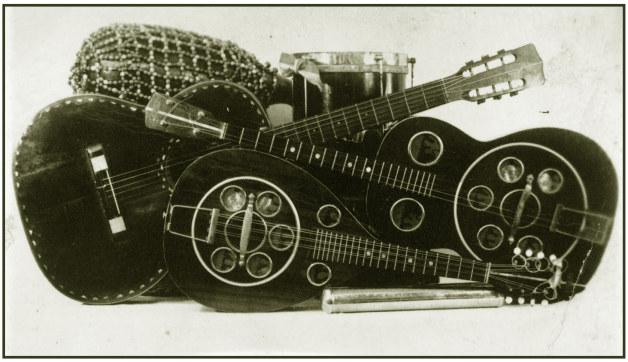


Figura 55 _ Instrumentos musicais tocados pela banda *Enfezados da Garoa*, da Vila Isabel. Data e fotógrafo desconhecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final do século XX no Oeste Paulista foi bastante marcado pelo capital oriundo da produção cafeeira, de modo que as cidades da região se desenvolveram muito através dessa economia. Neste momento, a abolição da escravidão acompanhada pela entrada de um grande número de imigrantes no país, intensificou o aumento da população urbana, facilitado também pelo binômio café-ferrovia. Essa situação, vivida por muitas cidades do interior paulista, também ocorreu em São Carlos, e em poucos anos os habitantes eram além de numerosos, múltiplos. Essa transformação não foi acompanhada pela infraestrutura correspondente, e as condições sanitárias precárias fizeram das epidemias um evento frequente. O problema foi associado com a presença dos pobres na cidade e alguns médicos e intelectuais da época chegaram a considerar as habitações e os modos de morar das camadas pobres na cidade como nocivos à sociedade, focos de irradiação de epidemias e também de propagação de vícios de todos os tipos.

Em nome do saneamento urbano, para combater as doenças contagiosas, as medidas higienistas prometiam não apenas uma nova São Carlos saudável e higiênica, mas também a aproximaria dos moldes estéticos europeus. Nessa conjuntura, foram criados os quatro bairros periféricos de São Carlos, em curto espaço de tempo, de 1889 a 1893, como uma alternativa viável de moradia urbana para a população pobre, pois ainda que incômodos, eles eram essenciais para a manutenção da vida da elite econômica na cidade. O processo de gentrificação ocorreu, portanto, através do embelezamento no núcleo central e das melhorias nas condições sanitárias das edificações e dos espaços urbanos.

Discutir a inserção e interação do negro nesses bairros prevê um entendimento dos processos escravistas e emancipacionistas que ele passou, pois entendemos que a forma urbana é impregnada de aspectos humanos influenciados pela cultura ancestral. Dessa forma, a herança histórica comum de um determinado grupo modela a morfologia de seu assentamento, seja aonde for.

Enquanto escravo, o negro carregou uma herança cultural multifacetada, que tem origem na África através das danças, crenças, religiões, hábitos, modos de vida, mas que também se formou na vivência do cativeiro, nas marcas da doutrinação do pensamento (e da prática) escravista. Na cidade, os escravos domésticos e de ganho dividiam lugar com os forros, enquanto no campo, o trabalho nas lavouras concentrava a maior parte da mão de obra escrava, organizada dentro da propriedade rural. No capítulo 03 vimos as correspondências existentes ainda hoje em algumas formações residenciais negras com a África, o que pode indicar que mesmo que não tenham nascido africanos, muitos dos escravos absorveram a cultura de seus ancestrais, através da história oral. No entanto, podemos identificar também a manifestação de uma herança que fez crescer o medo, a coação, reflexo de um preconceito intensamente arraigado. Tanto quanto as crenças africanas, a herança do cativeiro foi passada de geração em geração. Notamos isso na fala dos ex-escravos para seus filhos, exigindo um comportamento correto e inserido nos padrões aceitáveis, ao mesmo tempo que reprimia atitudes espontâneas que buscavam a legitimidade de espaços e identidades. Acreditamos que os princípios que sustentavam a inferioridade negra durante a escravidão, algumas vezes foram passados dos ex-escravos aos seus descendentes, mesmo que estes não tivessem vivido a experiência do cativeiro. Desse modo, a formulação dos espaços negros, a apropriação de atividades, de locais, de religiões, enfim, não podem ser analisadas sem ter em vista toda essa herança carregada pelo negro após a abolição.

Ao analisar três espaços distintos dentro da cidade no mesmo período, as manifestações dessa herança cultural própria se destacam. Através das fontes pesquisadas, não encontramos indícios que possibilitem desvendar o porquê as ocupações foram tão diferentes. Na Vila Isabel identificamos uma tendência de retração dos negros para dentro de suas casas: muito mais marcado pelo medo da sua condição de negro na cidade. Na Vila Pureza os espaços do bairro se configuravam como uma extensão da casa, intensamente apropriados. E na Vila Nery a ocupação estabelece uma relação muito estreita com o desenvolvimento

urbano, que expulsa o negro para a periferia do bairro, na direção leste. No entanto, observamos ter sido constante em todos os bairros um tipo de organização dos lotes, com ocupação semelhante aos *kraals* africanos, demonstrando ainda um esforço pela manutenção da coletividade do grupo.

No que diz respeito às edificações em si, observamos uma continuidade na postura construtiva das casas e elementos domésticos. As influências do dito "correto" e "errado" chegaram a influenciar a população negra e os modos de morar (e de ser) populares, alterando de fato alguns elementos neste sentido: se antes a construção da casa era feita com técnicas antigas, ao longo do tempo vemos que os materiais mudaram da terra e bambu para o tijolo baiano e cimento. Certamente essa mudança não ocorreu devido ao saber-fazer do negro, mas principalmente pelos conceitos pejorativos associados às antigas construções populares de terra. Mas mesmo com a alteração nos materiais utilizados, é interessante notar que as tipologias construídas permanecem as mesmas e a prática da auto-construção resiste com um novo meio, mas ainda desenvolvida empiricamente, resultando quase em um sincretismo religioso da mistura do catolicismo com o candomblé.

Por fim, esta pesquisa revelou mais uma faceta do processo de pós abolição vivido pelo negro ao destacá-lo como personagem ativo no processo de formação da cidade de São Carlos, através dos bairros periféricos na virada do século XIX para o XX. Um dado muito relevante nesse sentido é o grande número de negros proprietários de terras que moravam na cidade em 1907 (dado levantado pelo Recenseamento Populacional de São Carlos), evidenciando uma organização e planejamento dos negros após 1888, atuante dentro da conjuntura que ele estava inserido, para se estabelecer no ambiente urbano.

Acreditando que estas construções analíticas e as especulações aqui iniciadas não se esgotam, principalmente frente a uma temática absolutamente densa como esta, lançamos apenas algumas considerações finais.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Georg Reid. Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988. Tradução Magda Lope, Bauru, SP: EDUSC, 1998. Pág 197-241.

BARROS, Maria Paes de. No Tempo de Dantes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BENINCASA, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara (1830-1930). São Carlos: EdUFSCar, 2003.

BRESCIANI, Stella (org). Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH -Marco Zero, 1993.

BORTOLUCCI, Maria Ângela P. C. Silva. Moradias urbanas: construídas em São Carlos no período cafeeiro.Vol. I e II. Tese (Doutorado). EESC-USP: São Carlos, 1991.

BRITO, Raquel Soeiro de. No Trilho dos Descobrimentos. Estudos geográficos. Lisboa: Ed. Printer Portuguesa, 1997.

CARNEIRO, Édison. 80 anos de abolição. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, Séc. XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In História da Vida Privada no Brasil 2. Organizado por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.337-383.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CHALHOUB, Sidney. Escravo não foi somente vítima, mas também um sujeito político. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de novembro de 1989.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DAMIANO, Octavio C. As Favas do seu Major. São Carlos: Correio de São Carlos, 1955.

DEVESCOVI, Regina C. Balieiro. Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos, Arquivo de História Contemporânea: UFSCar, 1987.

Facsimile de: Almanach de São Carlos de 1894. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

Facsimile de: Almanaque de São Carlos de 1905. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

Facsimile de: Almanach-Album de São Carlos 1916-1917. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1964.

FLORENTINO e GÓES, Manolo e José Roberto. A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCO, M. Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

FRAGA Filho, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: UNICAMP, 2004, tese de doutorado.

GOMES, Flávio dos Santos. A Hidra e os pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Fundação Editora da UNESP/ Editora PolisLtda, 2005.

LANNA, Ana Lúcia Duarte – Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913. Tese de doutoramento, FFLCH, USP, São Paulo, 1994.

LARA, Silvia Hunold. Campos da violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEMOS, C. A. C. - A República ensina a morar (melhor). São Paulo, Hucitec, 1999.

LIMA, Renata Priore. Limites da legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977). São Carlos: EdUFSCar, 2008.

MACHADO, Maria Helena. Crime e escravidão – trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense,1987.

MACHADO, Maria Lúcia Teixeira – História da saúde em São Carlos. São Carlos: EdUFSCar ; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. (Coleção nossa história)

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926). Alguns aspectos. Campinas: UNICAMP, 1985, dissertação de mestrado.

MALUF, Marina. Ruídos da Memória. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARCELIN, Louis Herns. A invenção da família Afro-Americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Baia, Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, tese de doutorado.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. São Paulo. 2005.

MARTINS, Robson Luís Machado. Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888). Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2005

MATTOS, Hebe Maria. Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escrvo. Rio de Janeiro: FGV editora, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no fim da escravidão. In História da Vida Privada no Brasil 2. Organizado por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.337-384.

MONSMA, Karl. Desrespeito e violência: fazendeiros de café e trabalhadores negros no Oeste paulista, 1887-1914. In Anos 90, vol. 12, p. 103-149. Porto Alegre, 2005.

NEVES, Ary Pinto das. São Carlos na esteira do tempo. Texto de Ary Pinto das Neves; ilustrações de Julio Bruno. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

PEREIRA, Eduardo Carlos; FILIPPINI, Elizabeth. Cem anos de imigração italiana em Jundiaí. Jundiaí: Estúdio RO, 1988.

PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. São Paulo: Contexto, 1993.

RECENSEAMENTO de São Carlos de 1907. São Carlos, 1907 (manuscrito).

REIS e SILVA, João José e Eduardo. Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIGOTTO, R. M. As técnicas de relatos orais e o estudo das representações sociais. In Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol. 3, nº I, 1998.

RIOS, Ana Maria Lugão. MATTOS, Hebe Maria. Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIZZOLI, Álvaro. A escravidão em São Carlos: inventário analítico. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, 1995.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 - CEAA, 1989.

SANCHES, Álvaro - Dois Annos de Trabalho da nova Delegacia de Saúde de São Carlos e seus resultados. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1920.

SANTOS, Yaê Lopes dos. Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e em Havana (1763-1844). São Paulo: USP, 2012, tese de doutorado.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915. São Paulo: Annablume, 1998.

SÃO CARLOS DO PINHAL – Câmara Municipal – Código de Posturas, 1866.

SÃO CARLOS DO PINHAL – Câmara Municipal – Código de Posturas, 1872.

SÃO CARLOS DO PINHAL – Câmara Municipal – Código de Posturas, 1882.

SÃO CARLOS DO PINHAL – Câmara Municipal – Código de Posturas, 1886.

SÃO CARLOS DO PINHAL – Câmara Municipal – Códigode Posturas, 1902.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. In Roceiros, escravos e rebeldes. Bauru: Edusc, 2001.

SLENES e FARIA, Robert e Sheila Castro. Família escrava e trabalho. Revista Tempo. V.3, nº3. 1998.

SLENES, Robert. Na senzala uma flor. As esperanças e as recordações da família escrava – Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In História da Vida Privada no Brasil 2. Organizado por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.233-290.

SOMMER, Miclelle Farias. Territorialidade negra urbana. A morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum. Porto Alegre: UFRGS, 2005, dissertação de mestrado.

SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 (1ª edição 2002).

TRUZZI, Oswaldo M. Serra. Café e indústria. São Carlos:1850-1950.São Carlos: EdUFSCar, 2000.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. Cafundó: a África no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Editora da Unicamp, 1996.

WEIMER, Günter. Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In História da Vida Privada no Brasil 3. Organizado por Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.49-130.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Editora Hucitec/História Social USP, 1998.

LISTA DE FIGURAS

CAPA

Foto da capa _ Criança na frente de sua casa, na Vila Isabel. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: acervo pessoal de Julia Scintila Francisco Nascimento.

CAPÍTULO 01

Figura 01. Planta esquemática da senzala da fazenda Santa Maria da Babilônia, em São Carlos, sem data. Desenho de Vladimir Benincasa. Fonte: BENINCASA, 2003, p. 186.

Figura 02. Uma sanzala no norte de Angola. Esquema organizado por Günter Weimer, sem data. Fonte: WEIMER, 2012, p. 11.

Figura 03 _ Região leste do bairro Vila Nery, em 1940. Fotógrafo desconhecido. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 04 _ População Urbana em São Carlos. Fonte: DEVESCOVI, 1987, p. 58.

Figuras 05 e 06 _ Casa da rua Conde do Pinhal n. 38, intimada pela Delegacia de Saúde de São Carlos em 27/05/1919. A mesma casa antes e depois da reforma. Fotos publicadas em 1920, fotógrafo desconhecido. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 07 _ Reportagem do jornal *O São Carlos do Pinhal, diário republicano*, publicado no dia 07 de maio de 1896. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 08 _ Casas na rua Episcopal, no núcleo central, que não satisfaziam os requisitos de higiene em 1918. Fotógrafo desconhecido. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 09 _ Casa na Vila Isabel na década de 1980. Um dos bairros periféricos criados no período. Fonte: acervo pessoal de Maria Ângela P. C. S. Bortolucci.

Figura 10 _ Delimitação dos bairros criados até 1893, na cidade de São Carlos. Mapa elaborado pela autora, compreendendo o período de 1890 a 1920, à partir da interpretação dos dados colhidos na pesquisa.

Figura 11 _ Porcentagem de negros em cada um dos bairros, em 1907. Dados do Recenseamento Populacional de São Carlos, 1907. Mapa elaborado pela autora, compreendendo o período de 1890 a 1920, à partir da interpretação dos dados colhidos na pesquisa.

Figura 12 _ Trecho do Almanaque de São Carlos, em 1894, noticiando a criação do bairro Vila Nery.

Figura 13 _ Profissão dos negros na Vila Nery, 1907 _ Fonte: Recenseamento Populacional de 1907 em São Carlos.

Figura 14 _ Entrada do Nery Parque, em frente ao conhecido "Balão do Bonde", atual Praça Arcesp. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 15 _ Descrição do bairro Vila Isabel no Almanaque de São Carlos de 1894, p. 147.

Figura 16 _ Mulheres e meninas da Vila Isabel, década de 1940. Julia Scintila, entrevistada nesta pesquisa, é a primeira à direita agachada, e a primeira à esquerda em pé é sua avó, Julia Rafael Francisco, que nascera escrava. Esta, foi citada pelo padre Tombolato como uma das primeiras moradoras da Vila Isabel, junto com seu marido Rafael Francisco. Fotógrafo desconhecido. Fonte: acervo pessoal de Julia Scintila Francisco Nascimento.

Figura 17 _ Comício realizado na casa de João Francisco. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: acervo pessoal de Julia Scintila Francisco Nascimento.

Figura 18 _ Profissão dos negros na Vila Isabel, 1907 _ Fonte: Recenseamento Populacional de 1907 em São Carlos.

Figura 19 _ Notícia da fundação da Vila Pureza, feita em 1894 no Almanaque de São Carlos, p. 151.

Figura 20 _ Vista aérea da Vila Pureza, em primeiro plano, do centro da cidade e ao fundo da Vila Nery, com a continuação do traçado urbano. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

CAPITULO 02

Figura 21 _ Quitandeiras, uma das formas comuns de ocupação dos negros nas cidades. Foto tirada em 1875 por Marc Ferrez no Rio de Janeiro. Fonte: exposição *Imagens da Escravidão: Emancipação, Inclusão e Exclusão.*

Figura 22 e 23 _ Capoeira, ritos e danças negras. Desenhos de Carybé _ Hector Julio Páride Bernabó. Fonte: CARYBÉ, Bruno Furrer (org.). Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1989, p. 184 e 299.

Figura 24 _ Folha final do Recenseamento Populacional de São Carlos, realizado em 1907. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 25 _ Córrego da Biquinha. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 26 _ Irmãs no Jardim Público de São Carlos, na década de 1940. Aparecida é a segunda, da direita para a esquerda. Foto tirada por um fotógrafo que por ali ficava aos fins de semana vendendo fotos. Fonte: acervo pessoal de Aparecida Pedro Jeronymo.

Figura 27 _ Praças onde os negros praticavam o *footing* e Jardim Público em São Carlos. Mapa elaborado pela autora, compreendendo o período de 1890 a 1920, à partir da interpretação dos dados colhidos na pesquisa.

Figura 28 _ Carro de carnaval da escola de samba da Vila Isabel. Destaque para a temática da Iemanjá, um orixá africano. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: acervo pessoal de Julia Scintila Francisco Nascimento.

Figura 29 _ Menino trabalhando na distribuição do leite em São Carlos. Foto publicada em 1920, fotógrafo desconhecido. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 30 _ Lavadeiras trabalhando. Desenho de Carybé _ Hector Julio Páride Bernabó. Fonte: http://oglobo.globo.com/infograficos/gabriela-ilustracoes-carybe/#imagem1.

Figura 31 _ Primeira Comunhão na Capela São Benedito, na Vila Pureza. Pouco tempo após a foto, a capela foi destruída, cedendo lugar à Igreja Nossa Senhora de Fátima. Ao fundo, vê-se o prédio do E1, EESC-USP. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: acervo pessoal de Adelina Bidinato Picharilo.

Figura 32 _ Negros dançando. Desenho de Carybé _ Hector Julio Páride Bernabó. Fonte: http://www.coletivobaoba.com/identidade-gessica-justino-arte-danca-e-cultura/.

Figura 33 _ Prisão de pretos na Vila Pureza por praticarem "feitiçaria". Jornal Correio de São Carlos, 28 de março de 1900. Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 35 _ Filho de Aparecida na rua Conselheiro Soares Brandão, da Vila Pureza. Ao fundo, homens conversando e a sequência de casas. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: acervo pessoal de Aparecida Pedro Jeronymo.

CAPÍTULO 03

Figura 36 _ Estrutura espacial de três *kraals* africanos. Desenho de Günter Weimer. Fonte: Arquitetura Popular Brasileira, 2005, p. 131.

Figura 37 _ Suposição de como seria a estrutura espacial do Bola Preta, localizado ao sul da Santa Casa de Misericórdia, na Vila Pureza. Desenho da autora.

Figura 38 _ Organização das casas no terreno no início do século XX e atualmente. Desenho da autora.

Figura 39 _ Visão de algumas das casas no terreno de Benedita, na Vila Nery. Foto de Paulo Mendes, 2014.

Figura 40 _ Casas no início da ocupação do terreno e nos dias de hoje. Desenho da autora.

Figura 41 _ Atualmente, a distribuição das casas no lote de Desolina, na Vila Pureza. Foto de Paulo Mendes, 2014.

Figura 42 _ Quintal na Vila Isabel. Em primeiro plano criança, galo, galinhas e gato, em segundo plano um quarador, em terceiro plano o forno coberto e o tanque, ou batedor, e ao fundo o poço, com cobertura de duas águas protegendo a corda do apodrecimento. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: Julia Scintila Francisco Nascimento.

Figura 43 _ Tipologia de casa quadrada e esquema das suas variações. Legenda: 1_sala; 2_cozinha; 3_quarto. Desenho da autora.

Figura 44 _ Esquema de casas com tipologia retangular. Legenda: 1_sala; 2_cozinha; 3_quarto. Desenho da autora.

Figura 45 _ Esquema da provável organização interna de casa unifamiliar sem divisão interna. Desenho da autora.

Figura 46 _ Exemplo de formato simples de casa. Desenho de Günter Weimer, 2001.

Figura 47 _ Identificação da tipologia de casa quadrada nos exemplares estudados. Desenho da autora.

Figura 48 _ Identificação da tipologia de casa retangular nos exemplares estudados. Desenho da autora.

Figura 49 _ Interior da casa da dona Geralda, na Vila Isabel, toda construída com madeira. Foto de Paulo Mendes, 2014.

Figura 50 _ Vistas das casas estudadas, nas quais se localizam a entrada principal. Desenho da autora.

Figura 51 _ Porta da cozinha da dona Thereza, Vila Pureza. Destaque para batentes e verga, na parte superior da porta, que ultrapassa o vão em ambos os lados. Foto: Paulo Mendes, 2014.

Figura 52 _ Detalhe do revestimento do chão. À direita, tijolo na casa de dona Margarida, e à esquerda, pedra na casa de dona Geralda, ambas na Vila Isabel. Foto de Paulo Mendes, 2014.

Figura 53 _ Homens trabalhando em reforma na Vila Isabel. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: acervo pessoal de Julia Scintila Francisco Nascimento.

Figura 54 _ Jovelina com seu filho, na reforma de sua casa, na Vila Nery. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: acervo de Jovelina Alves Feitosa.

Figura 55 _ Instrumentos musicais tocados pela banda *Enfezados da Garoa*, da Vila Isabel. Data e fotógrafo desconhecidos. Fonte: acervo pessoal de Julia Scintila Francisco Nascimento.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome, local e data de nascimento, escolaridade
Pais e avós: nome, nacionalidade, escolaridade e profissão
Religião sua, pais e avós
Época da escravidão_ o que eles te contavam (moradia, trabalho, castigos, leis)
Infância_ onde estudou, brincadeiras, canção pela mãe cantada
Que bairro vocês moravam? Como era (ruas, praças, cemitérios, comércios, outros)
Você tinha amigos / vizinhos brancos? Onde eles estudavam / trabalhavam?
De onde vocês vieram, antes de morar naquele bairro?
O bairro era próximo ao centro da cidade? Vocês iam muito ao centro? Onde? Para quê?
Como era feito esse deslocamento?
Eram locais frequentados por brancos?
Como tratavam da saúde? Onde estudavam?
Acha que havia diferenciação por cor na estrutura urbana?
Acha que havia bairros só de negros? Quais?
Sabe como foi a formação do seu bairro? O que era antes?
A casa que você morou (no bairro da sua infância) era próprio ou alugado? De quem?
Houve construção? Como foi feita a compra? E a construção?
Como era a casa (cômodos, organização, representação, aspectos físicos, materiais, objetos, o que ela representava para você)
Como era a rotina da sua família durante a semana? e finais de semana?
Como / Onde eram feitas as refeições? Algum prato preferido?
Como / Onde eram os momentos de lazer?
No seu bairro havia pessoas que não trabalhavam? O que faziam? Onde ficavam?
Com quantos anos você começou a trabalhar? Onde?
Seu salário era suficiente para as suas necessidades ou você tinha outra forma de renda?
Você é casado? Com quantos anos se casou? Nome do companheiro.
Você tem filhos? Quantos? Escolaridade? Nome
Depois de casado, em que bairro morou?
Como era sua casa (cômodos, organização, representação, aspectos físicos, materiais, objetos, o que representavam pra você)?
Como era sua rotina familiar? Semana e fins de semana
Quais eram seus momentos de lazer? Que lugares você frequentava na cidade?
O que você acha das religiões africanas?
Há algum costume da cultura negra que você mantém? Quem te passou essa prática?
Quais diferenças você identificou na sua vida antes e hoje?
Acha que já sofreu preconceitos ou privações por sua cor?

Como você vê o papel do negro hoje?

ANEXO

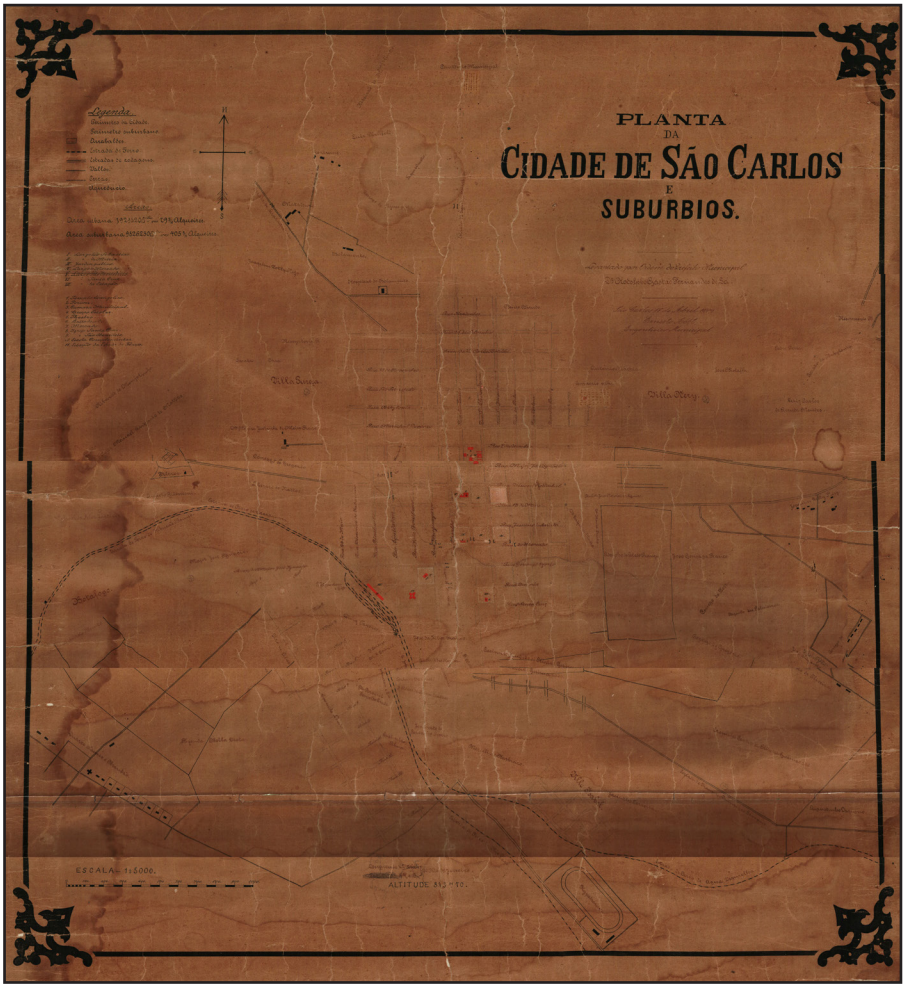
Os mapas e plantas cadastrais deste anexo serviram de base para a elaboração das plantas cadastrais dos três bairros analisados nesta pesquisa, juntamente com relatos das entrevistadas, fotos antigas coletadas e informações de outros tipos de documentação. Abaixo, a lista com as informações e fontes de cada um deles.

I_ PLANTA DA CIDADE DE SÃO CARLOS E SUBÚRBIOS
Levantado por ordem do Prefeito Municipal
Dr. Rodolpho Gastão Fernandes de Sá
São Carlos, 18 de abril de 1909
Engenheiro Municipal Ernesto Albert
Fonte: UEIM_ Unidade Especial de Informação e Memória_ CECH_ UFSCar

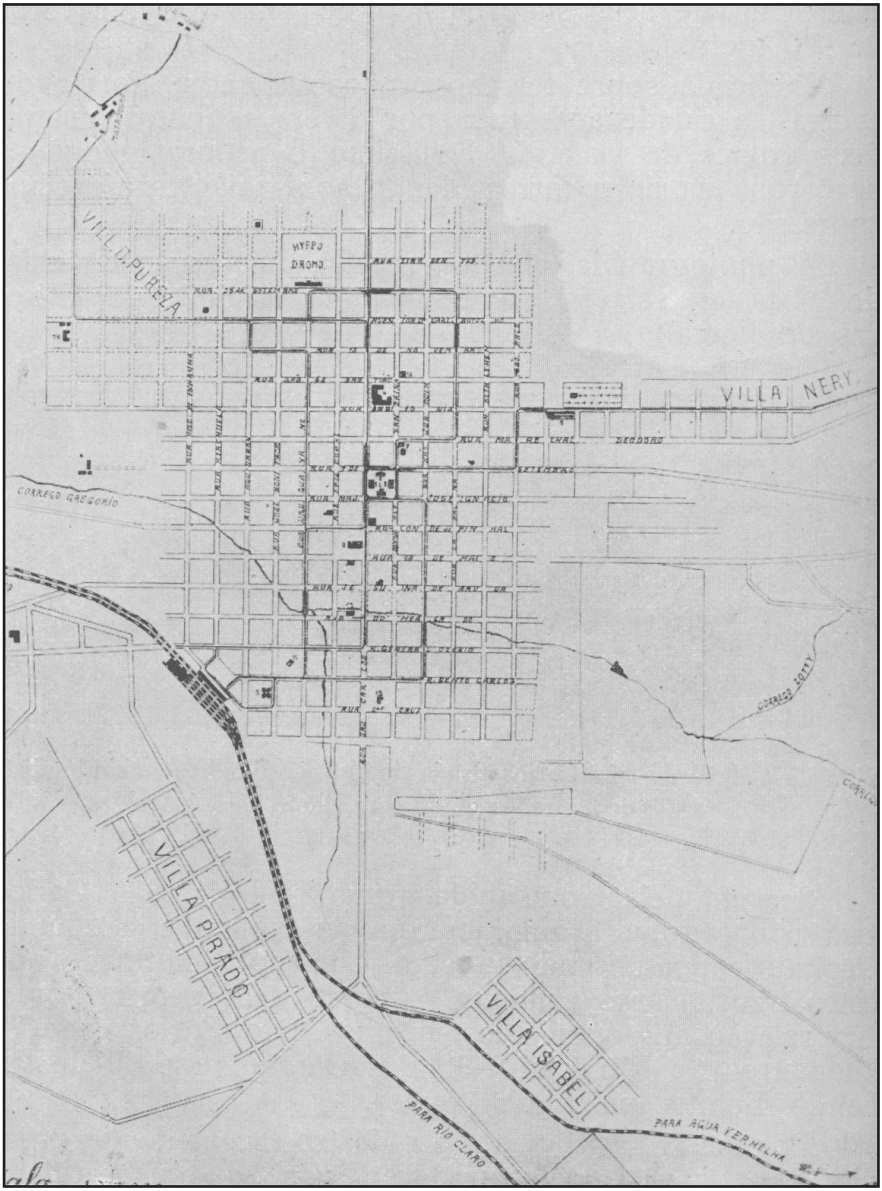
II_ PLANTA DA CIDADE DE SÃO CARLOS
Mapa inserido no Relatório do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo
"Dois annos de trabalho da nova Delegacia de Saúde de São Carlos"
Dr. Alvaro Sanches_ Delegado de Saúde de São Carlos
São Paulo, 24 de janeiro de 1920
Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos

III_ PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS
Organizada em diversas folhas, de aproximadamente 1925
Fonte: UEIM_ Unidade Especial de Informação e Memória_ CECH_ UFSCar

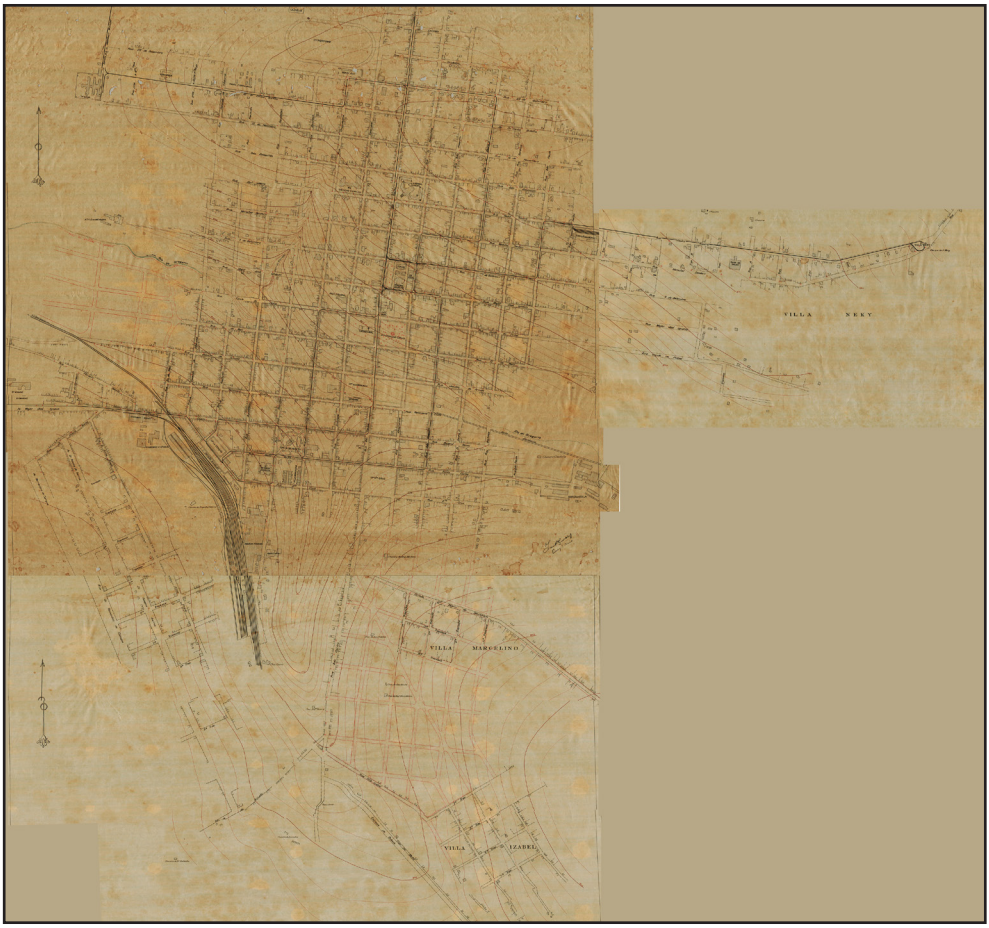
IV_ PLANTA DA CIDADE DE SÃO CARLOS
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio_ 1938
Instituto Geográfico e Geológico_ Serviço de Topografia e Limites
Fonte: IGC_ Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo



I_ PLANTA DA CIDADE DE SÃO CARLOS E SUBÚRBIOS



II_ Planta da Cidade de São Carlos



III_ Planta Cadastral da Cidade de São Carlos

IV_ PLANTA DA CIDADE DE SÃO CARLOS

Na busca de compreender as maneiras pelas quais o negro organizou a sua vida no ambiente urbano após o 13 de maio de 1888, este trabalho é estruturado em três principais objetivos:

. investigar os processos de constituição dos bairros analisados, buscando entender o papel do negro nessa urbanização

. identificar as formas de usos e apropriações dos espaços urbanos utilizados pelos negros, dentro e fora dos bairros periféricos

. identificar as formas de usos e apropriações dos espaços domésticos utilizados pelos negros, dentro e fora de suas casas

Buscamos, portanto, compreender a influência exercida pela herança cultural dos negros no ambiente na cidade por eles ocupado na virada do século XIX para o XX, considerando aspectos materiais e imateriais.

FAPESP

instituto arquitetura e urbanismo são carlos usp

USP